

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO CACAUUEIRA



MÃO-DE-OBRA
E ELEMENTOS
DE RELAÇÕES
DE PRODUÇÃO

volume 11



COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS
BAHIA • BRASIL

1976

00003321

338.17374

R375

Reis, Ana Maria Bianchi dos.

Mão-de-obra e elementos de relações de produção. Rio de Janeiro, Carto-Gráfica Cruzeiro do Sul, 1977.

104 p. ilustr. (Diagnóstico sócio-econômico da região cacauífera, 11).

"Convênio CEPLAC/Universidade Federal da Bahia".

Bibliografia: p. 103

1. Cacau - Produção - Mão-de-obra - Bahia. 2. Mercado de trabalho - Bahia. 3. Formação profissional - Bahia. I. CEPLAC. II. Série. III Título.

IICA
E 10
548

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

Vinculada ao Ministério da Agricultura

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS - OEA

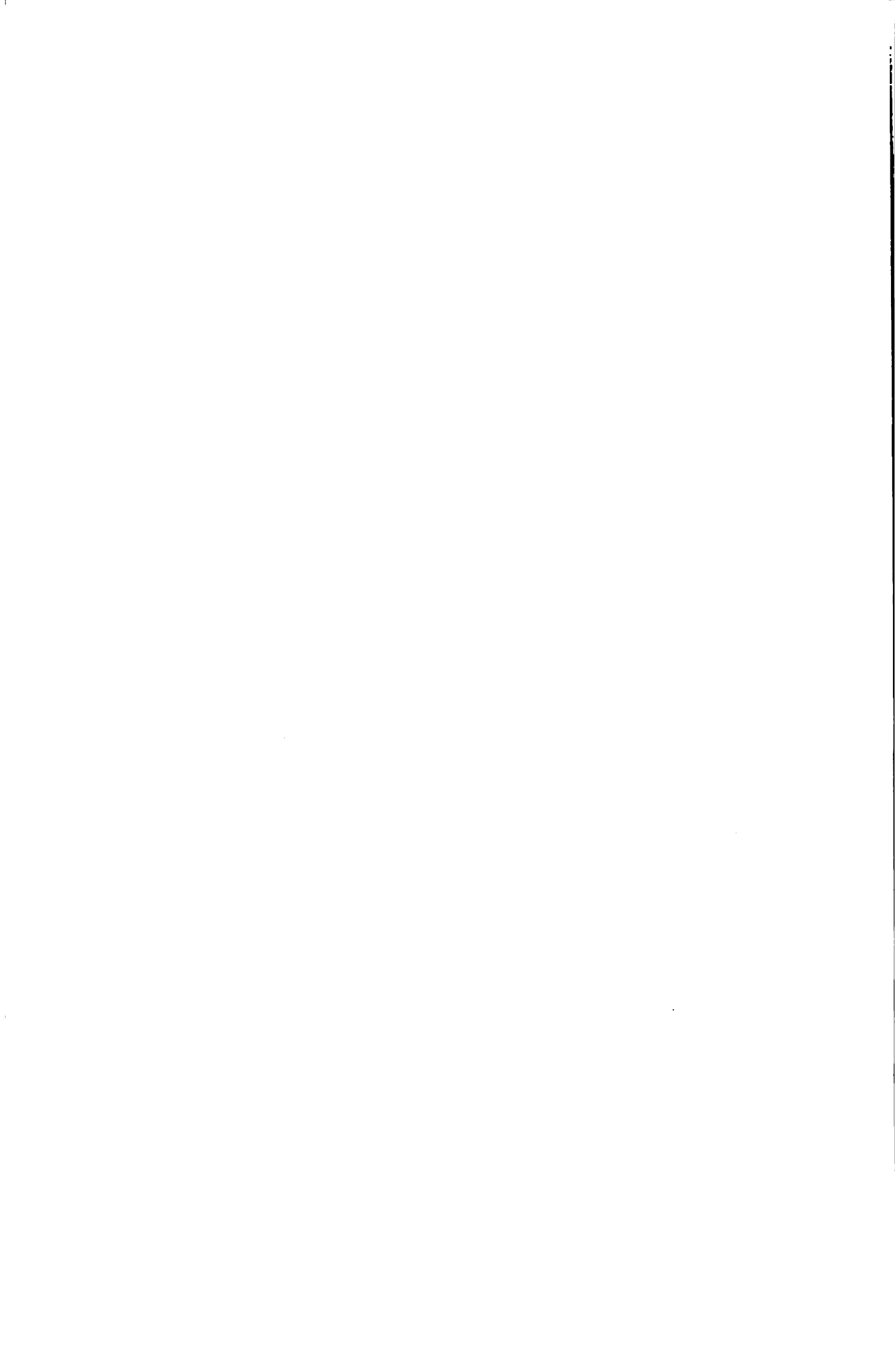
IICA - CIDIA

DIAGNÓSTICO SOCIO-ECONÔMICO DA REGIÃO CACAUEIRA

CONVÊNIO IICA/CEPLAC

VOLUME 11
MÃO-DE-OBRA E ELEMENTOS DE RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Ilhéus, Bahia, Brasil
1976



COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC

Conselho Deliberativo

Presidente:	Alysson Paulinelli Ministro da Agricultura
Vice-Presidente:	Benedicto Fonseca Moreira Diretor da Carteira de Comércio Exterior Banco do Brasil S.A.
Secretário-Geral:	José Haroldo Castro Vieira
Representantes:	Ministério da Indústria e do Comércio Carlos Pereira Filho Governo do Estado da Bahia José Guilherme da Motta Governo do Estado do Espírito Santo Emir de Macedo Gomes Banco Central do Brasil Antônio Luiz Marchesini Torres Produtores do Cacau Onaldo Xavier de Oliveira

Administração da CEPLAC

Secretário-Geral:	José Haroldo Castro Vieira
Diretor Científico:	Paulo de Tarso Alvim
Diretor Administrativo Regional:	Roberto Midlej
Coordenador Geral de Programas:	Jorge Raymundo Vieira
Diretor do Centro de Pesquisas do Cacau:	Fernando Vello
Diretor do Departamento de Extensão:	Manoel Malheiros Tourinho
Diretor da Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira:	Altenides Caldeira Moreau

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS – OEA

Diretor Geral:	José Emílio Araújo
Diretor Regional para a Zona Sul:	Manuel Rodríguez Zapata
Representante no Brasil:	Luis A. Montoya

COORDENAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

IICA: Levy Cruz, Sociólogo Rural
(Até 30 de setembro de 1974)

CEPLAC: Hermino Ramos de Souza, Economista
(De agosto de 1974 a junho de 1976)

Antonio Manoel Freire de Carvalho Eng. Agrônomo
(a partir de julho de 1976).

I. EQUIPE TÉCNICA

GRUPO DE RECURSOS NATURAIS

Sub-Coordenador: Miguel Roeder

1. *Cartografia Básica:*
José de Oliveira Leite – Eng.^o Agr.^o
2. *Clima:*
Miguel Roeder – Eng.^o Agr.^o
3. *Geologia:*
Hélio C. A. Azevedo – Geólogo
Nelson Sá Oliveira – Geólogo
Pedro Barbosa de Deus – Geólogo
4. *Hidrologia:*
Carlos Armando Rocha Filho – Eng.^o Civil
5. *Solos:*
Antonio Carlos P. Dias – Eng.^o Agr.^o
Acyr A. Melo – Eng.^o Agr.^o
Luiz Ferreira da Silva – Eng.^o Agr.^o
Raimundo Carvalho Filho – Eng.^o Agr.^o
6. *Uso Atual da Terra:*
João Edivaldo Lima dos Santos – Veterinário
José de Oliveira Leite – Eng.^o Agr.^o
7. *Vegetação:*
João Baptista Soares Gouvêa – Geógrafo
Máximo Hori – Eng.^o Florestal
Terezinha de Jesus Soares Ramos – Eng.^o Agr.^o
Sérgio Guimarães da Vinha – Eng.^o Agr.^o
Luiz Alberto Mattos Silva – Tec. Agric.

GRUPO DE SOCIOECONOMIA

Sub-Coordenadores: Hermino Ramos de Souza – Economista (a partir de agosto de 1974)
Levy Cruz – Sociólogo Rural – IICA (até julho de 1974)

Amauri Ferreira Muniz – Estatístico
Ana Maria Bianchi dos Reis – Socióloga
Décio Farias Novaes – Eng.^o Agr.^o
Egon Lucas Pereira – Analista de Sistemas (Contratado pelo IICA)
Emilie Almeida Nofal – Economista
Frederico Monteiro Álvares Afonso – Eng.^o Agr.^o
Gumerindo Martins de Sá Filho – Eng.^o Agr.^o
Hélio Estrela Barroco – Economista
Helomar Duarte Ramalho – Sociólogo
Hircio Ismar Santana Ferreira – Eng.^o Agr.^o
Ivan da Mata Machado – Economista
Luis Alfredo Nunes Raposo – Economista
Luciano Carlos Vital de Mattos – Economista
Manoel Malheiros Tourinho – Eng.^o Agr.^o
Maria Helena Alencar – Eng.^o Agr.^o
Orlins Ferreira – Sociólogo
Ruy de Lima Ribeiro – Economista
Selem Rachid Asmar – Sociólogo

II. EQUIPE AUXILIAR

TÉCNICOS AUXILIARES EM CARTOGRAFIA

Estevão de Jesus Neves – Agrimensor
Gilmar Silva – Desenhista
José Resende Mendonça – Técnico em Cartografia

ENTREVISTADORES

Acy Marinho e Souza
Aécio Flávio Alves Marinho
Almerino José dos Santos
Altair Oliveira Santos
Ana Maria Pereira de Alencar
Amaro Paulino dos Santos
Anderson Lima Vieira
Antonio Joaquim Bastos da Silva
Áureo Luiz de Azevedo Brandão
Bernardino Oliveira Penna Júnior
Carlos Alfredo Boa Morte Brugni
Carlos Leonel Bonfim Lima
Clemilda Araújo Santos
Cristofer Santos Pacheco
Dalton Luiz Almeida
Daviel Tunes da Silva
Djalma da Silva Santos
Eduardo Celso Nader Almeida
Eduardo Oliveira Aragão
Eduardo Oscar D'El Rey
Edibaldo Fernandes de Souza
Eliene Veloso Guimarães
Ely Marinho e Souza
Fernando Augusto Correia de Carvalho
Fernando Candido Lindotte Garcia
Geraldo Miguel Cardoso Silva
Gerson Augusto da Silva Filho
Ginalva Xavier de Matos
Helena Santos Mendonça
Hernán Rojas Calvo
Horácio Correia de Menezes
Ione Carneiro Freire
Iranilda da Silva Patrocínio
Ivanise Luz Mendes
Jabs Santos Barreto
Jacira Alves Cardoso
João Carlos Nunes Filho
João Paulo Ribeiro
Joilson Matos Silva
Josenaldo Caldas Gonçalves
José Victor Pessoa
Josélia Amorim Soares
Kleber Antonio Torres de Moraes
Laércio Pinho Lima
Letícia Maria Muniz Cavalcante
Liane Maria Machado Borges
Lídione Maria Meireles Barbosa
Luiz Martoni Bertolo Caffé
Luiz Henrique de Silveira Halla
Luciano Magno do Nascimento Faria
Magnezi Lopes de Barros
Marcus Vinicius Porto de Souza

Marivaldo Alves dos Santos
Marlise Irene Nascimento Reis
Maria Celia de Menezes
Maria de Lourdes dos Santos
Maria do Socorro Marques de Souza
Marida do Socorro Reis Leite
Maria Geuza de Souza Pontes
Maria Irenilda Oliveira Silva
Maria José Barreto dos Santos
Maria José do Nascimento Brandão
Maria Luíza Aboud
Maria Muniz Cavalcante
Mário Oliveira Nascimento
Milton Santos
Naira Cerqueira Gomes
Nilza São Pedro Soares
Og Robson de Menezes Chagas
Oswaldo Martins dos Santos
Otaldes Maria Oliveira Silva
Paulo Cunha Melo Ramos
Railda Andrade Correia
Reinaldo Costa Silva
Sebastião Correa Soares
Selma Maria Marins
Silvano Oliveira Nascimento
Simone Soares Netto
Telma Margarida de Carvalho
Téo Nilo Ferreira de Castro
Vera Lúcia Sales Soares

DATILOGRAFIA

Maria Bernardete de Oliveira Cezar (Secretária)
Maria das Graças dos Santos
Maria Isabel Rodrigues da Silva
Neuza Maria Lemos Santos
Raimunda Maria Silva
Rita Maria Pinto de Souza
Solange Modesto Kruchewsky

APOIO ADMINISTRATIVO

Edir Santos
Manoel Quirino dos Santos
Raimundo Borba
Railton Sales Ribeiro
Veraldo Lopes Diniz

MOTORISTAS

Antonio José dos Santos
Antonio Alberto Oliveira
Aroldo Cardoso França
Augusto Figueiredo
Dalto Pereira da Silva
Daniel Damasceno
Domingos Emanuel da Silva Freire
Gilberto Monti Carvalho

Gilberto da Silva Moura
Helenyton Inglessias de Fonseca
José Augusto Pedreira
José Farias Filho
José Herculano Silva
José Iran dos Santos
José Menezes Filho
Jones Gonçalves de Matos
Liselson Borges de Oliveira
Manoel Mota de Oliveira
Manoel Sá Botelho
Manoel Silva Araújo
Nilton da Conceição Gomes
Ruy Cardoso França
Sansão Alves de Lima
Sebastião Goulart Macedo
Wilson Moraes da Silveira

III. ASSESSORES

Brancolina Ferreira – IPLAN
Gilberto Paez – IICA
José Barrios – IICA
Juan Diaz Bordenave – IICA
Samuel Miragem – IICA

IV. TRABALHOS SOB CONVÊNIO

Estudo do Setor Público: Universidade Federal da Bahia (Departamento de Economia Aplicada).
Geologia Econômica e Recursos Minerais: Universidade de São Paulo.
(Instituto de Geo-ciências)
História Econômica e Social: Universidade Católica de Salvador
Hierarquia Urbana: Universidade Federal da Bahia (Instituto de Geo-ciências)
Relações de Produção: Universidade Federal da Bahia
(Departamento de Economia Aplicada)
Recursos humanos: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
(Departamento de Recursos Humanos)

V. REVISÃO EDITORIAL

Lúcia Thereza Lessa
(Contratada pelo IICA)

VI. CARTOGRAFIA

Obtenção de mosaicos semi-controlados de imagens de radar: Projeto Radam
Planejamento Cartográfico Final: Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A.

VII. IMPRESSÃO

Carto-Gráfica Cruzeiro do Sul S.A.



APRESENTAÇÃO

O presente trabalho, denominado "Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira", que abrangeu 89 Municípios e 91.819 quilômetros quadrados, da cognominada GRANDE REGIÃO CACAUEIRA, representa um gigantesco esforço de vários anos, envolvendo centenas de técnicos e instituições colaboradoras, sob o comando da CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, do Ministério da Agricultura e do IICA – Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, da Organização dos Estados Americanos.

Quando autorizamos a sua elaboração em 1970, estávamos convencidos de que a região sul-baiana iria atravessar, nas décadas vindouras, período de pleno desenvolvimento, mercê, principalmente, das três grandes obras que compõem o tripé ali implantado pelo Governo Federal: a estrada BR-101, o Porto do Malhado, em Ilhéus, e a CEPLAC, constituindo-se esta em uma obra permanente como instrumento de mudança e modelar dos costumes de uma nova era para a região.

O Diagnóstico, em seus vários volumes e mapas, dentro do melhor índice possível de credibilidade, aborda aspectos de recursos naturais, humanos, econômicos e sociais da área.

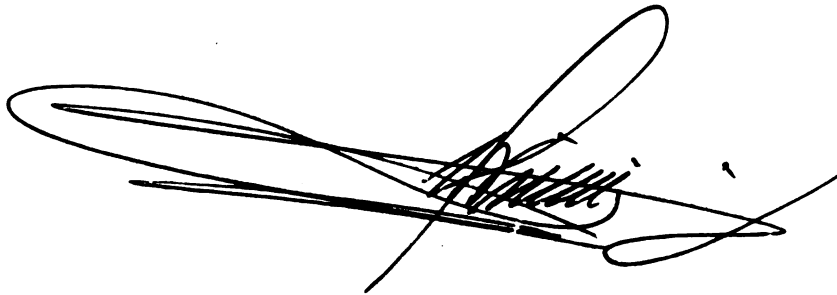
Certamente, com a publicação deste trabalho, que honra a qualidade e a honestidade profissional do técnico brasileiro, o sul da Bahia, a partir de agora, diferentemente do passado, se alinha como uma das regiões mais estudadas do País, dispondo dos melhores dados e indicadores.

O sul da Bahia, podemos afirmar, em futuro muito próximo, será uma região policultora, com uma pujante pecuária e vários empreendimentos industriais, alargando a sua fronteira econômica e gerando um número cada vez maior de empregos e uma crescente melhoria de vida de sua população.

Aí estão, além do permanente fortalecimento do cacau, a se materializarem as iniciativas já sentidas da diversificação agrícola da área, dos grandes projetos do polo açucareiro e de reflorestamento, das novas indústrias de derivados do cacau, dos frigoríficos e das usinas de aproveitamento do leite, entre outros, planejados inclusive com o uso das informações geradas pelo Diagnóstico antes mesmo da sua publicação oficial.

O Diagnóstico e suas sugestões, que a CEPLAC e o IICA tentarão dinamizar em seguida à sua publicação, buscam indicar novas alternativas, orientar e disciplinar investimentos destinados aos setores público e privado, dando-lhes o suporte que se fizer necessário ao pleno uso das potencialidades da região, pretendendo-se implantar, ainda, um processo de revisão periódica dos seus principais dados, para a permanente atualização do documento.

A CEPLAC e o IICA, nesta oportunidade em que se sentem honrados em oferecer ao País este valioso acervo, agradecem a todas as entidades, técnicos e funcionários, e à própria população da área, sempre receptiva, pela cooperação que lhes foi prestada, sem a qual não seria possível alcançar o objetivo a que se propuseram.



José Haroldo Castro Vieira
Secretário-Geral

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, duas idéias sobre o futuro da sociedade adquiriram novos contornos e, se bem levem a conclusões distintas, constituem fonte de inquietações para todos aqueles que têm alguma responsabilidade na condução da coisa pública. Uma, a mais pessimista, preocupa-se, principalmente, com o extraordinário aumento da população no chamado Terceiro Mundo e com as conseqüências que poderão advir do fato de os recursos naturais estarem muito próximos ao limite do seu aproveitamento. Outra, não tão pessimista, considera que o potencial destes recursos ainda é de magnitude a permitir a alimentação de contingentes consideráveis de pessoas, desde que racionalmente utilizados. Evidentemente, esses dois enfoques levam a concepções distintas do planejamento da economia em geral e da agricultura como parte integrante da mesma; em qualquer hipótese, ressaltam a necessidade de uma ação planejada.

No caso específico dos países em desenvolvimento, entre os quais se situa o Brasil, o conhecimento da realidade econômico-social de sua agricultura adquire importância ainda maior, por diversas razões. Uma destas prende-se ao fato de que grande parte de sua população se dedica às atividades agropecuárias e de que os níveis de renda e, conseqüentemente, o nível de vida desta população são muito inferiores aos da que está ocupada nos outros setores da economia. Por outro lado, não se pode nunca esquecer que, nas condições atuais desses países, a agricultura desempenha papel estratégico para o crescimento de suas economias, no que se refere à transferência de recursos e como fonte de divisas, uma vez que a maior parte das exportações procede desse setor. A prioridade dada a um ou outro desses aspectos, obviamente, depende da orientação da política econômica.

No caso particular do Sudeste da Bahia, o seu desenvolvimento tem sido comandado, basicamente, pelo comportamento da cultura do cacau e da pecuária, acompanhadas de outras atividades de reduzida significação econômica, tais como: a exploração da banana, coco, madeira, dendê, piaçava, mandioca e seringa. Na realidade, o principal motivo que determinou a realização do estudo foi a vulnerabilidade da economia da região, que tem grande parte de sua área extremamente dependente da exportação de um produto primário — o cacau — sujeito às oscilações de seus preços no mercado internacional. Embora inserida num contexto mais amplo, o Estado da Bahia, o nível de atividade na área produtora acompanha de maneira muito próxima o desempenho de seu principal produto. Em outros termos, uma má colheita de cacau ou condições desfavoráveis de seus preços no mercado internacional têm, de imediato, reflexos negativos nos demais setores. Por outro lado, a rigidez da cacauicultura que, nas condições atuais de exploração, apresenta oferta inelástica a uma variação vantajosa de preços, impede que a área aproveite plenamente uma conjuntura favorável.

O estudo abrangeu não só a área produtora de cacau, mas, também, outras circunvizinhas, em face da hipótese levantada no início do trabalho quanto às relações mantidas entre ditas áreas, em termos de fluxos de bens-e-serviços e fatores de produção.

Assim sendo, o Sudeste da Bahia, aqui definido, compreende uma área de 91.819 quilômetros quadrados, distribuídos por 89 municípios e sete micro-regiões homogêneas de FIBGE: Planalto de Conquista, Pastoril de Itapetinga, Tabuleiros de Valença, Encosta do Planalto de Conquista, Cacaueira, Interiorana do Extremo Sul, Litorânea do Extremo Sul e parte da de Jequié (10 municípios), com uma população residente de 1.977.410 habitantes em 1970. Esta região está localizada entre a linha da costa e o meridiano de 41°30' de longitude a oeste de Greenwich, e entre os paralelos de 13°00' e 18°15'.

Com o conhecimento prévio que a CEPLAC acumulou em mais de três lustros de atuação de seus técnicos na área, partiu-se para a realização deste diagnóstico, com os seguintes objetivos:

- a) Inventariar a potencialidade de recursos naturais e sócio-econômicos;
- b) Analisar o uso desses recursos;
- c) Identificar os problemas responsáveis pela defasagem existente entre a sua potencialidade e o seu uso, com vistas a permitir o estabelecimento de medidas capazes de reduzir a vulnerabilidade da economia regional e assegurar um ritmo mais intenso e contínuo de desenvolvimento.

Determinados esses objetivos, o trabalho não poderia deixar de transcender os limites da agricultura e, de fato, foi o que aconteceu. Sob essa orientação, foram abordados os seguintes assuntos:

RECURSOS NATURAIS: Solos, Aptidão Agrícola, Uso Atual da Terra, Reconhecimento Climatológico, Hidrologia, Geologia Econômica e Recursos Minerais, Vegetação;

SÓCIO-ECONOMIA: História Econômica e Social, Recursos Humanos (População, Educação, Saúde), Processo Produtivo Agropecuário, Comercialização, Estrutura Agrária, Relações de Produção, Renda e Consumo, Pesca, Indústria, Setor Público, Hierarquia Urbana.

MÃO-DE-OBRA E ELEMENTOS DE RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

O presente trabalho representa uma análise da mão-de-obra, com definição de elementos das relações de produção de parte da Região Sudeste da Bahia, a subárea Cacaueira ¹.

Precede ao desenvolvimento do tema uma caracterização da população regional, abrangendo as oito subáreas que compõem a Região.

Cabe referir que, de acordo com o projeto inicial, o estudo da mão-de-obra deveria ter sido realizado para a área total, o que não ocorreu devido a atrasos no processamento de informações das demais áreas.

O projeto foi executado dentro do convênio CEPLAC/Universidade Federal da Bahia, através de seu Departamento de Economia Aplicada, que contratou, para tanto, a socióloga Ana Maria Bianchi dos Reis.

Posteriormente, por ocasião da redação, a autora foi contratada diretamente pela CEPLAC.



Antonio Manoel Freire de Carvalho

Coordenador

Diagnóstico Sócio-econômico
da Região Cacaueira

1. Conforme será desenvolvido no volume específico de metodologia, a regionalização adotada na análise sócio-econômica dos dados levantados pelo Projeto Diagnóstico difere das microrregiões definidas pela FIBGE.

A regionalização adotada se apoia, fundamentalmente, em informações do uso atual dos solos e poderá vir a ser reformulada, para efeito de programação, com o conhecimento de outros estudos setoriais.

AGRADECIMENTOS

A equipe responsável pelo Projeto Diagnóstico Sócio-econômico da Região Cacaueira agradece todo o apoio recebido, desde a etapa de planejamento à sua execução, à Secretaria Geral e Administração Regional da CEPLAC, nas pessoas dos Srs. José Haroldo Castro Vieira, Dr. Roberto Midlej e Dr. Paulo de Tarso Alvim, e à Direção do IICA, nas pessoas dos seus Representantes no Brasil, Dr. José Irineu Cabral (até fins de agosto/74) e Dr. Luis A. Montoya (atual).

1. Setores da CEPLAC

- Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC)
- Centro de Processamento de Dados (CPD)
- Departamento de Extensão (DEPEX) – Coordenação e Escritórios Locais.
- Divisão de Comunicação (DICOM)
- Divisão de Manutenção (DIMAN)

2. População entrevistada

- Cacaucultores
- Comerciantes
- Gerentes de Bancos
- Industriais
- Pescadores
- Presidentes de Sindicatos e de Colônias de Pesca
- Produtores Rurais
- Populações urbanas das cidades selecionadas para estudo de renda e consumo.
- Trabalhadores Rurais.

3. Instituições e/ou pessoas que cooperaram mediante cessão de técnicos, fornecimentos de dados e de cadastro, processamento de dados e outros serviços:

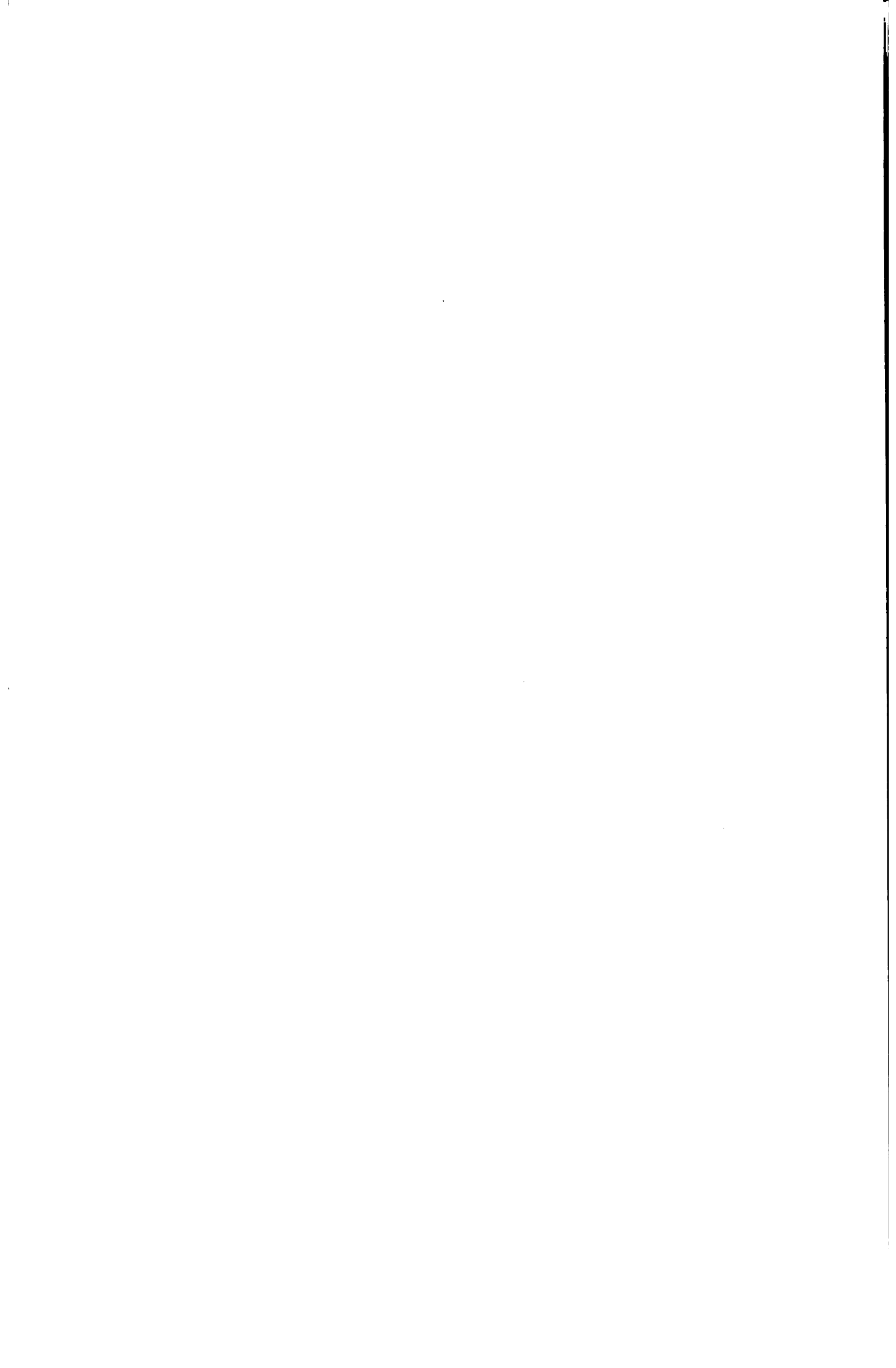
- Arleo Barbosa
- Associação Comercial de Ilhéus
- Banco Bamerindus do Brasil S.A.
- Banco Brasileiro de Desconto S.A.
- Banco do Brasil S.A.
- Banco do Estado da Bahia S.A.
- Banco Econômico S.A.
- Banco Itaú S.A.
- Banco Nacional S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- Banco Real S.A.
- Biblioteca Central de Salvador
- Caixa Econômica Federal
- Chefes de Comunidades religiosas
- Clubes de Serviço
- Coletorias Municipais
- Companhia Bahiana de Pesquisa Mineral (CBPM)
- Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA)
- Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM)
- Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau (CCPC)
- Cooperativas de Crédito Rural
- Delegacias da Secretaria de Educação
- Delegacias de Terra
- Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
- Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA)
- Empresa de Crédito e Extensão Rural da Bahia (EMCERBA)
- Fundação Instituto de Geografia e Estatística (FIBGE)
- Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP)
- Grupo de Erradicação da Febre Aftosa da Bahia (GERFAB)

- Ministério da Agricultura – Delegacias, Departamentos e Setores
- Ministério da Marinha – Capitania dos Portos da Bahia, Agências de Ilhéus e Belmonte
- Prefeitos dos Municípios da Região
- Fundação CPE e Departamento de Geografia e Estatística da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
- Sindicatos Rurais
- Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)
- Superintendência de Campanhas de Saúde (SUCAM)

Demais instituições, e pessoas, cujo registro nos escapou, mas que, direta ou indiretamente, colaboraram na execução deste Projeto.

SUMÁRIO

DEFINIÇÃO DE CONTEÚDO	1
METODOLOGIA DE CAMPO	7
PARTE I	
POPULAÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	15
CAPÍTULO 2	
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO	17
CAPÍTULO 3	
MIGRAÇÃO	23
3.1 Aspectos das migrações	23
3.2 Características dos migrantes	24
CAPÍTULO 4	
POPULAÇÃO E FORÇA DE TRABALHO	28
PARTE II	
MÃO-DE-OBRA E ELEMENTOS DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO	31
CAPÍTULO 5	
TRABALHO E FORÇA DE TRABALHO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO .	33
5.1 A distribuição do fator terra e a ocupação da força de trabalho	34
5.2 A distribuição do capital, o uso das terras e a tecnologia definindo os níveis de absorção da mão-de-obra	34
5.3 A produtividade como resultado	35
CAPÍTULO 6	
A MÃO-DE-OBRA NAS UPs TÍPICAS DE CACAU – NECESSIDADE E UTILIZAÇÃO ...	37
6.1 Critérios para a estimativa da necessidade de mão-de-obra por prática	37
6.2 O contrato de trabalho como possibilidade explicativa	38
CAPÍTULO 7	
ESTUDO DAS UPs FAMILIARES – DISPONIBILIDADE E OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA	44
CAPÍTULO 8	
A ESTRUTURA DA PRODUÇÃO NA ÁREA CACAUEIRA	45
8.1 UPs patronais com administração indireta	45
8.2 UPs patronais com administração direta	46
8.3 Unidades familiares produtoras de cacau	46
8.4 Unidades familiares de subsistência	46
RESUMO	48
ANEXO 1 PROCEDÊNCIA DA POPULAÇÃO	51
ANEXO 2 TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO	63
ANEXO 3 SETORES DE ATIVIDADE	73
ANEXO 4 PESSOAL OCUPADO	84
ANEXO 5 ORIGEM DOS PRODUTOS ALIMENTARES	91
BIBLIOGRAFIA	103



**MÃO-DE-OBRA E ELEMENTOS DE
RELAÇÕES DE PRODUÇÃO**

Ana Maria Bianchi dos Reis

DEFINIÇÃO DE CONTEÚDO

A atual conformação da região sudeste da Bahia¹ apresenta, já na forma de utilização de seus recursos produtivos, um contexto complexo de situações:

- uma área típica de agricultura para exportação, a Cacaueira, que se impõe pelas características de seu sistema de relações e por sua dominância econômica;
- as áreas cuja destinação tradicional é a pecuária, tais como Itapetinga e Vitória da Conquista, esta última voltando novamente a ser estimulada no sentido da cultura do café;
- outras tentando o fortalecimento de uma agricultura diversificada — em oposição à Cacaueira — com cultivos perenes, além do cacau, tais como dendê, seringueira e cravo da Índia, vinculados à perspectiva de industrialização ou com vistas à comercialização para outras regiões;
- e ainda as áreas do extremo sul, qualificadas por transformações que marcam a passagem de uma economia de subsistência, paralelamente à qual se desenvolveu o período dinâmico da exploração e comércio de madeira, para outras alternativas. Estas, embora ainda não definidas para a área como um todo, já se caracterizam por alguns aspectos, tais como a concentração de terras, visível a sudoeste, onde passa a ser explorada a pecuária e a sua inserção num universo de influência bem mais amplo, gerado pelas novas condições de infra-estrutura e serviços com que se vê atingida nos últimos anos.

O estudo desta realidade poderia, de uma perspectiva mais geral, objetivar situá-la no plano da divisão social do trabalho, tendo como pano de fundo o momento atual de desempenho da economia brasileira. Ter-se-ia, no caso, como diretiva, o confronto entre as metas estabelecidas e as possibilidades ou limitações de sua consecução. Por outro lado, a diversidade de situações configuradas na região em suas relações internas e externas assume características particulares, que devem ser reconhecidas em sua especificidade, para que se possa dimensionar a reprodução do modelo nacional a nível das sociedades regionais, bem como a participação destas em sua conformação e em suas tendências.

Esta última formulação é a que se vincula mais objetivamente às possibilidades do projeto Diagnóstico e a seus objetivos de qualificar o momento atual na região.

O conjunto de variáveis capazes de identificar este momento atual é muito amplo. Poderiam

ser tomados como referência alguns indicadores das condições de vida da população: escolaridade, saúde, escalas de nível de consumo. Com esta perspectiva, no entanto, seriam obtidos somente indicadores que poderiam ser denominados "consequências", desde que informariam sobre consequências de um sistema de relações que, pelo método, se manteria desconhecido.

Outra possibilidade seria orientar a investigação no sentido de apreender as representações das populações entrevistadas a respeito da realidade que se pretendia conhecer. Estas representações ou percepções dos fenômenos, resultantes de um universo cultural que é muito denso, seria em nossa opinião de grande interesse para estudos antropológicos, mas não satisfariam os objetivos específicos mais imediatos definidos para este projeto.

Ainda mais uma, entre as várias possibilidades, seria o inventário de recursos da região, em que estes seriam as variáveis, mensuradas em suas disponibilidades e qualificações próprias. Seriam obtidas informações sobre as disponibilidades dos recursos naturais, capital, mão-de-obra, instalações, infra-estrutura e serviços, entre outros, embora não fossem revelados os vínculos que definem a dinâmica de seu uso e expansão.

Encontrava-se presente, no entanto, pela própria definição de objetivos do projeto, sua função nos processos de tomada de decisão sobre a área. Tal fato recolocava a discussão sobre a necessidade de orientação ou reorientação do complexo de relações existentes, o que só poderia ser acionado se as bases de sua definição atual fossem conhecidas. Isto porque as condições que permitirão a eficiência dos mecanismos de reforço do uso atual dos recursos, ou de uma nova combinação destes fatores, partem necessariamente do sistema preexistente, cujas formas de participação se fundem explicativamente no plano da economia e do poder e que, a este nível, precisam portanto ser conhecidas.

Nesta dimensão, ao determinar os indicadores a serem utilizados, partiu-se para equacionar as relações das forças que determinam a conjuntura em estudo.

Estas forças, formadas pelas possibilidades objetivas existentes e prioridades estabelecidas nacional e regionalmente, se definem numa relação, desde que fora desta existem apenas como elementos virtuais.

Cumpria considerar, portanto, a estreita vinculação existente entre a locação das subáreas na divisão social do trabalho, a distribuição dos fatores de produção e de renda, o desempenho da organização produtiva, desde que esta vinculação é

1. Esta região, que compõe o Polígono do Diagnóstico Sócio-econômico do qual este projeto é parte, divide-se em 89 municípios que estão regionalizados para fins de análise em 8 subáreas: Cacaueira, Tabuleiros de Valença, Planalto de Jaguaquara, Planalto de Conquista, Pastoril de Itapetinga, Litorânea do Alto Extremo Sul, Litorânea do Baixo Extremo Sul e Interiorana.

que determina a realização do sistema e as condições de equilíbrio de sua estrutura.

Assim, em limitando o conjunto de variáveis, optou-se por aquelas que permitissem identificar as relações de produção, e que agem diretamente na condição com que se desenvolvem as demais relações, seja em sua correspondência com o nível de produtividade do sistema, seja com as formas de participação no processo produtivo e com a diferenciação dos níveis de acesso às possibilidades materiais e sociais de vida.

Definido o âmbito do estudo, para maior compreensão dos conteúdos deste trabalho, devem ser referidos especificamente à subárea Cacaueira¹ alguns elementos que passam a desempenhar papéis importantes do ponto de vista analítico. Embora seja preciso perceber, com clareza, que os processos referidos em cada um de forma singular estão contidos numa mesma relação, que explica o sistema regional em estudo, passamos em seguida a destacar estes elementos:

1º Um primeiro elemento a ser considerado diz respeito à forma com que, na orientação do processo produtivo, se articulam os interesses internos da região com o sistema externo nacional e internacional.

A região cacaueira da Bahia é uma área típica de economia agrícola de exportação.

Tal condição, que implica em uma atividade predominante, a cultura do cacau, centralizando as possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas locais, faz com que o desempenho interno de todo o seu sistema de relações esteja amparado no modo com que se realiza a obtenção desta produção e suas relações de mercado, bem como na forma com que os interesses internos se articulam com aqueles da conjuntura nacional e internacional.

O período de implantação da cacaucultura (1890-1930), atuou como fator dinâmico para a região, fixando a população, capitalizando a área, integrando-a à economia estadual, impondo suas necessidades de infraestrutura. No entanto, a locação do eixo econômico sobre o cacau passou a determinar, na medida em que cada vez mais se definia, o descompasso hoje existente entre a cacaucultura e as demais atividades agropecuárias, bem como o descompasso em relação aos demais setores da economia, implicando na manutenção de um condicionamento mais amplo sobre a região, desde que as próprias bases de sua estrutura interna se fixam no mesmo plano que incorpora as bases de sua dependência externa.

A referência a esta condição pode ser verificada em diferentes momentos de análise sobre a região.

Tosta Filho, já em 1948, em seu Plano de Ação Econômica para o Estado da Bahia (12), situa claramente a dependência ao mercado internacional manifesta na flutuação de preços, "flutuação esta que correlacionada com as oscilações de produção mundial é, entretanto, bem mais acentuada do que as variações no volume das ofertas". Nesta relação, Tosta Filho, em seu trabalho alude à centralização da produção cacaueira mundial por compradores que ativam, *ao menor enfraquecimento dos produtores*, o mecanismo das manipulações bolsistas.

Em 1957, Milton Santos (9), analisando o conjunto de realidade sócio-econômica do Estado, concluiu:

"ao fim dessa análise é forçoso admitir o caráter de estreita dependência da economia baiana, responsável pela pobreza e subdesenvolvimento do Estado".

Esta dependência, segundo este autor, se manifesta sob diversos ângulos, desde a falta de comando sobre a definição dos níveis de preço externo, ao processo de comercialização, que absorvendo as distorções do mercado aumenta a dependência pela diluição do preço interno através dos intermediários; desde a limitada diferenciação interna tornando o Estado dependente de outros mercados dentro e fora do país, até a locação da infraestrutura, sistema de transportes, política de investimentos e aproveitamento dos recursos naturais.

Da mesma forma, a Comissão de Estudos de Política do Cacau, em seu Relatório de 1965, refere-se aos mecanismos pelos quais as cotações internacionais tendem a flutuar. Segundo este estudo, a produção, o consumo e o estoque são os fatores fundamentais das oscilações, *reforçados em muitos momentos pela não correspondência da previsão de safras e ainda pelo baixo nível de vida dos países produtores*.

Há dois aspectos importantes que podem ser observados nas citações acima e que podem ajudar a compreender as características da região que estudamos:

- um aspecto, situado por Tosta Filho e pela CEPOCA², refere a possibilidade e os níveis de realização da dependência às condições internas dos países produtores. (Vide grifo nosso). Neste sentido a dependência não se

1. Fazem parte desta subárea os seguintes municípios: Aiquara, Almadina, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Camaçã, Canavieiras, Coaraci, Gandu, Gongogi, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ibirataia, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Itagi, Itajuípe, Itamarí, Itapé, Itapitanga, Jitaúna, Mascote, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçuca, Wenceslau Guimarães.

2. CEPOCA — Comissão de Estudos de Política do Cacau (Relatório 1965).

caracterizaria como um processo unívoco, mas como uma relação em que interagem as pré-condições existentes no interior dos sistemas participantes.

com outro enfoque, Milton Santos salienta a multiplicação da dependência através das decisões firmadas internamente, o que de fato pode ser observado na região pelas condições de acesso ao crédito, à ocupação das terras e à assistência técnica, entre outras.

A partir destas colocações, dois outros elementos podem ser situados como definidores da forma com que se realiza internamente a condição de dependência:

2º. Os processos com que, nas diferentes atividades, se desenvolvem as bases das relações de produção.

3º. As necessidades e as disponibilidades dos recursos que qualificam a organização produtiva e as formas de participação.

Todas as evidências sobre a realidade regional têm, de fato, revelado, ainda hoje, ao lado das condições discutidas pelos autores citados, que os processos que a definem, não só economicamente mas também em suas características sociais e culturais, desenvolvem-se de uma forma encadeada.

Desta forma, as condições de comercialização interna, por exemplo, engendram-se associadas às formas de participação na produção e, conseqüentemente, às suas limitações.

Encontram-se na região diferentes modos de venda do cacau:

- a venda do cacau mole, que resulta da ausência ou precariedade de instalações nas pequenas fazendas onde se realizam apenas as fases de quebra¹ e tiragem², sendo as amêndoas então vendidas a um produtor maior, que conclui o beneficiamento.
- a venda do cacau na flor, que implica na comercialização antecipada da safra a partir de previsão com base na safra anterior e no controle da floração das roças, de onde o nome.

Esta previsão, que nem sempre corresponde ao resultado final obtido, é uma das origens do chamado "endividamento da lavoura".

- a venda do cacau pronto, na qual tendo sido cumpridas todas as etapas de beneficiamento, as amêndoas são ensacadas e vendidas ou estocadas³.

O endividamento citado acima foi a um tempo resultante da falta de outras alternativas de financiamento para custeio da produção, o que levou o produtor a recorrer ao comerciante. A não correspondência da safra com a quantidade de cacau vendida antecipadamente resulta neste processo num débito em produto, cujo valor é reajustado ao preço do dia.

Outra razão das crises na região refere-se ao fato de, nas épocas de queda do preço, as condições de consumo e principalmente de investimentos, tanto produtivas como não produtivas, permanecerem niveladas pelas épocas de alta.

Um último elemento a ser considerado é que nas "épocas de baixa" permanecem os compromissos com empréstimos e financiamentos nos prazos com que foram estabelecidos anteriormente, em condições mais favoráveis.

Desta forma, as crises cíclicas já caracterizadoras desta região não são conjunturais. Apresentam-se de fato como momentos de agudização da instabilidade que a caracteriza, como uma estrutura dependente, e que influencia toda a formulação de sua dinâmica interna.

Assim, nos tipos de comercialização supra colocados já é possível reconhecer alguns dos mecanismos que se armam em torno e em função da economia cacauzeira e que podem ser considerados como sintomas da diferenciação da própria dependência em sua multiplicação pelos vários momentos que qualificam esta economia da produção ao mercado.

Neste enquadramento é que se definem os papéis dos agentes da produção.

Os níveis de atuação dos fazendeiros de cacau serão detalhados na análise subsequente. Situiremos aqui um deles, o menos comum, mas possivelmente o mais conhecido, por estar referido ao estrato que, nesta área, acumula as possibilidades econômicas e políticas. O importante é ver como a definição dos papéis desempenhados surge como produto do modo de estruturação da economia do cacau.

1. Ação de partir o fruto do cacauzeiro, também chamado cacau, coco de cacau ou cabeça, geralmente feita com o facão. Esta prática exige do trabalhador rapidez e habilidade em controlar sua força, para que a lâmina do facão, ao partir o "coco", não atinja as amêndoas.
2. Ação de tirar as amêndoas de dentro das cabeças, acumulando-as em rumas sobre folhas de bananeiras, dentro de caixas de madeira (de tamanhos padronizados, porque servem também como medida do trabalho), ou nos cacuás, belaios de cipó tecido que, presos às selas dos animais, servem para o transporte do produto ao cocho de fermentação ou ao local de venda.
3. O estoque raramente ocorre nas fazendas. Constitui, geralmente, um recurso das firmas exportadoras e das cooperativas, em algumas épocas, visando aguardar ocasião de obter melhor preço.

Partindo dessas considerações, não é portanto casual a configuração do fazendeiro de cacau com características bem mais fortes de "homem de negócios" ou "comerciante" do que de um homem com ligação íntima com a terra e com a vida rural, como não é casual o produto da cultura de um povo. Surge, isto sim, das exigências objetivas da realidade em que este povo vive.

O fazendeiro de cacau está vinculado às condições do mercado, desde que são decisões a este nível que definem os resultados da atividade econômica em que se empenha. O acompanhamento diário das cotações do produto, a decisão pelo melhor momento da venda, o conhecimento e a utilização dos mecanismos de comercialização e das disponibilidades de crédito, a avaliação das alternativas tecnológicas, são elementos permanentes que, em princípio, definem a forma de participação deste estrato de produtores no plano das decisões particulares, no plano associativo dos sindicatos de produtores e no conselho de seus representantes¹.

A cacauicultura impõe portanto duas frentes simultâneas de atuação: o *controle da produção*, que a organização produtiva existente permite que seja delegado a nível de execução, e o *controle da comercialização*.

A existência destas duas frentes e de uma marcante diferenciação quanto à capacidade de participação dos produtores em ambas, irá definir algumas características da estratificação social na região. No estrato em que se situa o tipo de produtor apontado acima, encontram-se, por exemplo, elementos vinculados tanto ao campo como às atividades urbanas, configurando-se "uma aliança de grupos que teoricamente se situariam em posições antagônicas como é o caso dos produtores e dos comerciantes" (3).

Resultantes da relação proprietário x fazenda de cacau x mercado, emergem as demais formas de participação na produção.

Aqui podemos situar o quarto aspecto a ser considerado:

4º A disponibilidade e a distribuição dos recursos humanos vinculados à estrutura produtiva regional, definindo não somente as possibilidades de participação como também as condições da cotação da força de trabalho.

As possibilidades de participação, neste sistema de relações com que se estrutura a economia do cacau, tendem a ser definidas (como já é possível perceber pelos elementos situados) não como função exclusiva de obter o produto, mas como uma cancha em que se joga, então a nível de produção, as melhores formas de obter os melhores resultados.

O modo como se organiza a produção e como se definem os tipos de contrato de trabalho, apresenta-se neste sentido como tentativa de – além de garantir níveis satisfatórios de produtividade – reduzir, a partir da produção os efeitos de instabilidade dos preços do mercado internacional.

Não são portanto os níveis de produtividade que definem os salários (7). Se assim o fosse, também a remuneração dos trabalhadores seguiria a flutuação do conjunto, mantendo-se limitada nas épocas de retração e expandindo-se nas altas.

A população de trabalhadores da região, ao lado dos proprietários de unidades de subsistência, sente de forma indireta os embates das condições do mercado. A época de alta permite maior estabilidade do emprego. Em contraposição, nas épocas de baixa, se a queda de preços atingiu muito fortemente o proprietário, ele pode tomar a decisão de reduzir o número de trabalhadores, ou de mudar as formas de contrato de trabalho, optando pela mão-de-obra temporária, em detrimento do vínculo permanente.

Mais direta em relação à definição do preço do trabalho é a ação do próprio mercado da força de trabalho. Nos últimos anos, na região, a escassez de mão-de-obra vem sendo referida pelos produtores e os efeitos do fato já são nitidamente percebidos pelos níveis de crescimento dos salários. Dada a inexistência até o momento de trabalhos sistemáticos, alguns fatos podem ser colocados como hipótese explicativa.

Numa primeira abordagem, pelo fato de ser resultante de uma condição mais recente, percebe-se que o aumento do preço do cacau no mercado internacional, além das conseqüências anteriormente já referidas para a situação regional, repercutiu diretamente

- no valor das terras agrícolas
- na expansão da área de cacau com a decorrente pressão sobre as pequenas propriedades.

1. O Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau, segundo seu regimento publicado no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO de 29.08.75, tem por objetivos:

- a. Assistir à Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, no seu relacionamento com os produtores de cacau, inclusive na filosofia e execução do programa de amparo e fortalecimento da cacauicultura brasileira;
- b. representar a lavoura do cacau perante os demais organismos governamentais sempre que julgar conveniente aos interesses da classe e manifestar-se sobre medidas que afetam direta ou indiretamente a economia cacaueira;
- c. atuar no sentido de fortalecer as atividades sindicais rurais nas regiões cacaueiras do país, promovendo gestões em defesa de seus interesses, em consonância com os dispositivos legais.

Tais fatos podem ter resultado na retenção da mão-de-obra nas UPs¹ familiares e, no caso de venda das terras, na alternativa de deslocamento para as cidades ou para o Centro Sul, o que retiraria do meio rural parte da mão-de-obra temporária localizada nas pequenas fazendas.

Ao lado disso, a região já não recebe, como aconteceu em períodos anteriores de sua história, forte afluxo de nordestinos, principalmente sergipanos, que chegavam na expectativa de ocupar as terras e participar no êxito da nova atividade.

Novas possibilidades surgiram, em outras áreas. Ao mesmo tempo, a abertura de estradas e o acesso aos meios de comunicação têm facilitado a saída da mão-de-obra da região em direção ao Sul, principalmente a São Paulo, tendência esta bastante nítida, seja em meio rural ou nas cidades.

Se a estes aspectos juntarmos os incentivos à ampliação das áreas de cacau, a implantação de novos recursos tecnológicos à cacauicultura — cuja resultante é a absorção de maior número de trabalhadores — os projetos e os financiamentos de estímulo a novas atividades agrícolas nas áreas periféricas à cacaueira, teremos possivelmente um quadro explicativo da defasagem surgida entre as condições anteriores e as atuais do mercado de mão-de-obra na região.

Estas mudanças, já verificadas a nível do fator trabalho situam, em relação ao método que se está desenvolvendo, a importância do quinto elemento a ser proposto:

5º. O sentido das transformações estruturais e as condições de expansão das forças produtivas, associados à manutenção ou alteração das relações de produção que dão suporte ao sistema.

A necessidade deste nível de verificação se coloca pelo fato de estarem ocorrendo na região uma série de transformações cujas propostas precisam ser avaliadas em relação à realidade objetiva a que se referem.

Trata-se praticamente de obter resposta a uma pergunta: a quem servem estas transformações?

A comercialização interna, por exemplo, vem sofrendo alterações ao longo do desenvolvimento da cultura do cacau na região. O crescimen-

to da produção repercutiu na abertura de vias de acesso e na interiorização dos agentes compradores das firmas exportadoras.

Enquanto isso, a participação dos produtores na comercialização e nos planos de crédito e financiamento para a lavoura é decidida pelas garantias que eles oferecem não só em propriedades e instalações, como principalmente pela quantidade de arrobas produzidas que, no final, é o que possibilitará objetivamente cumprir com os compromissos assumidos².

^{1º} O grande produtor, pela forma com que está inserido no processo produtivo, tem condições de dar suporte aos compromissos dos exportadores. A vinculação de interesses que se estabelece neste caso entre o produtor e o comerciante, já referida anteriormente, retorna para o produtor numa forma que lhe permite ter reduzidos quase totalmente seus custos de comercialização, já que os compradores, em alguns casos, se encarregam diretamente das diversas etapas, que vão desde a ensacagem das amêndoas até o transporte.

Os médios e pequenos produtores estão submetidos aos mesmos critérios estabelecidos acima para a definição dos meios de crédito — as garantias —, sendo a principal delas a produção.

Como o suporte destas categorias, em termos de produção, é limitado, resta a propriedade como garantia. E quanto a esta, há uma limitação: o grande número de fazendas não tituladas.

As dificuldades de legalização de terras são citadas desde o início da ocupação. O próprio Presidente da Província, respondendo ao empenho do Governo Imperial em fixar os colonos, já referia como limitações os custos de demarcação, medição e processamento da legalização da posse (3).

Pode-se dizer que ainda hoje permanecem as mesmas limitações, que assumem caráter seletivo.

Esta seleção se dá, em termos de custos, tanto nas pré-condições do processo de titulação, como no seu acompanhamento e obtenção, o que demanda despesas de viagem, estadia na capital, etc.

A CEPLAC, em seu trabalho de assistência à lavoura cacaueira, procurou intervir diretamente na obtenção dos títulos. Alguns desses, encontrados nos escritórios locais de Ilhéus e Itabuna, permitem um exemplo do tempo de duração dos processos:

1. UPs: Unidades de Produção

2. De fato, na região, os produtores são qualificados pelo número de arrobas que produzem. FREDERICO AFONSO, do corpo técnico da CEPLAC, propôs a seguinte classificação, que vem sendo utilizada nos demais trabalhos a respeito:

Burareiros — até 400 arrobas
Pequeno produtor — 401 a 1500
Médio produtor — 1501 a 6000
Grande produtor — 6000 e mais.

QUADRO 1. Duração dos processos de titulação da propriedade revelados em 103 títulos dos municípios de Ilhéus e Itabuna, por estratos de área (em ha)

Área	Tempo de duração em anos								Total
	1	2-5	6-10	11-20	21-30	31-40	41-50	51 e mais	
0 - 10		14	6	8	1	1	2		32
10 - 20	1	4	3	20	3	1	2	1	35
20 - 50	1	8	3	4	6	1	2		25
50 - 100	1	2	2	2	2				9
100 - 200				2					2
200 e mais									
Total	3	28	14	36	12	3	6	1	103

FONTE: CEPLAC - DEPEX

Títulos encontrados nos escritórios locais de Ilhéus e Itabuna.

Para os pequenos e médios produtores, no entanto, mesmo superadas as dificuldades para cumprir com as garantias na obtenção de financiamento, fica ainda a insegurança, desde que sua capacidade de arcar com os riscos da agricultura é bem pequena.

6ª. A caracterização da estrutura agrária e suas repercussões nos níveis de produtividade e nas formas de participação na produção.

Segundo o estudo de História Econômica e Social deste Projeto, a formação da lavoura cacaueteira se deu pela ocupação primária das terras devolutas do Estado, bem como de áreas legalmente constituídas, mas precariamente usadas.

Na sua expansão, o cultivo do cacau passou a ocupar todas as áreas aptas. Isto ocorreu porque a propriedade, em sua tendência de crescimento devido ao aumento da solicitação do mercado exterior, passou a agregar terras incultas e outras áreas já cultivadas.

Para isso influíram algumas condições:

- capital disponível para arcar com os custos dos processos de legislação;
- poder para garantir a defesa das áreas ocupadas;
- uso do "contrato" como forma de ampliação da área cultivada, sem que a terra entrasse no valor da transação, desde que a posse do "contratista"¹ não era legal.

Estes mesmos elementos - a determinação do mercado externo, o estímulo ao aumento da produção e à procura das terras mais aptas, a diferenciação na disponibilidade de capital e poder

- reproduziram-se historicamente, chegando à atual formação da estrutura agrária, que na região apresenta características especiais:

"Em lugar da caracterização geral de grandes propriedades coexistindo com o minifúndio, encontra-se o que se pode chamar de multiplicidade da posse." (10).

A multiplicidade refere-se ao fato de muitos fazendeiros terem mais de uma propriedade, de forma que a posse total não se apresenta em grandes áreas contínuas, mas em várias parcelas, pulverizadas pela região e fora dela. Deste modo, a estrutura de distribuição da terra não pode, sem incorrer em grande erro, ser caracterizada pela verificação de uma só propriedade de único produtor.

São estas, em princípio, as áreas de investigação definidas como prioritárias para o cumprimento dos objetivos do projeto, que visa verificar o modo como todos esses elementos se articulam no interior da atividade produtiva.

O quadro de referência colocado como complemento à citação de cada uma das seis áreas tem a função de revelar alguns dos aspectos que, embora de modo geral, situam a orientação atual do sistema de relações da subárea ora analisada. A utilização destas áreas de verificação como parâmetro, bem como o desenvolvimento deste quadro de referência, fazem parte do método que deverá ser cumprido para cada uma das demais subáreas que compõem o Polígono em estudo.

O desenvolvimento deste método definiu para o trabalho dois momentos:

Num primeiro, a localização em cada subárea, de forma particularizada, dos elementos que compõem as bases do sistema de relações existente. Neste caso, estão associadas informações

1. Vide detalhamento no capítulo em que se desenvolve a Unidade II da análise.

relativas à estrutura fundiária, à legitimação da propriedade, a formas do domínio e à história da ocupação das terras pelas diferentes categorias de produtores, ao desempenho do processo produtivo e a formas de organização da produção e relações de trabalho.

Num segundo momento, a investigação desses desempenhos particularizados de uma perspectiva comparativa, apreendendo semelhanças e diferenças expressas no desenvolvimento das atividades típicas de cada subárea.

O material assim obtido representa uma primeira etapa de desenvolvimento deste esquema, e compõe-se das seguintes unidades:

Unidade 1. A população regional especificada por municípios e subáreas, salientando-se suas diferenciações e tendências.

Unidade 2. A mão-de-obra na subárea Cacaueira e alguns elementos das relações de produção.

A importância destas informações está centrada na correspondência existente entre a disponibilidade de recursos humanos e as relações de trabalho, a tecnologia utilizada, a pressão sobre a terra e as oportunidades de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade.

A abordagem desta temática nesta etapa não pretende e não pode ser conclusiva, tanto por ser apenas parte de um esquema mais amplo, quanto pelo próprio caráter da investigação realizada. Da mesma forma, isentamo-nos de propor ou adotar tipologias resultantes de estudos semelhantes, desde que se trata, nesta área, de uma primeira tentativa de verificação e sistematização de seus elementos definidores, que se encontram a nível das análises específicas nos relatórios dos diferentes técnicos do projeto.

Assim é que, reconhecendo as possibilidades analíticas oferecidas pelos dados obtidos e pelo método definido pela equipe do projeto, fica claro o seu caráter de insumo para etapas posteriores de maior sistematização e aproveitamento, tanto teórico como a nível de programação.

METODOLOGIA DE CAMPO

Para obter informações que permitissem cumprir com os objetivos traçados, realizou-se a investigação no meio rural.

Foram definidos como unidades amostrais os subsetores que representam a menor desagregação geográfica utilizada pela Fundação IBGE no Censo de 1970.

A amostra, referida à área total do Diagnóstico (89 municípios do Sudeste da Bahia), compõe-se de 362 subsetores sorteados aleatoriamente, dos quais 111 estão localizados na subárea Cacaueira.

Do total de subsetores sortearam-se 50 para a amostra de trabalhadores rurais¹.

O procedimento definido para a pesquisa propriamente dita foi o de censar as unidades de informação contidas nos subsetores sorteados. Considerou-se a unidade de produção como unidade de informação.

Realizaram-se 3.104 entrevistas (997 na subárea Cacaueira) com produtores de terras próprias ou não próprias incluídos em uma das categorias abaixo ou outras equivalentes, não previstas:

Produtor de terras próprias: PRODUTOR PROPRIETÁRIO

É aquele que mantém sob sua posse terras da unidade de produção mediante títulos de posse, escrituras ou outros títulos, terras em processo legal de partilha, (nas quais o produtor seja herdeiro) e terrenos foreiros.

Produtor de terras não próprias: PRODUTOR NÃO PROPRIETÁRIO

É aquele que mantém sob sua posse, na unidade de produção, terras alugadas ou ocupadas. Produtor de terras alugadas é aquele que mantém sob sua posse, na unidade de produção, terras de propriedade de terceiros, pelas quais paga uma quantia fixa ou variável.

Produtor de terras alugadas por uma quantia fixa: ARRENDATÁRIO

É o produtor que mantém sob sua posse, na unidade de produção, terras de propriedade de terceiros, pelas quais paga uma quantia fixa em dinheiro, em produção ou em serviços, por um determinado período.

Produtor de terras alugadas por uma quantia variável: PARCEIRO

É aquele que mantém sob sua posse terras de propriedade de terceiros, pelas quais paga uma quantia variável em produção (meia, terça, quarta, etc.).

1. O detalhamento de orientação estatística adotada está contido na Metodologia do Diagnóstico Sócio-econômico.

Produtor de terras ocupadas

É o produtor ocupante. Mantém sob sua posse, na unidade de produção, terras de propriedade do Governo, devolutas ou particulares, nada pagando pelo seu uso, com ou sem o consentimento do proprietário.

Contratista

Tem a posse da terra com cacau em desenvolvimento, mas não tem o domínio desta terra e a desfruta por tempo determinado.

Contratista ocupante

Tem posse e desfrute da terra com cacau em produção e/ou em desenvolvimento, mas não tem tempo de desfrute determinado.

Produtor Assalariado

Os que não se encaixam em uma das categorias acima. Não têm a posse da terra e são "produtores" assalariados, classificados como *trabalhadores agrícolas*.

No caso dos subsetores sorteados para a amostra de trabalhadores rurais, foram entrevistados todos aqueles trabalhadores que se encontravam nas UPs no momento da pesquisa, num total de 1.141 (384 na subárea Cacaueira).

O instrumento de investigação adotado foi o questionário elaborado de forma específica para cada um dos grupos a ser estudado.

Para a presente análise foram consideradas, dos questionários de Trabalhador Rural, apenas algumas informações quanto às relações de trabalho, como complemento qualitativo do que foi verificado nos questionários de Unidade Padrão, utilizados como material-base.

Os conteúdos e algumas conclusões ora apresentadas, resultantes da análise deste material, *referem-se à amostra obtida para a subárea Cacaueira*.

Outros relatórios, com lançamento posterior a este, deverão conter os elementos de expansão desses resultados para o universo, bem como a análise detalhada da amostra, dos conceitos e do desempenho do trabalho em campo.

Quanto a este último aspecto, cabem aqui algumas referências relevantes para a caracterização metodológica, desde que a forma com que foi operacionalizada a investigação fez do processo em que esta se desenvolveu uma outra fonte de informações.

As equipes responsáveis pelas entrevistas em meio rural, em número de cinco, compunham-se

em média de 10 enumeradores e dois a três motoristas, coordenados por um técnico da equipe central da área Sócio-econômica do Diagnóstico.

O total de subsetores amostrais foi organizado de forma que, a cada equipe, coube um roteiro geográfico a ser cumprido e um número estimado de entrevistas a realizar¹.

O desempenho desta tarefa exigiu a permanência de um ano em campo (1973). Os membros de cada equipe distribuíam-se, por indicação do coordenador, de acordo com as necessidades, nas seguintes funções:

- batedores — responsáveis pela localização dos subsetores a partir da descrição e do mapa da FIBGE; pela elaboração de mapas de acesso com indicação detalhada de pontos de referência; pela primeira abordagem nos produtores a serem entrevistados.
- entrevistadores — função exercida por todos, independentemente de, em algum momento, assumirem outras responsabilidades.
- revisores — responsáveis pela verificação dos questionários preenchidos quanto à obtenção de todas as informações, consistência interna das respostas e fidelidade dos conceitos.

Os locais-sede eram as cidades, vilas ou povoados mais próximos dos subsetores a serem investigados.

A caminhada pela mata, imposta pela inexistência de estradas em algumas áreas, a dificuldade de acessos, só possíveis em certos casos com a utilização de canoas ou animais; a participação em reuniões nas escolas, igrejas, prefeituras, sindicatos, cooperativas; o confronto com as limitações existentes, o conhecimento dos níveis de percepção e dos modos de articulação das decisões, foram circunstâncias que permitiram à equipe chegar a uma relação mais íntima com a realidade estudada, fundamental para o desenvolvimento das etapas que se seguiram ao levantamento. Daí poder situar o próprio método desenvolvido em campo como fonte de informação, além das entrevistas definidas anteriormente como instrumentos formais.

Esta unidade objetiva oferecer alguns dados básicos sobre a população, visando mensurar a situação dos recursos humanos com que conta a região e reconhecer as condições existentes quanto ao emprego e à mão-de-obra.

Ao trabalhar alguns aspectos quantitativos encontraram-se dificuldades derivadas da carência de informações, ainda não divulgadas pelos órgãos especializados.

1. Estimou-se o total de entrevistas a partir das listagens da FIBGE que especifica por subsetor o nome das fazendas, dos produtores e a área total.

Estas limitações referem-se principalmente às informações sobre a utilização da força de trabalho (População ocupada), um dos elementos fundamentais para a formulação de políticas de emprego associadas à utilização dos demais fatores de produção.

Fica ressaltada, portanto, a necessidade de complementação desta unidade, para que se complete o quadro de referência da etapa de programação.

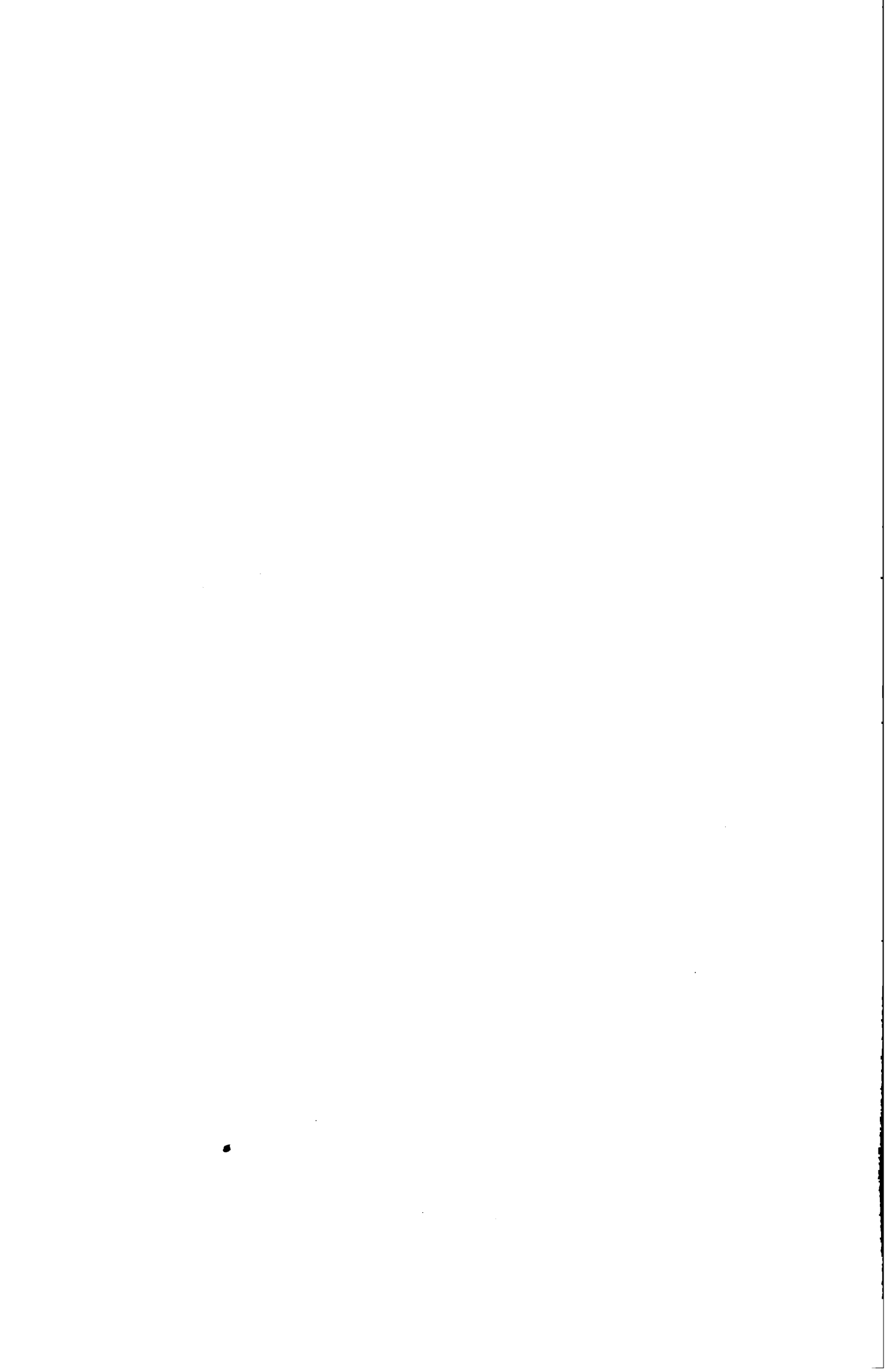
O fenômeno populacional, a densidade, a distribuição rural-urbana, a composição da força de trabalho e sua repartição pelos diferentes setores da economia são parte da caracterização estrutural de cada formação, seja nacional ou regional. Nesta relação, as mutações ou tendências apresentadas quanto a estes aspectos só podem ser compreendidas se associadas a uma análise histórica, que revele as transformações estruturais ocorridas.

Sabe-se que o fato populacional na região está vinculado às origens da formação econômica do Brasil e às características com que o Nordeste como um todo se colocou na divisão social do trabalho.

Alguns elementos históricos citados por BALAN (1) referem-se ao Nordeste, a partir dos fins do século XIX, como uma área: a) detentora de uma mão-de-obra basicamente nacional, formada por homens livres, escravos e seus descendentes, sendo muito tênue a influência da migração européia; b) caracterizada pela maior concentração demográfica da época; c) ausente de níveis significantes de emigração, apresentando movimentos internos, dentro da própria região, entre os quais se destaca o grande fluxo para o sul da Bahia, devido à atração da cultura do cacau.

Especificando esta linha, MILTON SANTOS (9) assinala que "a grandeza econômica da zona cacaueira, foi em boa parte forjada pelo sertanejo e pelo nordestino vindos do interior da Bahia e de outros Estados, especialmente Sergipe, donde a inclemência da seca os tangia".

Esta população, cujas origens podem ser divisadas nas duas citações anteriores e no projeto já referido, será tema desta abordagem sob alguns ângulos que a qualifiquem "não só intervindo no processo econômico enquanto beneficiaria do mesmo, mas também quanto integra ou está disponível para integrar a força de trabalho, constituindo-se como parte dos recursos disponíveis" (4).



PARTE I – POPULAÇÃO

Capítulo 1 CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

A região em estudo, ocupando 16,40% da área do Estado, contém, segundo estimativa para 1975¹ 25,84% de sua população, ou seja, cerca de 2.183.658 habitantes.

Esta população encontra-se distribuída pelas 8 subáreas em evidência, concentrando-se nas subáreas Cacaueira (35,35% da população total em 1960, 33,67% em 1970 e 32,75% em 1975), Planalto de Conquista (18,29% em 1960, 20,34% em 1970 e 21,35% em 1975), e Pastoril de Itapetinga (18,96% em 1960, 16,48% em 1970 e 15,44% em 1975).

A subárea Planalto de Conquista é, das três, a que mantém um ritmo crescente de participação relativa.

Os municípios que mais cresceram em população na década 60-70, em percentuais sobre o ano base 60, foram os seguintes, relacionados em sua respectiva subárea:

- a) Cacaueira:
Mascote — 76,07%
Itabuna — 47,25%
Ubatã — 41,16%
- b) Planalto de Conquista:
Cândido Sales — 60,79%
Vitória da Conquista — 59,19%
Boa Nova — 38,67%
- c) Pastoril de Itapetinga:
Pau Brasil — 32,42%
Maiquinique — 30,23%
Itagimirim — 27,53%

Em termos totais, a região apresentou em 1970 uma população de 17,66% maior do que em 1960, enquanto que para a Bahia a proporção foi de 26,58% e para o Brasil 33,12%.

As subáreas com maior incremento populacional, foram, neste mesmo período, as seguintes:

- a) Litorânea do Alto Extremo Sul: 66,14%². Um dos seus municípios componentes — Santa Cruz Cabrália — foi o que apresentou maior crescimento entre os 89 da região investigada (155,87% sobre o total apresentado em 1960).
- b) Interiorana do Extremo Sul: 34,80%. O município de Itamaraju (2º lugar em crescimento populacional — 68,12%), pertence a esta subárea.

- c) Planalto de Conquista: 30,85%.

A única subárea cuja população decresceu no período em referência foi a Planalto de Jaguaquara, que apresentou em 1970 uma redução de 4,27%.

Entre os municípios de maior incremento apresentam-se diferenças que, se não for considerada a conceituação adotada pelo censo, podem resultar em distorções analíticas bastante sérias.

À primeira vista, segundo a distribuição registrada no censo, o crescimento destes municípios ocorreu de forma polarizada: no primeiro, Santa Cruz Cabrália, ter-se-ia verificado um acréscimo de 177% na população rural e 20% na urbana, enquanto Itamaraju, o segundo, com um crescimento de 48,57% na população rural, apresenta pelo Censo de 1970 um acréscimo da população urbana de 272,49%.

Cabe aqui um alerta à verificação das informações contidas nas tabelas, referido ao conceito de população urbana expresso no volume I Tomo XIII do Censo Demográfico da Bahia:

“Considerou-se população urbana a recenseada nas *idades* e vilas (quadro urbano e suburbano)”.

O critério utilizado foi portanto caracterizado em função das decisões político-administrativas atribuídas às áreas e comunidades pelo Decreto-lei nº 311 de 2 de março de 1938, que fixou normas para a divisão territorial do país. Segundo a nota prévia ao Censo de 1940, “a apuração dos habitantes do quadro urbano e suburbano viria revelar, como de fato revelou, a real significação social desses núcleos, a par das anomalias que se verificam freqüentemente na elevação de localidades à categoria de sedes administrativas”.

Por ser, em suas funções de uso, um conceito padrão, não guardando as características de cada região, o conceito de população urbana, ao ser vinculado à qualificação legal dos aglomerados passa a ter um caráter muito arbitrário em certos casos. Como consequência: a) incluem-se como urbanos aglomerados isentos de equipamentos básicos e cujas populações são constituídas principalmente de pessoas com ocupação agropecuária; b) ocorre o que se expressa nas informações acima sobre o crescimento rural de Santa Cruz Cabrália,

1. A estimativa populacional para 1975 foi obtida pela utilização das taxas geométricas de crescimento resultantes da relação entre as populações recenseadas de 1960-70. A estimativa resultou da aplicação destas taxas à população residente de 1970.

2. Os percentuais referem-se à proporção de crescimento sobre o ano base de 1960

que se deve basicamente à emergência de Eunápolis como centro de interesse de maior dinamismo. Eunápolis, qualificada como povoado, deixa

portanto de cumprir com os critérios estabelecidos, embora supere a própria sede do município em termos de equipamentos, comércio e serviço.

Capítulo 2 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

A análise comparativa dos dois recenseamentos (1960 e 1970) permite verificar a localização da população no espaço regional. Tal informação, definindo para o polígono e para cada subárea os níveis de concentração em meio rural ou urbano, é um dos elementos reveladores do rumo das transformações em processo.

No Quadro 2, pode-se observar que a tendência expressa para o total da região pela redução relativa da população rural encontra sua evidência mais marcante nas subáreas Cacaueira, Planalto de Jaguaquara e Pastoril de Itapetinga, que apresentam taxas negativas de crescimento (-0,56, -1,21 e -1,39 respectivamente). Apesar de apresentarem crescimento de população em termos totais, estas subáreas tiveram reduzido seu contingente de população rural, tanto em termos absolutos quanto relativos.

Ao lado destas, as subáreas Tabuleiros de Valença, Planalto de Conquista e Interiorana do Extremo Sul apresentam crescimento em termos absolutos, tendo no entanto limitada a taxa de participação da população rural.

Somente as duas subáreas litorâneas do Extremo Sul se contrapõem ao processo verificado nas demais, apresentando entre todas as mais altos índices de crescimento da população rural (41,06% – Litorânea do Alto Extremo Sul; e 23,13% – Litorânea do Baixo Extremo Sul, correspondendo às taxas geométricas de 5,403 e 2,606).

Em relação à Litorânea do Alto Extremo Sul deve-se, contudo, considerar os elementos discutidos anteriormente sobre a não adequação do conceito de população urbana.

A busca das razões pelas quais a dinâmica populacional da região apresenta tais características exige a colocação de alguns elementos que, na inexistência de estudo sistemático sobre o tema, podem ser situados como componentes de uma hipótese explicativa.

A centralização dos serviços básicos e, em termos gerais, o desenvolvimento, embora ainda limitado, do setor secundário, e com maior força do terciário, com a conseqüente criação de novos empregos – ainda que não correspondendo aos níveis de procura – tornam a cidade uma alternativa às condições existentes no campo.

Uma única subárea não se justifica nesta relação – a Planalto de Jaguaquara – cujo incremento urbano não é suficiente para compensar o decréscimo da população rural, verificando-se redução na população total de 4 de seus municípios e, conseqüentemente, no total da subárea.

Na subárea Cacaueira, verificou-se que nas UPs patronais típicas de cacau, pelas próprias

exigências da cacauicultura, há predominância de assalariados permanentes (vide Unidade sobre Mão-de-obra deste trabalho).

Entretanto, a proporção de mão-de-obra temporária absorvida pelas ups de cacau é, em termos absolutos, bem superior à utilizada pelas demais atividades.

Ao lado disso a alteração das formas de contrato de trabalho verificada nos últimos anos tem revelado um número bem maior de diaristas e de empreiteiros, vinculados à cultura do cacau ou a outras atividades agropecuárias. Estes, sem alternativas de casa na fazenda, passam a morar em aglomerados construídos “na linha de trabalho” ou seja, próximos às grandes propriedades ou na periferia das cidades maiores.

Um outro componente explicativo está ligado à disponibilidade dos espaços na região, o que poderia ser condição da reorientação dos fluxos populacionais.

Comparando-se a área total do Polígono do Diagnóstico com a área ocupada com estabelecimentos rurais, percebe-se um incremento de 15,42% de ocupação na década, para a região. A nível das subáreas, a Cacaueira sobressai com um crescimento na ocupação dos espaços de 20,70%, seguindo-se na ordem Conquista e Itapetinga (16,37%), na zona oeste, Jaguaquara (15,16%) e Extremo Sul (14,94%).

Segundo dados da Sinopse do Censo Agrícola e Censo Demográfico da Bahia – 1970 em termos de área ocupada, Jaguaquara e os agregados Conquista, Itapetinga, Cacaueira e Valença estão bem próximos de seus limites, com uma disponibilidade de 7,11%, 18,10% e 19,21% da área total. Ao lado destes o Extremo Sul apresenta-se ainda com 28,16% de disponibilidade, principalmente nas áreas litorâneas (Litorânea do Alto Extremo Sul – 34,54% e Litorânea do Baixo Extremo Sul – 50,56%).

Desde que consideradas as atividades econômicas desenvolvidas em cada subárea e as conseqüentes diferenciações quanto à absorção da mão-de-obra, os dados sobre densidade demográfica permitem, sob um outro ângulo, a mesma verificação. Pelo quadro 6 vêem-se reforçadas as constatações anteriores. (Atente-se que estão situados no Litoral do Extremo Sul os mais baixos níveis de densidade).

Retornando-se à premissa colocada no início deste item, já agora com os recursos empíricos apresentados, torna-se mais clara a percepção dos mecanismos que dão origem à atual distribuição da população nesta área.

A história da sua ocupação, a aptidão dos recursos naturais, o tipo de uso dos recursos produtivos, o sistema de relações de produção, expressos na estrutura agrária, na capacidade de absorção da força de trabalho e nas formas de participação no processo econômico são, entre outros, indicadores de uma história mais ampla. É esta que define, no conjunto de opções sociais, econômicas e políticas intra e extra regionais, no plano nacional e nas relações internacionais, o modo de utilização dos recursos existentes, ou seja, a forma de participação na geração do produto global.

Importa salientar neste contexto que o sentido seguido pelas mudanças estruturais, em que se situa como decorrência a própria distribuição populacional, não é, portanto, um fato isolado, passível de ser decidido e explicado pela conjuntura regional em si. Isto porque é este quadro mais complexo de relações que garante "que a expansão das forças produtivas não coloque em risco as relações de produção que servem de suporte ao sistema em que a economia regional se insere" (8).

QUADRO 2. População recenseada por subáreas, segundo a situação de domicílio (1960-1970)

Subáreas	1960 ¹				1970 ²							
	População		Rural		Urbana		População		Rural		Urbana	
	Total	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Total	Nº	%	Nº	%
Cacaueira	601.582	351.204	58,38	250.378	41,62	674.709	49,26	332.230	49,26	342.379	50,74	
Participação da subárea	35,35%					35,35%						
Tabuleiro de Valença	115.334	77.006	66,77	38.328	33,23	135.481	64,93	87.968	64,93	47.513	35,07	
Participação da subárea	6,78%					6,77%						
Planalto de Jaguaquara	82.389	66.207	80,36	16.182	19,64	79.015	74,17	58.609	74,17	20.406	25,83	
Participação da subárea	4,84%					3,95%						
Planalto de Conquista	311.283	201.276	64,66	110.007	35,34	407.305	54,73	222.931	54,73	184.374	45,27	
Participação da subárea	18,29%					20,34%						
Pastoril de Itapetinga	322.592	241.187	74,69	81.405	25,31	329.838	63,59	309.730	63,59	120.108	36,41	
Participação da subárea	18,96%					16,48%						
Interiorana do Extremo Sul	140.407	114.127	81,28	26.281	18,72	189.267	73,42	138.963	73,42	50.304	26,58	
Participação da subárea	8,25%					9,45%						
Litorânea do Alto Extremo Sul	55.985	48.389	86,43	7.596	13,57	93.011	88,26	82.096	88,26	10.915	11,74	
Participação da subárea	3,29%					4,64%						
Litorânea do Baixo Extremo Sul	72.286	58.922	81,51	13.364	18,49	93.802	81,71	76.647	81,71	17.155	18,29	
Participação da subárea	4,25%					4,68%						
Total do Polígono	1.701.858	1.158.317	68,06	543.541	31,94	2.002.428	60,39	1.209.274	60,39	793.154	39,61	
Relação com o Est. de Bahia	28,41%					26,41%						
Bahia	5.990.605	3.906.889	65,22	2.083.716	34,78	7.583.140	58,59	4.442.733	58,59	3.140.407	41,41	
Relação com o Brasil	8,44%					8,02%						
Brasil	70.992.343	38.997.526	54,92	32.004.817	45,08	94.508.554	44,02	41.603.810	44,02	52.904.744	55,98	

1. Os dados por município para 1960, segundo a distribuição rural-urbana, foram obtidos a partir do composto das duas SINOPSES PRELIMINARES DO CENSO DEMOGRÁFICO (1960-1970), VII e VII Recenseamento FIBGE.

2. A SINOPSE de 1970 permite identificar as alterações municipais e distritais ocorridas, bem como o resultado final destas nas informações sobre os atuais municípios existentes na região. As parcelas de população, subtraídas de umas áreas para serem acrescidas em outras, guardaram a mesma proporção rural-urbana da área (município ou distrito) original.

QUADRO 3. Taxas geométricas de crescimento

Subáreas	Taxas	
	Rural	Urbana
	%	%
Cacaueira	- 0,56	3,17
Tabuleiro de Valença	1,304	2,17
Planalto de Jaguaquara	- 1,21	2,34
Planalto de Conquista	1,002	5,30
Pastoril de Itapetinga	- 1,39	3,96
Interiorana do Extremo Sul	1,916	6,71
Litorânea do Alto Extremo Sul	5,403	3,69
Litorânea do Baixo Extremo Sul	2,606	2,52
Bahia	1,294	4,187
Brasil	0,651	5,058

1. As taxas geométricas foram obtidas pela relação entre as populações recenseadas de 1960-70, apresentada pelas SINOPSES PRELIMINARES DO CENSO DEMOGRÁFICO, VII e VIII Recenseamentos (1960-70), FIBGE.

QUADRO 4. População residente e estimativa populacional para 1975, segundo a situação de domicílio

Subáreas	1970										Estimativa para 1975 ¹			
	População		Rural		Urbana		População		Rural		Urbana			
	Total	%	Nº	%	Nº	%	Total	%	Nº	%	Nº	%		
Cacauaieira	666.863	49,40	329.425	337.438	50,60	715.059	320.465	44,82	384.594	55,18				
Participação no Polígono	33,72%					32,75%								
Tabuleiros de Valença	134.125	65,05	87.251	46.874	34,95	145.278	93.080	64,08	52.188	35,92				
Participação no Polígono	6,78%					6,65%								
Planalto de Jaguaquara	78.065	74,59	58.227	19.838	25,41	77.062	54.788	71,10	22.274	28,90				
Participação no Polígono	3,95%					3,99%								
Planalto de Conquista	402.340	54,92	220.983	181.357	45,08	467.076	232.278	49,73	234.798	50,27				
Participação no Polígono	20,36%					21,39%								
Pastoril de Itapetinga	325.652	63,65	207.291	118.361	36,35	337.048	193.279	57,34	134.769	42,66				
Participação no Polígono	16,47%					15,44%								
Interiorana Interiorana do Extremo Sul	186.687	73,51	137.237	49.450	26,49	219.309	150.897	68,81	68.412	21,19				
Participação no Polígono	9,44%					10,04%								
Litorânea do Alto Extremo Sul	91.489	88,57	81.033	10.456	11,43	118.054	105.521	89,38	12.533	10,62				
Participação no Polígono	4,63%					5,41%								
Litorânea do Baixo Extremo Sul	92.189	81,93	75.526	16.663	18,07	104.772	85.893	81,98	18.879	18,02				
Participação no Polígono	4,66%					4,80%								
Total do Polígono	1.977.410	60,53	1.196.973	780.437	39,47	2.183.658	1.236.211	56,61	938.447	43,39				
Participação do Polígono	26,39%					25,84%								
Bahia	7.493.470	58,82	4.407.987	3.085.483	41,18	8.488.494	4.700.661	55,38	3.787.833	44,62				
Participação de Bahia	8,05%					7,78%								
Brasil	93.139.037	44,08	41.054.053	52.084.984	55,92	109.066.781	42.407.875	38,88	66.658.906	61,12				

1. A estimativa para 1975 resultou da aplicação destas taxas à população residente de 1970, cuja fonte foi o CENSO DEMOGRÁFICO DA BAHIA - VIII Recenseamento Geral - Série Regional - Vol. I - Tomo XIII - 1970 - FIBGE.

QUADRO 5. Área total e área ocupada por estabelecimentos agropecuários por Subáreas para o total do Polígono – 1970 – (dados em hectares)

Subáreas	Área total ¹	Área dos estabelecimentos ²
Cacaueira	1.810.200	1.581.412
Tabuleiros de Valença	597.100	346.584
Jaguaquara	251.200	233.336
Planalto de Conquista	2.198.000	1.528.488
Pastoril de Itapetinga	1.639.300	1.614.335
Interiorana do Extremo Sul	944.000	922.623
Litorânea do Alto Extremo Sul	910.200	595.784
Litorânea do Baixo Extremo Sul	831.900	411.270

1 Fonte: Censo Demográfico da Bahia

VIII Recenseamento Geral – Série Regional – Vol. I - tomo XIII – 1970 – FIBGE

2 Fonte: Sinopse Preliminar do Censo Agrícola – 1970.

QUADRO 6. Área, população total e densidade demográfica – 1970

Identificação das áreas	Área total (km ²)	População residente total	Densidade demográfica (hab/km ²)
Cacaueira	18.102	666.863	36,8
Tabuleiros de Valença	5.971	134.125	22,5
Planalto de Jaguaquara	2.512	78.065	31,1
Planalto de Conquista	21.980	402.340	18,3
Pastoril de Itapetinga	16.393	325.652	19,9
Interiorana do Extremo Sul	9.440	186.687	19,8
Litorânea do Alto Extremo Sul	9.102	91.489	10,1
Litorânea do Baixo Extremo Sul	8.319	92.189	11,1
Total do Polígono	91.819	1.977.410	21,5
Bahia	559.951	7.493.470	13,38
Nordeste	1.539.657	28.111.927	18,25
Brasil	8.546.508	93.158.837	10,90

FONTE: Censo Demográfico – VIII Recenseamento Geral – Série Regional – Vol. I - tomo XIII – 1970 – FIBGE.

Capítulo 3 MIGRAÇÃO

Associando os tópicos anteriores, que qualificam a centralização da população na região, pode-se dizer que sua distribuição está vinculada à dinâmica das oportunidades econômicas, ou seja, ao modo como cada setor de atividade se colocou historicamente no panorama regional.

Este processo se liga às formas com que no Brasil a emergência da industrialização, posterior a uma fase tipicamente agroexportadora, passou a redefinir as necessidades de mão-de-obra e, conseqüentemente, a distribuição geográfica.

Nesta relação, os movimentos migratórios respondem às exigências do fator trabalho definidas pela estrutura produtiva, numa forma em que não só reagem aos estímulos lançados por esta, mas participam de sua formação e de seu desenvolvimento.

Assim, em regiões cuja história econômica específica é mais antiga, pode-se encontrar, dependendo do ritmo com que se mantém (em formas estacionárias ou crescentes de geração de atividades e, conseqüentemente, de emprego), situações de limitação ou manutenção da chegada de fluxos migratórios. Em outras áreas, a que se poderia chamar pioneiras, onde há um impulso mais atual à utilização e ao desenvolvimento de seus recursos, percebe-se uma proporção maior de pessoas não naturais da região, vindas exatamente pelo estímulo da abertura de "novas frentes".

Na região em estudo, 24,34% de seus habitantes não são naturais do município onde residem. As subáreas do Extremo Sul são as que, entre todas, se destacam nesta relação, apresentando os seguintes índices:

Interiorana do Extremo Sul – 36,58%
Litorânea do Alto Extremo Sul – 31,25%
Litorânea do Baixo Extremo Sul – 36,88%

As duas subáreas litorâneas parecem ter recebido contingentes migratórios mais recentes, desde que apresentam apenas 30,67% e 27,72% do total de "não naturais" com mais de 11 anos de residência no município em que se encontram atualmente.

As subáreas Interiorana do Extremo Sul, Planalto de Jaguaquara, Pastoral de Itapetinga e Cacaueira são as que apresentam migrantes com maior tempo de residência no município de domicílio atual, com quase 50% acima de 11 anos. (Vide Quadro 7).

Quanto à origem desses migrantes, foram obtidos dois tipos de informação: uma primeira, do Censo Demográfico de 1970, que se refere à locação rural ou urbana da população migrante

com referência ao ambiente de residência atual; uma segunda, especificamente referida à subárea Cacaueira em que se situa, a partir da amostra de trabalhadores rurais, dá a origem enquanto espaço geográfico – mesmo município, outros municípios da região, outros municípios do Estado e outros Estados.

3.1. Aspectos das Migrações

No quadro 8 encontra-se a identificação da procedência dos migrantes, verificando-se para a Cacaueira e Planalto de Conquista os maiores índices de procedência urbana – 58,39% e 65,03%.

Do total de migrantes atualmente residindo em área suburbana, 45,17% encontram-se na subárea Cacaueira, seguindo-se em frequência a Pastoral de Itapetinga e a Planalto de Conquista.

Condições de infra-estrutura e disponibilidade de equipamentos urbanos permitem qualificar os diferentes núcleos populacionais da região como mais ou menos receptivos em relação às expectativas ou carências geradoras do movimento migratório. Considerando-se as características de pólos urbanos, os núcleos considerados de primeira grandeza estão exatamente nas subáreas Cacaueira e Conquista – (Itabuna, Ilhéus, Jequié e Conquista).

Um outro aspecto verificado refere-se à tendência urbano-urbano, rural-rural dos deslocamentos. Observe-se no quadro 8 que os migrantes atualmente em área urbana são em 72,09% originários de outras áreas urbanas. Ao mesmo tempo, 74,45% dos migrantes vindos do meio rural encontram-se como componentes da população rural no ponto de chegada.

Nesta relação biunívoca origem – chegada cumpre, no entanto, considerar as características dos aglomerados populacionais da região que, como se evidenciou em itens anteriores deste trabalho, nem sempre apresentam qualificação urbana típica.

É um fato incontestável na região o crescimento das áreas periféricas das cidades – "os bairros marrons", como são denominados em Jequié, (referindo-se à cor das casas, geralmente feitas de barro) bem como dos povoados que crescem ao longo das estradas principais – BR-101 por exemplo.

Estas populações, quando na periferia das cidades maiores (pólos de 1ª e 2ª grandeza) tendem, segundo o estudo de Renda e Consumo do projeto Diagnóstico, a estar ocupacionalmente

vinculadas à área urbana, em tarefas de prestação de serviço como lavadeiras, empregadas domésticas, engraxates, ou em atividades do setor comercial ou industrial.

Já nas cidades menores é maior a proporção de pessoas vinculadas ao meio rural. É o caso dos trabalhadores rurais temporários, ligados às propriedades de cacau nas épocas de "pico" ou mesmo em outras épocas, para a realização de algumas tarefas sob empreitada.

Assim, a migração para os centros urbanos nem sempre implica em integrar-se em atividades urbanas.

A vinculação da população a um trabalho rural ou urbano está, portanto, na relação direta do ritmo de geração de empregos na cidade ou no campo.

Estas diferentes nuances com que se apresentam em última instância as alternativas para o conjunto de população encontram-se, pois, relacionadas e definem as bases e o sentido do tipo de desenvolvimento que se realiza na região.

Por seu lado, o fato de as subáreas do Extremo Sul apresentarem uma população migrante originária principalmente de meio rural alerta para o que Brandão Lopes (5) chama de "um dos três destinos possíveis da força de trabalho excedente: migração para a fronteira agrícola, onde em terras livres podem reproduzir a agricultura de subsistência".

Nesta área do Extremo Sul as atividades econômicas principais estavam ligadas originalmente à exploração da madeira, que se processava paralelamente à "cultura branca" (denominação local da cultura de cereais e outros produtos de subsistência). Tal atividade, como um processo encadeado, deu origem à implantação do capim, numa vocação direta para a pecuária, provavelmente sob influência de Minas Gerais, com que limita.

Nesta área encontram-se até hoje muitos posseiros, embora o próprio caminho para a pecuária, do qual inicialmente participaram, abrindo as matas e plantando pastagens, os esteja liberando às vezes de forma massiva.

Área de atração em um momento anterior, pela disponibilidade de terras não exploradas, e hoje pela intensificação do comércio e abertura de novas frentes econômicas, e ao mesmo tempo área de expulsão pela redução do emprego definida pela pecuária em algumas localidades, principalmente na subárea Interiorana, o Extremo Sul é hoje uma região em que se percebe em curtos períodos de tempo os efeitos de um processo de mudança.

Suas características de fronteira agrícola se perdem nesta nova condição. Hoje é fácil encontrar em todos os povoados pessoas com viagem marcada ou famílias inteiras reunindo as parcas poupanças e vendendo os "benefícios" de suas terras, para seguir viagem nos caminhões que vão para o Norte.

3.2. Características dos Migrantes

No caso específico da amostra de trabalhadores rurais da subárea Cacaueira, encontram-se informações quanto à origem do migrante e às vezes da migração.

Confirmando a citação de BALAN (1) no início desta unidade, referindo ao Nordeste como um todo a característica predominante de movimentos espaciais mais internos que externos, a amostra revela que 63% dos entrevistados têm sua origem na própria região em estudo, 20,73% no município da atual moradia, 13,39% em outra região da Bahia e somente 2,89% em outros Estados.

Sem limitar a importância desta verificação, deve-se considerar no entanto que esta se refere a um grupo que ficou na região. Dados sobre os que emigraram foram obtidos na investigação realizada e deverão ser analisados pelo projeto específico sobre o assunto.

Quanto às razões para migrar, num total de 844 deslocamentos dos 384 trabalhadores entrevistados, 15,63% foram motivados pela procura de trabalho e 45,73% pela tentativa de melhores condições de vida, que além de mudança de emprego inclui a aspiração a um maior acesso a serviços de educação e saúde, principalmente.

Nesta mesma relação, avaliando a história ocupacional destes trabalhadores, temos que 33,33% já estiveram sem trabalho por algum tempo.

As características deste processo migratório que se realiza de uma área rural para outra e a avaliação das possíveis soluções, que para o grupo em questão situam-se vinculadas à adequação dos salários ao custo de vida e à aspiração pela disponibilidade de terra para o plantio de subsistência, qualificam já neste momento um tipo e um nível de participação no processo produtivo.

A relevância desses aspectos se acentua quando se verifica no Censo Agrícola de 1960 (tomado como base pela inexistência de dados mais recentes) que esta região apresentava, em relação ao Estado da Bahia, uma proporção bem mais alta de empregados rurais:

Áreas de referência	Proporção de pessoal ocupado formada por empregados rurais
	%
Estado da Bahia	26,16
Polígono em estudo	35,08
Nordeste do Polígono (Subáreas Cacaueira e Valença)	48,23

Considerando-se que, nestes últimos quinze anos:

- a) No Extremo Sul verificou-se uma marcante concentração de terras a partir da definição para a pecuária de áreas antes ocupadas por matas e posseiros com suas lavouras de subsistência, e que esta alteração na forma de uso da terra resultou na liberação da mão-de-obra antes ligada à exploração direta de sua posse;
- b) Na subárea Cacaueira observou-se uma tendência acentuada para o desenvolvimento de formas mais definitivamente capitalistas de relações de produção;
- c) em algumas áreas passaram a surgir formas empresariais de organização da produção agropecuária;

e, relacionando-se as informações obtidas pela mostra de trabalhadores expressa acima, pode-se identificar uma condição em que cada vez

mais se define para parte da população a limitação do acesso direto aos meios de produzir e uma relação que se ampara basicamente na troca de energia-trabalho pela sobrevivência.

Sob estas bases a mobilidade especial que se realiza na região ou desta para o sul ou para o norte, passa a ser expressão e decorrência de mudanças na própria estrutura da produção e, ainda, uma tendência à "contínua recriação da economia de subsistência" (5). Isto se verifica claramente na emigração dos pequenos produtores do Extremo Sul da região, hoje não mais para outras áreas nordestinas, mas para o centro-oeste ou norte do país.

Estes aspectos serão abordados em relação a algumas subáreas na unidade referente à mão-de-obra. Antes, porém, resta saber, ainda enquanto performance geral da população, que parcela corresponde à força de trabalho disponível e como esta se distribui nos diferentes setores de atividade, o que de certo modo revela a ênfase com que cada um se impõe no panorama da economia regional.

QUADRO 7. Pessoas não naturais do município onde residem — (por tempo de residência)

Subéreas	Total		Menos de 1 ano		1 ano		2 anos		3 anos		4 anos		5 anos		6 a 10 anos		11 anos e mais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cacauelra	173.861	36,14	19.981	11,50	8.427	4,84	11.717	6,74	9.486	5,45	7.435	4,28	9.039	5,20	27.116	15,60	80.651	46,39
Tabuleiros de Valença	14.576	3,03	1.875	12,86	922	6,33	913	6,26	786	5,39	646	4,43	989	6,79	2.495	17,72	5.950	40,82
Planalto de Jaguaquara	15.140	3,15	1.227	8,10	781	4,80	652	4,31	855	5,65	808	5,55	808	5,34	2.648	17,49	7.448	49,15
Planalto de Conquista	55.928	11,63	6.557	11,72	3.427	6,13	4.474	8,00	2.802	5,01	2.988	5,34	3.255	5,82	10.810	19,33	21.616	38,65
Pantorril de Itaparatinga	90.880	19,89	8.842	9,73	3.951	4,35	5.324	5,86	4.450	4,90	4.004	4,41	5.366	5,91	16.077	17,69	42.946	47,16
Interiorana do Extremo Sul	68.298	14,20	4.851	7,10	3.004	4,40	3.601	5,27	3.501	5,13	2.890	4,22	3.972	5,82	12.545	18,37	33.945	49,70
Litorânea do Alto Ext. Sul	28.583	5,94	2.639	9,23	1.430	5,00	2.114	7,39	1.848	6,46	1.518	5,31	2.212	7,74	8.063	28,20	8.767	30,67
Litorânea do Baixo Ext. Sul	33.814	7,03	3.744	11,07	1.976	5,84	2.656	7,85	2.816	8,33	2.101	6,21	2.528	7,48	8.619	25,49	9.374	27,72
TOTAL	481.072	100,0	48.726	10,34	23.918	4,97	31.451	6,53	26.544	5,51	22.380	4,66	28.169	5,86	88.372	18,37	210.597	43,78

FONTE: Censo Demográfico de Bahia — VIII Recenseamento Geral — Série Regional — Vol. I - tomo XIII — 1970 — FIBGE

QUADRO 8. Pessoas não naturais dos municípios em que residem, por situação de domicílio atual e anterior — 1970

Subúreas	Total Geral										Situação de Domicílio Atual						Situação de Domicílio Anterior								
	Total			Procedência			Total			Procedência			Total			Procedência			Total						
	Nº	%		Urbana %	Rural %	s/Declaração %	Nº	%		Urbana %	Rural %	s/Declaração %	Nº	%		Urbana %	Rural %	s/Declaração %	Nº	%		Urbana %	Rural %	s/Declaração %	
Cacauelira	173.861	36,01		58,39	41,60	0,01	102.932	46,17		76,52	23,47	0,00	69.929	27,73		31,68	68,29	0,02							
Tabuleiros de Valença	14.576	3,04		40,60	59,40	-	5.362	2,35		67,29	32,71	-	9.214	3,65		25,07	74,93	-							
Planalto de Jaguaquara	15.140	3,15		29,67	70,33	-	5.141	2,26		58,98	41,02	-	9.999	3,97		14,60	85,40	-							
Planalto de Conquista	55.929	11,65		65,03	34,97	0,01	42.182	18,51		78,33	21,66	0,01	13.747	5,45		24,20	75,80	-							
Pantanal de Itaperinga	90.860	18,93		42,67	57,30	0,03	43.400	19,04		65,72	34,28	-	47.460	18,82		21,59	78,34	0,07							
Interiorana do Extremo Sul	68.299	14,23		31,66	68,34	-	23.435	10,28		59,42	40,58	-	44.864	17,79		17,16	82,84	-							
Litorânea do Alto Extremo Sul	28.593	5,96		36,21	63,79	-	1.981	0,87		61,43	38,57	-	26.612	10,55		34,33	65,67	-							
Litorânea do Baixo Extremo Sul	33.814	7,04		31,01	68,99	-	3.461	1,52		63,13	36,87	-	30.353	12,04		27,34	72,66	-							
TOTAL	481.072	100,01		47,69	52,30	0,01	227.894	100,00		72,09	27,90	0,00	252.178	100,00		25,63	74,35	0,02							

Capítulo 4 POPULAÇÃO E FORÇA DE TRABALHO

Correspondendo em 1970 a 29,97% da população total, a força de trabalho (PEA)¹ apresenta-se na região numa proporção aproximadamente semelhante à existente no Estado da Bahia (30,72%), no Nordeste (29,72%) e no Brasil (31,73%).

Entretanto, enquanto no Brasil 44,29% da PEA está no setor primário e 37,79% no terciário, na região, como na Bahia e no Nordeste de um modo geral, mais de 60% encontra-se vinculada ao setor primário, chegando a atingir no Planalto de Jaguaquara a 82,32%.

Diretamente ligados à cultura do cacau, encontra-se 8,12% da PEA na agricultura no Estado, num total de 114.434 pessoas, correspondendo a 55,27% da PEA da subárea Cacaueira e 93,47% da PEA alocada nesta subárea no setor primário.

A participação dos setores secundário e terciário na absorção da PEA, que para o total do Polígono corresponde a 9,12% e 24,90%, respectivamente, apresenta variações significantes entre as subáreas:

No setor secundário salienta-se a integração da força de trabalho das subáreas Planalto de Conquista (10,42%), Cacaueira (10,23%), Pastoril de Itapetinga (9,80%) e Tabuleiros de Valença (9,31%). Observando-se as tendências expressas na última década neste setor, verifica-se que as subáreas Cacaueira e Valença, que em 1960 detinham 55,50 do pessoal ocupado na indústria na região, apresentam em 1970 um decréscimo mesmo em termos absolutos (vide tabela 10).

Do incremento de 8,47% verificado em relação a 1960, 41,34% coube às subáreas Conquista e Itapetinga.

A participação do setor terciário na absorção da força de trabalho apresenta-se também bastante desigual entre as subáreas. Destacam-se, neste setor, a subárea Cacaueira com 30,64% e o Planalto de Conquista com 29,91%.

Assim é que, embora a Bahia seja um dos Estados mais industrializados do Nordeste, com quase 30% da força de trabalho ocupada em atividades industriais, o nível de emprego no secundário e no terciário na região é marcado pelas condições gerais do Nordeste em relação ao Brasil.

Um elemento que permite perceber algumas características deste processo de engajamento da PEA às atividades econômicas é a relação entre os níveis de absorção do setor primário e do terciário

(vide Quadro 9). Se nesta relação se buscam ainda as conclusões sobre os pólos urbanos já referidos, fica claro que há uma vinculação bastante nítida entre a absorção da mão-de-obra pelo setor primário e o ritmo com que se produz a urbanização.

Deve-se ressaltar, no entanto, que a proporção da PEA da região nos setores secundário e terciário não é em si mesma um indicador do dinamismo destes setores.

- a) No primeiro caso, é preciso caracterizar o tipo de indústrias existentes para se compreender o significado dos níveis de absorção referidos. Em trabalho específico deste projeto sobre o setor industrial, verifica-se que 86,12% (1650 estabelecimentos) das indústrias da região encontram-se no estrato artesanal, com menos de 5 operários, dedicados em grande parte à fabricação de esteiras, chapéus, cestos, tijolos, bem como aos ramos de mobiliário e produtos alimentares. Segundo a mesma fonte, "estas unidades ocupam principalmente a mão-de-obra familiar ... confundindo-se muitas vezes a unidade de produção com a unidade de consumo".

Dos demais 266 estabelecimentos considerados já no "estrato fabril", 93,3% estão na faixa de absorção de 5 a 49 operários. Destas indústrias, 36% estão ligadas à produção de alimentos e 22,2% a atividades de madeira e mobiliários.

As subáreas com maior índice de concentração deste tipo de indústria são:

- Cacaueira, com 39,9%
- Planalto de Conquista, com 29,3%

Ao serem comparados os níveis de absorção de força de trabalho, esta qualificação da indústria deve ser considerada para que se guarde fidelidade ao que objetivamente ocorre no setor.

- b) Ao mesmo tempo, no terciário, em que a maior absorção situa-se nas atividades de comércio e serviços, é preciso levar em conta que são também considerados neste índice os estabelecimentos comerciais, pequenas vendas, fruteiras, etc., que se multiplicam nas periferias das sedes, nos povoados ou arruamentos como forma de complementação de receita e mesmo como fonte única de subsistência de migrantes rurais a quem o sistema urbano não ofereceu outras alternativas de integração.

Deste modo podem ser essencialmente diversas as condições e o significado com que indicadores de diferentes áreas do Brasil, quantitativamente aproximados, representam a realidade objetiva. Daí porque cumpre ter presentes os elementos supra ao verificar o conteúdo dos Quadros a seguir.

1. PEA: População economicamente ativa.

QUADRO 9. População economicamente ativa por setor de atividades, segundo subáreas no Polígono do Diagnóstico, Bahia, Nordeste e Brasil.

Identificação das áreas	População economicamente ativa		Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Extração Vegetal, Caça e Pesca		Atividades Industriais		Serviços	
	Absoluta	p/total PD s/polígono %	Absoluta	s/subárea %	Absoluta	s/subárea %	Absoluta	s/subárea %
Tabuleiros de Valença	38.548	6,51	28.769	74,63	3.558	9,31	4.695	12,18
Cacaueira	207.047	34,94	122.426	59,13	21.185	10,23	63.436	30,64
Litorânea do Alto Extremo Sul	26.542	4,48	19.736	74,36	1.952	7,35	4.809	15,41
Litorânea do Baixo Extremo Sul	24.496	4,13	18.917	77,22	1.485	6,06	4.094	16,71
Interiorana do Extremo Sul	52.618	8,88	41.713	79,28	2.788	5,30	8.117	15,43
Planalto de Jaguaquara	27.326	4,61	22.495	82,32	1.111	4,07	3.720	13,61
Planalto de Conquista	122.568	20,69	73.133	59,67	12.769	10,42	36.666	29,91
Pastoril de Itapetinga	93.355	15,76	63.738	68,27	9.152	9,80	20.465	21,92
Total do Polígono	592.500	100,00	390.927	65,97	54.000	9,12	146.002	24,64
Bahia	2.301.697	-	1.437.364	-	254.230	-	610.103	-
Relação Polígono/Bahia	-	25,74	-	27,19	-	21,25	-	24,18
Nordeste	8.353.789	-	5.224.829	-	887.973	-	2.240.987	-
Relação Bahia/Nordeste	-	27,55	-	27,51	-	28,63	-	27,22
Brasil	29.557.224	-	13.090.358	-	5.295.427	-	11.171.439	-
Relação Polígono/Brasil	-	2,0	-	2,98	-	1,02	-	1,32
Relação Bahia/Brasil	-	7,79	-	10,98	-	4,80	-	5,46
Relação Nordeste/Brasil	-	28,26	-	39,91	-	16,76	-	20,06

Fonte: Censo Demográfico da Bahia - VIII - Recenseamento Geral - Série Regional, tomo XIII

QUADRO 10. Pessoal ocupado na indústria (60 – 70)

Subáreas	1960		1970		Diferenças na década	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Planalto de Jaguaquara	250	2,94	497	5,58	247	27,60
Planalto de Conquista e Pastoril de Itapetinga	2.900	34,04	3.270	35,39	370	41,34
Extremo Sul	641	7,52	919	9,94	278	31,06
SUBTOTAL	3.791		4.686		895	
Cacauaieira e Tabuleiros de Valença	4.728	55,50	4.555	49,29	-173	
TOTAL	8.519	100,00	9.241	100,00	722	100,00

FONTES: Censo Industrial e de Serviços – VII Recenseamento Geral e do Brasil – 1960 – FIBGE.
Cadastro Industrial da Bahia – VIII Recenseamento Geral – 1970 – FIBGE

**QUADRO 11. Pessoal ocupado – setor terciário –
comércio e serviços – 1970**

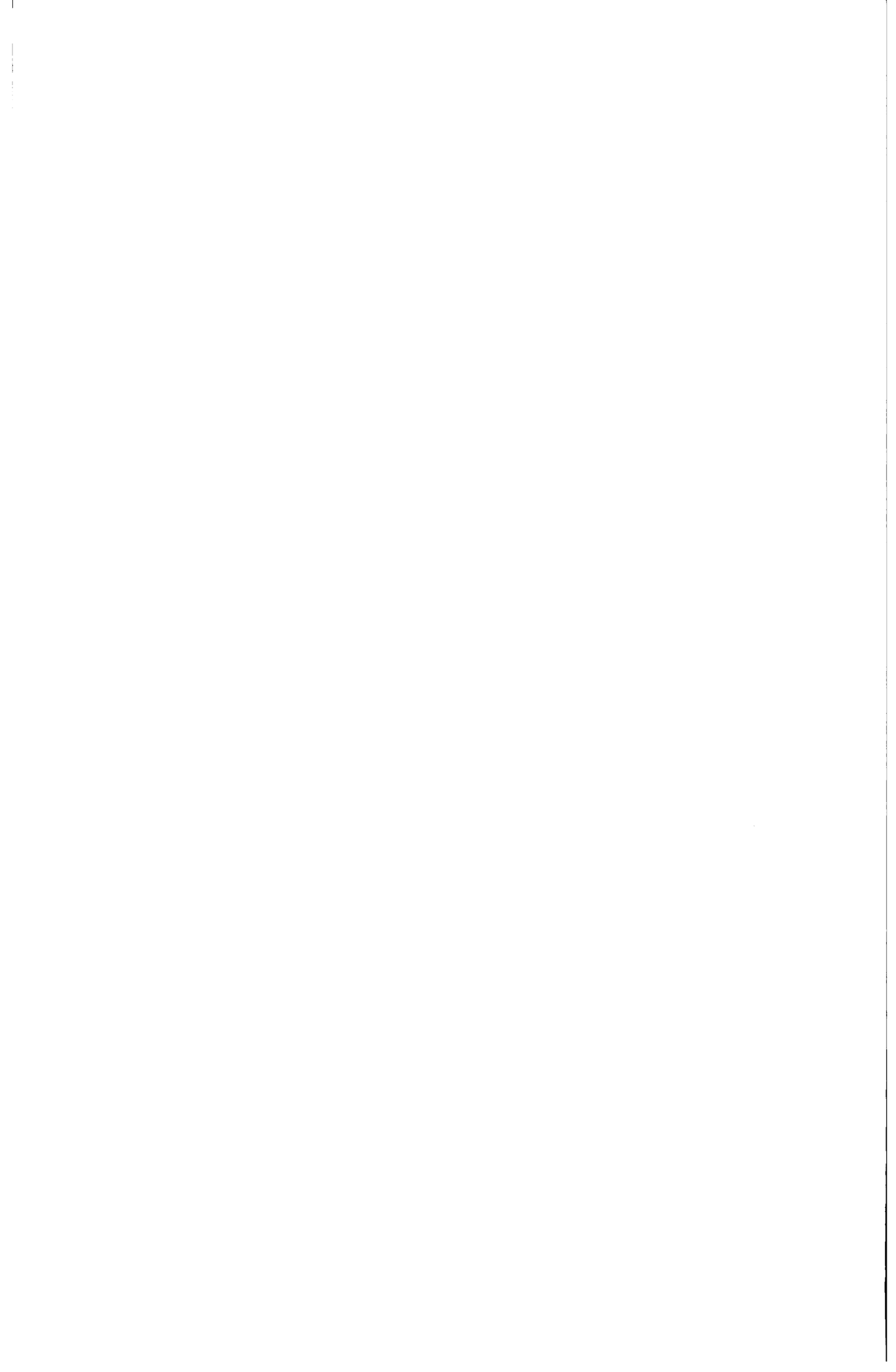
Subáreas	Comércio	Serviços	Total
Cacauaieira	8.958	3.521	12.479
Interiorana do Extremo Sul	1.604	513	2.117
Litorânea do Alto Ext. Sul	1.048	429	1.477
Litorânea do Baixo Ext. Sul	1.129	446	1.575
Pastoril de Itapetinga	3.527	1.468	4.995
Planalto de Conquista	5.435	2.429	7.864
Planalto da Jaguaquara	876	349	1.225
Tabuleiros de Valença	1.839	471	2.310
	24.416	9.626	34.042
Total do Estado da Bahia	104.504	42.342	146.846

FONTES: Censo Comercial e Censo dos Serviços – Bahia
VIII Recenseamento Geral – 1970 – FIBGE

1970	Diferença	Nº
%		
5,58	247	
35,39	370	
9,94	278	
	895	

160 - FIBGE

**PARTE II - MÃO-DE-OBRA E ELEMENTOS
DE RELAÇÕES DE PRODUÇÃO**



Capítulo 5

TRABALHO E FORÇA DE TRABALHO – AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

O processo de trabalho como o principal elemento no processo de produção só pode ser entendido em sua unidade com a definição das relações de produção, o que irá abranger não só a relação dos homens entre si como também as relações destes com seus meios de trabalho, ou seja, com as condições de produzir.

Na região que ora estudamos, estas relações, ao nível das unidades de produção patronais, podem ser apreendidas em duas categorias básicas: a) os proprietários, em sua relação com os recursos produtivos – terra, capital e capacidade de remuneração do trabalho de outros; b) os trabalhadores, que formando 91,42% da mão-de-obra destas unidades, são os produtores diretos, estabelecendo com os meios de trabalho e com a natureza uma relação essencialmente diferente daquela mantida pela categoria anterior. Para estes, o produto desta relação é objetivamente o salário, que passa a ser sua condição de sobrevivência e, conseqüentemente, condição de sua própria reprodução como trabalhador.

Esta categoria se apresenta, em uma análise inicial, em situações dissemelhantes quanto ao contrato de trabalho e à regularidade ocupacional – há os assalariados permanentes e os assalariados temporários, representando 62,80% e 37,82%, respectivamente.

No quadro geral que qualifica as formas de organização de produção na subárea em estudo, entretanto, as relações não se expressam tão somente na forma polarizada por produtores proprietários – produtores assalariados, mas também numa condição que não exclui do primeiro grupo a participação direta no processo de trabalho e do segundo qualquer forma de controle dos meios e objetos de trabalho. Alguns elementos desta questão já podem ser percebidos no Quadro 12.

Observe-se que as unidades de produção se qualificam de maneira muito definida quanto à natureza de mão-de-obra de que dispõem. Tendo-se estabelecido como base metodológica o limite de 60% de mão-de-obra familiar ou assalariada para qualificá-las, verificou-se, após a classificação dos dois grupos, que as UPs patronais apresentaram 91,42% de assalariados enquanto 95,93% do pessoal ocupado nas UPs familiares tem origem no próprio grupo familiar.

É importante destacar, ainda, o trabalho familiar em outras terras, que corresponde nas UPs familiares a 20% do total da força de trabalho em atividades agrícolas.

Sem dúvida é preciso considerar a distribuição da mão-de-obra nas diversas modalidades

em que esta se apresenta associada à distribuição da terra. A área disponível, as condições de capital, a qualificação dos recursos naturais, a tecnologia etc., é que, de uma forma agregada, vão definir o potencial de recursos produtivos e, conseqüentemente, a necessidade do fator trabalho.

Tal relação pode ser observada no Quadro 13 pela distribuição média do pessoal ocupado por unidade de produção. Alocando-se em níveis crescentes no sentido dos estratos, a mão-de-obra assalariada apresenta mudanças em sua composição nas UPs patronais. Até 20 ha, ou seja, nos primeiros dois estratos, há predominância de assalariados temporários. A partir deste limite a condição de assalariados permanentes passa a crescer, estabelecendo-se, estrato a estrato, de forma gradativa, uma diferença cada vez maior, culminando com os estratos superiores a 1000 ha, onde a média por UP é de 61 trabalhadores permanentes e 8 temporários.

Nas UPs familiares, a mão-de-obra assalariada, que representa apenas 4,07% do pessoal ocupado, é principalmente temporária (88,57%), o que representa a necessidade de reforço no desempenho das atividades agrícolas apenas em algumas épocas, que nas unidades típicas de cacau estão referidas aos momentos da safra e do temporão.

Concentrando-se nas UPs familiares numa proporção de 77,85%, a mão-de-obra familiar segue a linha de concentração da terra. Tal fato, a nível destas UPs, está diretamente ligado à disponibilidade dos recursos. Observe-se que no estrato de 0 a 10 ha verificou-se uma absorção de 1,09 eq/homem por UP, embora seja neste estrato que se encontre a mais alta taxa de ocupação da terra das UPs familiares – 75,23% da área total.

Tais circunstâncias compõem o quadro de referência que situa nos mais baixos estratos a origem da mão-de-obra familiar que sai para trabalhar em outras terras.

Com efeito, pode-se dizer que existe um nível de emprego, ou seja, uma relação entre força de trabalho e a necessidade de mão-de-obra estabelecida pela estrutura produtiva das UPs, que se mantém dependente dos recursos naturais e da capacidade existente para sua dinamização.

Por isso, reveste-se de especial importância no estudo da estrutura de relações sociais de produção o reconhecimento de que a distribuição da força de trabalho tem sua eficiência determinada pela distribuição dos demais fatores.

5.1. A distribuição do fator terra e a ocupação da força de trabalho

Correspondendo a 53,46% das unidades de produção investigadas, as familiares ocupam 20,96% da área da amostra, cabendo às patronais 76,92%.

Concentrando-se nos estratos mais baixos, 48,40% das familiares possuem área de 0 a 10 ha, sendo que 86,76% da área ocupada por esta categoria está distribuída em UPs com área máxima de até 100 ha.

As patronais, em 53,16% dos casos estão situadas nos estratos de 20 a 100 ha, ficando no entanto 55,63% da área distribuídos entre 11,65% das UPs, com área superior a 200 ha.

Cabe ainda ressaltar que 30,12% da superfície total das UPs patronais encontra-se ocupada por 2,9% das UPs, com área superior a 500 ha, estratos estes não atingidos pelas UP familiares.

É reportando-se a esta estrutura de repartição da terra que se pode perceber as bases do grau de utilização dos recursos humanos vinculados à atividade agrícola nesta subárea.

Mantendo-se a mesma referência do Quadro 13, que apresenta a distribuição do pessoal ocupado por UP, o próximo passo é conhecer as áreas médias destas UPs, por estrato.

A subárea apresenta para o total das UPs uma diferença significativa quanto à área média:

familiares — 19,53 ha
patronais — 92,68 ha

Já ao nível dos estratos estas diferenças se atenuam, apresentando-se áreas médias muito semelhantes, com diferenças que acompanham a escala dos estratos numa progressão que vai de 0,35 ha nos estratos de 10 a 20 ha, 1,24 ha no de 20 a 50 ha, 5,78 ha no seguinte de 50 a 100 ha, até uma diferença máxima de 65,56 ha apresentada pelo estrato de 200 a 500 ha.

Por outro lado, observando-se a relação entre mão-de-obra e superfície diretamente produtiva verifica-se relativamente um mesmo comportamento, situando-se, neste caso, a maior variação no estrato de 0 a 10 ha, cuja relação para as familiares é de 0,45 homem/ha e para as patronais 0,33 homem/ha, o que pode indicar uma tendência à concentração de mão-de-obra nas UPs familiares com este limite de área.

Ainda ligado ao fator terra, resta como um terceiro elemento verificar a ocupação das áreas das UPs, ou seja, a proporção da área produtiva

que é utilizada, obtendo-se conseqüentemente um indicador da necessidade de uso da força de trabalho.

Quanto a este aspecto, foram constatadas diferenças significativas que revelam para o total das UPs familiares uma taxa de ocupação de 41,32% da área e para as UPs patronais 67,74%¹.

As mais altas taxas de ocupação produtiva da terra referem-se ao estrato de 0 a 10 ha, que, na mesma ordem, familiares e patronais, apresentam 75,23% e 91,07 de suas áreas ocupadas produtivamente.

A partir destes dados é preciso definir, além da disponibilidade, a capacidade de uso dos recursos produtivos, que está diretamente associada à disponibilidade de capital.

5.2. A distribuição do capital, o uso das terras e a tecnologia definindo os níveis de absorção da mão-de-obra

O capital, assim como a mão-de-obra, está distribuído nesta subárea no sentido crescente dos estratos.

Assim, às maiores áreas corresponde relativamente uma dotação maior de capital.

Tal condição ocorre para as duas formas de organização da produção que, no entanto, apresentam entre si variações muito grandes. A dotação de capital é 14 vezes maior para as patronais. Esta diferença distribui-se pelos diferentes estratos da área de forma acentuada, o que, do ponto de vista explicativo, considerando-se a aproximação das áreas médias já mencionada, vincula-se tanto às taxas de ocupação, que são superiores para as patronais, como ao uso das terras.

Quanto a este último aspecto, é preciso considerar que 77,62% das UPs patronais têm como atividade principal a cultura do cacau e que somente 31,52% das familiares se encontram nesta condição, ao tempo em que 31,71% destas últimas têm seu produto gerado basicamente pela cultura da mandioca. Estes usos correspondem a tecnologias que diferem quanto à necessidade de mão-de-obra e de capital.

A atual tecnologia da cultura do cacau define um conjunto de atividades ou práticas que se caracterizam pela necessidade crescente da absorção da mão-de-obra, ao contrário de outras áreas do País com cultivos predominantes. Assim, quanto maior o nível tecnológico de uma unidade de produção cacauzeira, maior número de pessoas ocupadas.

1. A taxa de ocupação menor nas UPs familiares, deve-se às características dos solos que ocupam, além da escassez de recursos. (Vide trabalho sobre Dinâmica do Uso Atual dos Solos, do Projeto Diagnóstico). Assim, estas UPs, cuja área de cacau é pequena, precisam manter as demais culturas num caráter "itinerante" desde que é necessário alternar o uso da terra com períodos de "descanso".

Quanto às práticas, é preciso ter presente que, embora muitas necessitem apenas de mão-de-obra e de alguns instrumentos como enxada, podão, facão, etc., nas fases de limpa, roçagem, poda e colheita, outras implicam também na utilização de insumos comprados; adubos, inseticidas e fungicidas, entre outros.

Ao mesmo tempo, a cacauicultura, além da atividade agrícola propriamente dita, que vai do plantio à colheita, supõe um processo de beneficiamento do produto que inclui, após a quebra, o transporte, a fermentação e a secagem das amêndoas. Este processo, mais do que mão-de-obra, exige um conjunto de instalações especiais que representam investimento de capital.

Assim pois, a absorção de mais pessoas, definida pela tecnologia, dependerá do capital disponível para ampliar as inversões, em dois momentos:

- o cultivo, com a necessidade do uso de insumos (cuja relação com a superfície diretamente produtiva é de Cr\$ 14,80 e Cr\$ 40,98 para familiares e patronais, nesta subárea)
- o beneficiamento, com a necessidade de investimento em instalações (fato que pode ser considerado para as UPs investigadas na relação — investimentos líquidos em instalações e equipamentos/pessoal ocupado — cujos resultados apresentam em 1972, para as UPs típicas de cacau, Cr\$ 22,85 por homem/ano nas familiares e Cr\$ 210,50 nas patronais).

Já as atividades secundárias, entre as quais se destaca o cultivo de mandioca, são desenvolvidas principalmente pelas UPs familiares, como base da alimentação e/ou como forma de participar no mercado de outros produtos.

Nas UPs típicas de cacau, a mandioca tem um caráter subsidiário, destinando-se, numa proporção de 70% para o consumo. Nas UPs mistas de cacau e mandioca e nas que tem esta última como principal produto, crescem os níveis de mercantilização para 44% e 60% respectivamente.

A tecnologia, nesta como em outras culturas de subsistência, apresenta práticas básicas de plantio, capina e colheita, não revelando, de forma geral, investimentos em insumos e instalações, exceto, no caso da mandioca, a casa de farinha. Esta é comumente utilizada por vários produtores vizinhos que pagam o seu uso com uma proporção do produto final.

Neste contexto vêm-se definidas as bases pelas quais tanto a repartição do capital por superfície diretamente produtiva quanto a relação capital-trabalho atingem níveis marcadamente superiores nas organizações patronais de produção.

5.3. A produtividade como resultado

Os resultados do processo produtivo, dependendo do comportamento dos fatores destacados, são traduzidos nos níveis de produtividade.

Por outro lado, a produtividade econômica do trabalho, que resulta da relação do valor adicionado e pessoal ocupado, possibilita verificar quanto é gerado por unidade de mão-de-obra.

No total da amostra verifica-se que, nas UPs patronais, a produtividade por pessoa ocupada é mais de 3 vezes superior à obtida pelas UPs familiares. Tal é o esperado, desde que as patronais, além de ocuparem as melhores terras, são predominantemente cacauceiras, o que pode explicar um resultado econômico bem superior ao obtido nas demais atividades agrícolas da área.

Um detalhe importante a ser observado, todavia, é que esta diferença é menor no estrato da área que contém as UPs de 0 — 10 ha, ao mesmo tempo em que é neste mesmo estrato que se expressa a menor diferença de dotação de capital e utilização de insumos por área diretamente produtiva.

A natureza destas informações pode ser reveladora de condições semelhantes para UPs familiares e patronais deste estrato, quanto à capacidade de uso.

QUADRO 12. Qualificação das unidades de produção quanto à força de trabalho utilizada ou vendida em outras terras. Subárea cacauceira – 1972

Força de Trabalho	UPs Familiares		UPs Patronais		Total
	Absoluta	%	Absoluta	%	
Assalariada	35	4,07	2.504	91,42	2.539
Permanente	4	11,43	1.557	62,18	1.561
Temporária	31	88,57	947	37,82	978
Familiar	826	95,93	235	8,58	1.061
Total utilizado na U.P.	861	100,0	2.739	100,0	3.600
Familiar em outras terras	218	20,0	42	1,51	260
Total c/atividade agrícola	1.079	100,0	2.781	100,0	

QUADRO 13. Distribuição do pessoal ocupado por estratos, segundo médias por UP. Dados em equivalentes homem/UP

Força de Trabalho	N.º	Total %	Estratos (homem/UP)							
			0-10	10-20	20-50	50-100	100-200	200-500	500-1000	1.000 e mais
Assalariada Total	2.539	70,53	0,18	0,72	1,69	3,67	7,78	13,41	17,71	69
Assalariada										
Permanente	1.561	61,48	0,06	0,32	0,90	2,10	4,96	8,36	9,43	61
UPs Familiares	4	0,26	—	—	0,02	0,02	—	0,33	—	—
UPs Patronais	1.557	99,74	0,40	0,98	1,75	3,53	5,81	9,03	9,43	61
Assalariada										
Temporária	978	38,52	0,13	0,40	0,79	1,57	2,82	5,05	8,29	8,00
UPs Familiares	31	3,17	0,02	0,08	0,10	0,10	—	0,33	—	—
UPs Patronais	947	96,83	0,77	1,10	1,47	2,58	3,30	5,44	8,29	7,80
Familiar na UP	1.061	29,47	0,90	1,20	1,18	1,22	0,98	0,69	0,71	1,00
UPs Familiares	826	77,85	1,09	1,72	1,91	2,22	3,85	4,33	—	—
UPs Patronais	235	22,15	0,28	0,59	0,66	0,62	0,57	0,39	0,71	1,00
Total nas UPs	3.600	100,0	1,09	1,92	2,88	4,89	8,76	14,10	18,43	70,00
Familiars	861	23,92	1,11	1,80	2,15	2,34	3,85	4,99	—	—
Patronais	2.739	76,08	1,45	2,67	3,88	6,73	9,68	14,86	18,43	70,00
Familiar em outras terras	260	100,0	0,44	0,26	0,22	0,14	0,07	0,06	—	0,10
UPs Familiares	218	83,85	0,48	0,36	0,39	0,26	—	—	—	—
UPs Patronais	42	16,15	0,30	0,10	0,09	0,05	0,08	0,06	—	0,10

QUADRO 14. Relação do produto físico c/áreas e mão-de-obra nas UPs típicas de cacau – subárea cacauceira – 1972 – (dados em arrobas de 15 quilos).

UPs	Produtividade por unidade de área em produção	Produtividade por unidade de mão-de-obra
Familiars	19,25	67,36
Patronais	25,83	137,00

Capítulo 6

A MÃO-DE-OBRA NAS UPs TÍPICAS DE CACAU – NECESSIDADE E UTILIZAÇÃO

Ficou claro no item anterior que, na cultura do cacau, a utilização de mão-de-obra não é uma alternativa às inovações tecnológicas, no sentido de reduzir os custos de produção, mas uma condição imposta pela própria cultura e pela própria inovação.

Técnicos da CEPLAC têm, em diferentes momentos, pesquisado os níveis de absorção de mão-de-obra nas fazendas de cacau e a distribuição de pessoal ocupado na execução das práticas agrícolas, objetivando atingir um coeficiente técnico por prática, que permita dimensionar a necessidade de mão-de-obra por área cultivada.

Um dos estudos mais sistemáticos nesta área é o projeto de Administração Rural desenvolvido pelo Departamento de Extensão. Este trabalho, que há 4 anos vem acompanhando as atividades realizadas por um grupo de fazendas de cacau no desempenho do processo de produção e beneficiamento do produto, chegou à definição preliminar desses coeficientes técnicos para cada atividade ligada diretamente à cultura do cacau.¹

6.1. Critérios para a estimativa da necessidade de mão-de-obra por prática

Adotaram-se para a análise estas informações, complementando-as, para outras atividades tais como limpa de pastos e outros serviços da fazenda e administração, com dados apresentados por Roy Raymond Cox em seu trabalho sobre Custos de Produção (2).

Os coeficientes técnicos foram referidos às áreas em que as práticas se realizaram. Dai a necessidade de serem considerados alguns elementos:

- a) A comparação entre UPs familiares e patronais que têm como ocupação principal o cacau, numa proporção de 61,30% e 64,56% de superfície utilizada, torna patente o dualismo verificado anteriormente.
- b) A par disso, as áreas médias dessas UPs – familiares 22,14 ha e patronais 95,86 ha – vinculadas às diferenças quanto à taxa de ocupação, já mencionadas, explicam a seguinte relação entre área total com cacau e área total de UPs: familiares 29,63% e patronais 44,49%

Esta proporção da área em relação à cultura foi o dado que permitiu dimensionar, por tipo de UP, a área em que se deu cada prática.

- c) Numa proporção geralmente referida à área adubada, uma outra prática, a calagem, teve sua área estimada a partir de dados de acompanhamento do DEPEX, durante 5 anos. (Quadro 17)

Projetando-se a proporção obtida para o total de 5 anos (10,87) para a área adubada avaliada no Quadro 17, obteve-se a especificação constante no Quadro 18.

- d) Independentemente das práticas que implicam na utilização de insumos, acima nomeados, outras, tais como roçagem, desbrote, poda, colheita e quebra são, sobretudo, práticas de investimento do fator trabalho.

A colheita, a quebra, o tratamento, o transporte, a fermentação e a secagem são práticas e, portanto, são desempenhadas por todas as fazendas, variando os cuidados e a adequação das instalações e, em consequência, a qualidade do produto.

Considerou-se ainda como cumpridas a roçagem, a Desbrote, a poda, o raleamento e o escoamento que, práticas básicas, são realizadas mais comumente pelas unidades produtivas.

- e) Ao lado do que é previsto diretamente pela cultura, outras atividades tais como as de manutenção da fazenda – consertos de cercas e instalações, cuidados com animais de trabalho, etc., bem como as de administração, foram avaliadas.

Assim, fundadas nestes critérios e nos coeficientes técnicos de absorção, chegou-se à estimativa da necessidade de mão-de-obra por prática.

A partir desses dados é possível quantificar a necessidade de mão-de-obra para o atual desempenho das UPs em estudo. (Quadro 20A)

Da obtenção destes elementos derivam-se as seguintes constatações:

6.1.1 há um excedente de mão-de-obra nas UPs familiares, ou seja, as atuais atividades destas UPs, em condições de trabalho mais eficientes, poderiam utilizar somente 67% da cota atual de mão-de-obra.

Esta situação, entretanto, não é definida somente na condição interna das UPs. É o sistema produtivo como um todo que passa a garantir estas UPs como mão-de-obra adicional.

Deste modo, ao lado do pessoal altamente ocupado nestas UPs que pelo estudo feito revelam 33% de mão-de-obra excedente, encontrou-se que nas UPs familiares de cacau, do total de jornadas

1. Estes coeficientes não significam níveis ideais; mas as médias de absorção de mão-de-obra por prática definidas pelos níveis tecnológicos utilizados atualmente.
Esta proporção da área total em relação à cultura foi o dado que permitiu dimensionar, por tipo de UP, a área em que se deu cada prática.

desempenhadas pelo grupo familiar, 18% são trabalhadas em outras terras. Encontra-se nestas UPs, também, a maior freqüência de mão-de-obra com idade abaixo de 15 anos — do total de jornadas deste grupo nas UPs típicas de cacau, 81% estão nas familiares.

Observe-se que isto ocorre em UPs típicas de cacau que, dentre as familiares, são as que apresentam o maior VBP¹ agrícola (Cr\$ 927.614,00), correspondendo a 92,67 vezes o VBP das UPs típicas de mandioca e mais de 9 vezes o VBP das UPs típicas de cacau e mandioca.

6.1.2 há carência de mão-de-obra nas UPs patronais, ou seja, para cumprir com as tarefas necessárias seria preciso 18% a mais de mão-de-obra.

Como este desempenho todavia se realiza, fica-se, do ponto de vista explicativo, com algumas deduções alternativas:

ou, o nível tecnológico evidenciado pela pesquisa é diferente do que foi considerado, embora se tenha tido o cuidado de:

- a) associar os coeficientes técnicos às UPs e às áreas em que de fato as práticas foram realizadas, segundo as informações diretamente obtidas em campo;
- b) vincular as práticas de colheita, quebra, transporte e secagem à produção média das UPs enfocadas;
- c) obter junto ao DEPEX e agricultores informações quanto à execução das práticas mais rotineiras — que exigem basicamente o fator trabalho.

ou os coeficientes técnicos utilizados não são ainda os mais corretos apesar de:

- a) resultarem de 4 anos de acompanhamento sistemático de UPs cacauzeiras típicas;
- b) terem sido os mesmos utilizados para as UPs familiares com resultados essencialmente diversos.

ou, de fato encontra-se revelado o sobre-trabalho dos trabalhadores rurais nas UPs patronais de cacau.

6.2 O contrato de trabalho como possibilidade explicativa

As diferentes formas contratuais de trabalho encontradas nesta sub-área podem, em parte, explicar o hiato constatado entre necessidade e a utilização da mão-de-obra nas UPs patronais.

Estes contratos são, geralmente, verbais — dos 384 trabalhadores rurais entrevistados nesta subárea, 89 (23,18%) tinham carteira de trabalho assinada e 13 (3,38%) eram vinculados por contrato de trabalho assinado.

Os contratos variam de acordo com a duração, forma de pagamento e a atividade a ser realizada (Quadro 21).

A diária é a forma mais usual de contrato. Esta, da mesma forma que o salário mensal, é paga semanalmente. O valor médio das diárias pagas na subárea em 1972 era de Cr\$ 5,47. Este valor é projetado para a semana de 5 dias, na maioria dos casos. Raramente é pago o repouso remunerado, ao qual se referiram apenas 58 dos trabalhadores entrevistados, numa proporção de 15,10% do conjunto.

Os trabalhadores contratados como diaristas ou mensalistas (mais de 70% dos entrevistados) não tem suas tarefas definidas no momento da contratação, sendo designados pelo proprietário ou pelo administrador para as diferentes atividades da UP.

Já o contrato por empreitada tem como característica a prévia determinação da tarefa a ser executada e as bases de preço de sua realização.

Esta forma de contrato é muito freqüente nas atividades de roçagem e limpa das roças, como também para as etapas que vão da colheita à secagem do cacau.

As empreitadas de limpa e roçagem têm a área e o preço do trabalho definidos previamente.

No ciclo pós-produção os contratos podem referir-se a um preço x por caixa de cacau mole colocada no côcho, ou a um preço por arroba de cacau seco, por exemplo.

Diferindo quanto aos termos do contrato, a empreitada varia também quanto ao número de pessoas que envolve e o tipo de relação estabelecida:

- a) *Individual* — desempenhada somente pelo trabalhador contratado.
- b) *Contratação indireta* — um trabalhador "acerta o trabalho" com o proprietário ou administrador, e por sua vez, contrata outros trabalhadores também por empreitada, procurando garantir o desempenho da atividade e seu lucro.

1. VBP: Valor Bruto da Produção

c) *Utilização da mão-de-obra familiar* — o trabalhador concentra na atividade contratada o maior número de pessoas disponíveis de sua família. Geralmente isto ocorre na empreitada de colheita e quebra, em que as crianças e mulheres "embandeiram"¹ o cacau e participam da quebra e da tiragem².

d) *Com participação da família do proprietário e da mão-de-obra assalariada*

Dos trabalhadores entrevistados, os que realizaram empreitadas no período referido (1972), em 46,27% dos casos utilizaram mão-de-obra remunerada e em 80,60%, mão-de-obra familiar.

A proporção da receita gasta com a remuneração do pessoal sub-empregado foi de 49,13%.

Para o trabalhador, o raciocínio que predomina quanto à empreitada é o de que "quanto mais rápido o trabalho é feito, maior o ganho".

Para o proprietário, que conta exatamente com esta maior eficiência tempo-trabalho sem a necessidade de controle, a empreitada implica também em que, mesmo havendo um maior número de pessoas envolvidas nas atividades da UP, este acréscimo foge de suas responsabilidades como empregador.

A empreitada é realizada por trabalhadores permanentes como pelos temporários, comumente alternada com atividades "na diária", de acordo com o interesse dos proprietários e a urgência da prática a ser realizada.

De posse deste nosso conjunto de informações, pode-se voltar a analisar as conclusões do item 6.1.2.

Num primeiro momento, a identificação de trabalhadores indiretos, em cuja existência implica a maioria das empreitadas, complementa a defasagem verificada entre a mão-de-obra necessária e a utilizada. Esta complementação, no entanto, é obtida por uma forma contratual que implica basicamente em maior dotação de força de trabalho por tempo total da atividade, que é o próprio sobre-trabalho.

Este sobre-trabalho é *individual*, a nível dos trabalhadores contratados direta ou indiretamente, e *grupal*, considerando-se o grupo familiar como um todo.

As condições do contrato de trabalho expressas no Quadro 22 podem ser verificadas de outra perspectiva em informações das Juntas de Conciliação e Julgamento com sede em Itabuna,

que correspondem aproximadamente em 85% dos casos a reclamações de trabalhadores rurais.

Estas informações, colhidas em Boletins Estatísticos da Justiça do Trabalho de 1960 a 1975, revelam:

a) *quanto à natureza dos processos*, verifica-se que as maiores freqüências em todo o período estão relacionadas a questões de aviso prévio, férias e 13.^o salário.

Observa-se ainda um crescimento marcante, nos últimos 7 anos, de processos referentes a "anoções em carteira". Estas reclamações, que até 1968 não atingiam a proporção de 1%, responderam, em 1974, a 7,39 do total de processos.

De algum modo, esta ocorrência é sintoma de uma tendência para a legitimação do contrato de trabalho e revela a saída de formas mais primárias de relações de produção para uma relação mais secularizada e mais definitivamente capitalista.

b) *quanto à discriminação dos reclamantes*, observa-se a manutenção de um crescimento lento, embora mesclado de flutuações, da participação da mulher nos processos trabalhistas.

Estes elementos têm, historicamente, um significado muito grande para a compreensão do sistema de relações da região. Principalmente se for considerada a importância do trabalho do assalariado rural na cultura do cacau.

Praticamente, sempre houve uma dicotomia entre as funções de proprietário de fazenda de cacau (cacaucultor) e de agricultor, embora na região o termo agricultor seja muitas vezes utilizado para designar o proprietário.

A cultura do cacau foi e é, de um modo geral, produto do trabalho assalariado.

Inicialmente, o caráter da economia regional, mesmo voltado desde a origem para uma agricultura de exportação, ainda continha um padrão de relacionamento marcado por vínculos de uma dependência mais geral em relação ao proprietário da terra.

Era o tempo dos "agregados", das "crias de casa", dos "homens de confiança do patrão", disponíveis a qualquer tempo para tarefas ligadas ou não à atividade diretamente produtiva.

Na medida em que se foi racionalizando esta participação da região no mercado, definindo-se:

— sua estrutura de comercialização e sua importância na pauta de exportações do país;

1. Tarefa de juntar os frutos colhidos em pequenos montes, depois reunidos em "rumas" ou montes maiores, para a quebra.

2. Tiragem: retirada das amêndoas das cabeças.

- a inserção de sua atividade agrícola em planos prioritários de assistência técnica, a partir de sua justificativa econômica;
- a integração da cacauicultura em planos especiais de crédito e financiamento de dívidas;
- a estrutura das entidades da classe produtora como informadoras dos processos e das intervenções mercadológicas, bem como das análises e proposições quanto à política agrícola;

passaram a ser redimensionadas as relações sociais de produção. O vínculo proprietário x produtor direto (assalariado) vai assumindo, deste modo, um novo caráter, que se firma à medida em que se definem as novas bases da estrutura produtiva.

Desta forma, o próprio contratista,¹ responsável pela formação de grande parte da lavoura cacauieira e ainda perdurando em áreas de implantação, embora com menor frequência, é hoje nitidamente um trabalhador assalariado, desde que os vínculos que se estabelecem entre ele e o proprietário da terra não têm mais as características anteriores e o próprio Direito do Trabalho não o reconhece como trabalhador autônomo. Sobre tal assunto, Érito Machado, posto que formalizado em cartório, com uma série de cláusulas atributivas de direitos e obrigações a cargo das partes contratantes, o objeto da prestação a que se incumbe o contratista é *trabalho*, e o da que se obriga a empresa não é senão *remuneração do trabalho*. Em verdade, quando recorre a empresa ao contratista, deste está ele adquirindo trabalho, que apenas trabalho pode ele oferecer-lhe, tanto assim que com esse trabalho consegue a empresa formar o seu estoque de cacauzeiros. . . Por outro lado, quando lhe remunera a empresa as unidades de cacauzeiros plantados, além de permitir-lhes o uso da terra com plantação de cereais e outros produtos, que correspondem também a uma parcela de remuneração *in natura*, está a empresa retribuindo serviços, como se fosse o contratista um assalariado.

Não é, conseqüentemente, um trabalhador independente, no sentido de tornar-se capaz de ser sujeito de uma relação de direito comum. Se, no contrato, promete ele o objeto-trabalho, concor-

rendo com a energia da sua atividade produtiva para a realização do objeto prometido, quando assim age o faz alienando-se completamente ao que lhe custará a subsistência, como dependente que é de organização."

Surgido numa época em que havia falta de capital de giro na região e em que a riqueza se depositava fundamentalmente na terra e nesta o poder, o contratista, na forma em que começou a existir, só apresentava a necessidade de pagamento no final do contrato, quando então eram contados os pés de cacau.

Os elementos já colocados permitem evidenciar alguns aspectos desta relação e do processo com que evolui:

- a) um primeiro aspecto se refere a uma característica que torna o contratista um tipo de assalariado diferente dos demais. Não se trata da forma de pagamento ou da composição deste, mas daquilo que o trabalhador coloca a serviço da unidade de produção ou, de forma mais completa, daquilo que ele troca por sua remuneração. O contratista, além de sua energia-trabalho, vende à empresa um produto deste trabalho — os cacauzeiros, aptos à produção. E é para a obtenção deste produto que o empregador dispõe de sua energia;
- b) o tempo de duração do contrato foi estabelecido a partir do ciclo vegetativo correspondente às etapas de desenvolvimento até o momento da produção. Começando a produzir, sai o cacau da atribuição do contratista para então ser explorado por outros tipos de contratos de trabalho. Com o desenvolvimento da tecnologia agrícola e a conseqüente antecipação do período de frutificação, também a duração dos contratos ainda existentes na região foi reduzida;
- c) ainda uma outra alteração se verifica nos contratos, quanto à possibilidade de uso das áreas intercaladas dos cacauzeiros para os cultivos de subsistência. Tal condição hoje não é tão comum como no passado, da mesma forma como é vedado o acesso à terra aos demais assalariados.

1. A denominação *contratista* designa, historicamente na região cacauieira, o trabalhador braçal com quem o dono da terra formaliza, em cartório, um contrato pelo qual se obriga este trabalhador a derrubar a mata, preparar a terra, plantar os cacauzeiros e acompanhar a cultura pelo prazo do contrato, geralmente de três a quatro anos. Neste período, o contratista tem o direito de plantar, entre os cacauzeiros, cultivos para sua subsistência. No final do contrato, cabe-lhe um pagamento (cujo valor é estipulado no início do contrato) por unidades de cacauzeiros plantados).

QUADRO 15. Qualificação das UPs cacauceiras quanto à adoção de 3 práticas básicas: controle de doenças, combate às pragas e adubação.

UPs	N.º de UPs	Não adotam		Práticas Realizadas					
		nenhuma prática		Controle de doenças		Combate às pragas		Adubação	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Familiars	168	112	66,67	–	–	43	25,60	29	17,20
Patronais	320	96	30,00	29	9,06	198	61,88	144	45,0

QUADRO 16. Áreas de desempenho das práticas de controle de doenças, combate às pragas e adubação – subárea cacauceira – 1972

UPs	Controle de doenças Ha	Combate às Pragas Ha	Adubação Ha
Familiars	320,71	7,40	255,71
Patronais	12.995,93	4.427,02	10.817,65

QUADRO 17. Relação adubação-calagem de 1970/74 para as áreas de atuação do Departamento de Extensão

Época	Área Adubada (Ha)	Calagem (Ha)	Relação Calagem/Adubação
1970	72.000	11.980	16,64
1971	85.010	9.568	11,26
1972	96.120	9.807	10,20
1973	133.678	14.455	10,81
1974	114.766	8.709	7,59
Total	501.575	54.519	10,87

FONTE: CEPLAC – DEPEX

QUADRO 18. Estimativa da Área de Desempenho da Calagem

UPs	Área Adubada	Área de Calagem
Familiars	255,71	27,79
Patronais	10.817,65	1.175,88

QUADRO 19 Estimativa de mão-de-obra necessária por prática em UPs típicas de cacau – sub-área cacaueira 1972. UPs familiares.

n = 168 Práticas	Coef. Técnico Jornadas/ha	Jornadas necessárias
1. Roçagem	9,20 x área total c/cacau (1.102,10 ha)	10.138,40
2. C.O.T.S. ¹	11,56 x área em produção (1.018,6 ha)	11.775,01
3. Combate às pragas	0,3 x área em que a prática é realizada (320,71 ha)	96,21
4. Controle de Doenças	4,6 x área em que a prática é realizada (7,40 ha)	34,04
5. Adubação	8,8 x área em que a prática é realizada (255,71 ha)	2.250,25
6. Desbrote	2,9 x 1.102,10 ha	3.196,09
7. Poda	4,0 x 1.102,10 ha	4.408,40
8. Raleamento e escoramento	2,0 x 1.102,10 ha	2.204,20
9. Limpa de pastos	8,13 x 443,10 ha de pastos	3.602,40
10. Calagem	4,10 x 27,79 ha	113,94
11. Outros serviços da UP	1,92 x 3.719,3 ha	7.141,06
12. Administração	0,51 x 3.719,3 ha	1.896,89
TOTAL DE JORNADAS		46.856,89

1. Colheita, Quebra, Transporte e Secagem.

(Corrigido segundo a produção média 19,25 para as familiares, 25,83 para as patronais)

Fontes: CEPLAC – DEPEX – Projeto de Administração Rural

COX, Roy Raymond. Análisis preliminar de los costos de producción de cacao en Bahia en el año agrícola 1965-66. s.n.t.

QUADRO 20 Estimativa de mão-de-obra necessária por prática, em UPs típicas de cacau – sub-área cacaueira – 1972 – UPs patronais

n = 320 Práticas	Coef. Técnico – Jornadas/ha	Jornadas necessárias
1 Roçagem	9,20 x 13.647,90 ha	125.560,68
2 C.O.T.S. ¹	15,50 x 12.573,60 ha	194.890,80
3 Combate às pragas	0,30 x 12.995,93 ha	3.898,78
4 Controle de Doenças	4,60 x 4.427,02 ha	20.364,29
5 Adubação	8,80 x 10.817,65 ha	95.195,32
6 Desbrote	2,90 x 13.647,90 ha	39.578,91
7 Poda	4,0 x 13.647,90 ha	54.591,60
8 Raleamento e escoramento	2,0 x 13.647,90 ha	27.295,80
9 Limpa de pastos	8,13 x 6.677,30 ha	54.286,45
10 Calagem	4,10 x 1.175,88 ha	4.821,11
11 Outros serviços da UP	1,92 x 30.675,2 ha	58.896,38
12 Administração	0,51 x 30.657,2 ha	15.896,38
TOTAL DE JORNADAS		695.024,47

1 Corrigido segundo a produção média 19,25 para as familiares 25,83 para as Patronais

Fontes: CEPLAC – DEPEX – Projeto de Administração Rural

COX, R.R. Análisis preliminar de los costos de producción de cacao en Bahia en el año 1965-66. s.n.t.

QUADRO 20A Necessidade de mão-de-obra para o atual desempenho

UPs típicas	Jornadas necessárias	Equivalência em homem/ ano ano necessário	Mão-de-obra utilizada
Familiares	46.856,89	195	291
Patronais	695.024,47	2.896	2.371

**QUADRO 21 Formas contratuais de trabalho –
subárea cacauieira**

Formas Contratuais	N.º	%
<i>Simples</i>		
Empreitada	15	3,91
Salário mensal	22	5,73
Salário diário	220	57,29
<i>MISTAS</i>		
Empreitada diária ou salário mensal	84	21,88
Salário mensal e diária	26	6,77
Outras	17	4,42
TOTAL	384	100,00

**QUADRO 22 Condições do contrato de trabalho
– subárea cacauieira**

Cumprimento da Legislação e Vinculação	N.º	%
Repouso Remunerado	58	15,10
13.º salário	79	20,57
Férias	85	22,14
Carteira Profissional	152	39,58
Carteira assinada	89	23,18
Contrato de Trabalho assinado	13	3,39
Sem resposta	14	3,65
TOTAL DE ENTREVISTADOS	384	100,00

Capítulo 7

ESTUDO DAS UPs FAMILIARES – DISPONIBILIDADE E OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

Para estimar os recursos humanos disponíveis nas UPs familiares partiu-se do levantamento inicial do número total de pessoas vinculadas a estas UPs como componentes do grupo familiar.

No total de 533 UPs encontraram-se 3.031 pessoas, o que apresenta uma média de 6 pessoas por UP.

Deste total, foram separadas 822 pessoas com idade abaixo de 10 anos, por não estarem em idade economicamente ativa. Assim se procedeu porque, além dos critérios oficiais que estabelecem este limite etário¹, não foi verificada a ocorrência de pessoal ocupado nesta faixa de idade, com exceção das UPs típicas de mandioca, que registram um total de 600 jornadas de crianças com idade abaixo de 10 anos. Estas jornadas, segundo os critérios metodológicos adotados, equivaleriam a 300 jornadas adultas, correspondendo a menos de 2 homem/ano trabalhando. Assim, embora seja significativo o fato, a nível da dinâmica do processo de produção, este deixa de sê-lo nos termos quantitativos com que se propõe a presente avaliação.

No estrato etário seguinte, observa-se que 20,23% (510 pessoas) do grupo familiar encontra-se na faixa de 10 a 14 anos, correspondendo a 0,75% da força de trabalho adulta, num total de 382 equivalentes/homem/ano.

Segundo este procedimento, estimou-se em 2.058 pessoas o total da força de trabalho disponível.

Para definir-se os níveis de utilização de mão-de-obra, obteve-se a taxa de ocupação colocando-se em evidência os grupos ocupados em:

- a) tarefas agrícolas:
na unidade de produção
em outras terras
- b) outras atividades fora da unidade de produção
- c) tarefas domésticas:

As donas de casa dos domicílios vinculados às unidades de produção geralmente se dedicam simultaneamente a atividades domésticas e ao trabalho agrícola, o que implica, do ponto de vista metodológico, em dificuldades de definir as proporções de tempo destinadas a cada atividade, não sendo possível quantificar a parcela de atividade deste grupo que é "produtiva socialmente" (11).

Tendo-se, no entanto, como base, as características de população e de seu desempenho na unidade produtiva, integrou-se este grupo na categoria de pessoal ocupado.

- d) tarefas de aprendizagem:

Em qualquer nível, embora não sendo diretamente produtivas socialmente, a curto prazo, significam ocupação útil do tempo. Este raciocínio implica na inclusão deste grupo na condição de pessoal ocupado, garantindo que os coeficientes em questão sejam obtidos com maior precisão.

QUADRO 23. Estudo de disponibilidade e ocupação nas UPs familiares – subárea cacauera

Componentes	Nº	%
Total de UPs	997	
UPs familiares	553	
Nº TOTAL DE PESSOAS		
NA UP (Componentes do grupo familiar)	3.031	100,0
Média por UP	6	
FORÇA DE TRABALHO (mão-de-obra disponível)		
PESSOAL OCUPADO (Mão-de-obra utilizada)	2.058	67,90
Na unidade de produção	826	40,14
Em outras terras	218	10,60
Outras atividades fora da UP	60	2,91
Tarefas domésticas	473	22,98
Estudando	94	4,57
TOTAL	1.671	55,13
TAXA DE DESOCUPAÇÃO		
Desocupados	387	18,80

A taxa de desocupação obtida, é, melhor do que indicador de desocupação, um indicador de subocupação ou subemprego da mão-de-obra nas UPs familiares.

Tal fato, se referido às conclusões da unidade anterior, sobre a mão-de-obra nas UPs típicas de cacau, (em que nas UPs familiares se apresenta a necessidade de somente 67% do total atualmente utilizado) e tendo-se em vista a condição da cacauicultura como atividade altamente absorvedora, pode revelar, em grau bem mais acentuado, a defasagem entre a disponibilidade e a ocupação nestas UPs.

Deve-se notar que enquanto isso ocorre é que pode ser mantida a sazonalidade de parte da mão-de-obra e as formas de contratação indireta referidas anteriormente. Daí que este desequilíbrio, que de um lado apresenta esta condição e de outro a necessidade de trabalhadores face às UPs patronais, é o que gera a interpenetração das formas de organização de produção, qualificando a dinâmica do próprio sistema e, simultaneamente, garantindo as bases de sua manutenção.

1. IBGE – Critérios estabelecidos p/os Censos Demográficos.

Capítulo 8

A ESTRUTURA DA PRODUÇÃO NA ÁREA CACAUEIRA

As relações de produção e as conseqüentes formas de organização de atividade produtiva nesta área decorrem da sua definição econômica, amparadas basicamente em um produto agrícola para o mercado externo: o cacau.

É também este modo típico de inserção na divisão social do trabalho no país que define a ocupação das melhores terras, organiza a mercantilização da economia e conseqüentemente os mecanismos que devem ser acionados para sua sustentação, gerando ainda a dependência da região aos estímulos do comércio internacional.

Concomitantemente com esta agricultura comercial dependente, desenvolve-se uma agricultura residual, em áreas também residuais, voltadas principalmente para a subsistência e, em alguns casos, colocando seus excedentes no mercado interno, embora a área dependa decisivamente de outras regiões do Estado e de outros Estados do país para a satisfação de suas necessidades fundamentais.

Os produtos subsidiários são cultivados nas UPs familiares mistas, em áreas marginais à cultura do cacau, ou nas UPs familiares que ocupam solos periféricos ao maciço cacaueiro e que se dedicam a outros plantios, principalmente da mandioca, como atividade principal. Isto geralmente porque, como foi dito anteriormente, os diversos tipos de solo exigiram para o cultivo do cacau tecnologia e investimentos que estas UPs familiares não dispõem.

No Quadro 24 pode-se perceber que as UPs de cacau, seja familiares ou patronais, têm a composição do VBP quase exclusivamente centrada neste produto.

Já nas UPs familiares mistas de cacau e mandioca há uma proximidade quanto ao VBP de cultivos perenes e temporários, com ênfase no cultivo permanente, em função, é provável, do preço bem mais alto do cacau, em comparação com os demais.

Nestas UPs, o cultivo temporário, que nas típicas de cacau é utilizado principalmente para consumo, adquire um caráter mais mercantil.

As UPs que têm a mandioca como linha de produção principal — das quais cerca de 31,71% são familiares — apresentam o mais alto índice de vendas em produtos de cultivo temporário. O consumo mais alto de produtos de cultivo permanente nestas UPs revela a ocupação do espaço agrícola em outras culturas tais como árvores frutíferas, compondo o quadro alimentar da família.

Estes fatores permitem a identificação dos tipos de unidades produtivas desta subárea:

8.1. UPs patronais com administração indireta

Os proprietários destas UPs residem em cidades da região ou fora dela, na capital e mesmo em outros Estados. Dedicam-se a atividades desvinculadas da agricultura, como a indústria, o comércio, as profissões liberais, a administração, e a política, entre outras.

O controle da unidade de produção é feito por administrador e/ou gerente, geralmente com autonomia para decisões de acompanhamento do processo produtivo, embora as bases dessas decisões sejam sempre definidas pelo proprietário, principalmente aquelas que compõem os custos de produção ou que se refiram a ampliações de áreas do cultivo. A prestação de contas é feita nas visitas do proprietário ou de representante seu.

A mão-de-obra é constituída de trabalhadores assalariados permanentes (em maior proporção) e temporários. Os primeiros moram na fazenda, em casas cedidas pelos proprietários e que variam quanto às condições de conforto, das feitas de adobe e cobertas de palha até as de alvenaria de piso acimentado e cobertura de telhas, sendo ainda uma das mais comuns a morada sob as barcaças de cacau. Os trabalhadores solteiros moram em barracões ou casas coletivas.

Difícilmente os trabalhadores de cacau têm acesso a áreas para plantio, desde que o custo de oportunidade das terras de cacau é muito alto e as atividades das fazendas requerem mesmo o tempo marginal dos trabalhadores permanentes.

Não se encontram praticamente nestas UPs, bem como na região como um todo, as formas de campeonato dependente — parceiros, agregados, moradores ou arrendatários — as quais não se justificam economicamente pela própria lógica do sistema regional, amparado em um produto agrícola de exportação.

O Quadro 25 já permite ver que: a) para o total da subárea, 98,34 dos estabelecimentos têm como responsável o proprietário (seja esta propriedade legitimada ou não) ou os ocupantes (invasores de terras particulares ou do Estado) ocupando 98,33% da área total. Nem uma nem outra condição implica em alguma forma de dependência quanto à administração, desempenho e resultados da unidade de produção; b) somente 1,66% dos estabelecimentos, com 1,67% da área apresentaram-se na condição de parceria ou arrendamento. Estas, segundo a amostra investigada, encontram-se principalmente nas UPs familiares.

Dados obtidos sobre a estrutura fundiária revelam que 48% dos proprietários das UPs patronais tem, em média, cerca de 3 propriedades, com área média de 160,83 ha, contra 92,68 ha para as UPs entrevistadas neste Projeto.

A multiplicidade da posse é um dos aspectos que engendram a administração indireta.

Em alguns casos mesmo este controle indireto é delegado a técnicos, muitas vezes agrônomos, que fiscalizam o trabalho dos administradores e propõem as orientações técnicas necessárias. Em outros, embora com pequeno número de ocorrências, a administração destes complexos agrícolas de um ou mais proprietários, em geral membros de uma mesma família, é formalizada em empresas.

Para o proprietário a agricultura passa então a ser um investimento como qualquer outro, ficando sua participação mais a nível do acompanhamento das estimativas da produção, das cotações do produto e das tendências do consumo, já que as preocupações relativas ao processo de produção estão delegadas.

8.2. UPs patronais com administração direta

O proprietário ou membro de sua família, residindo ou não na UP, detém o controle direto da atividade produtiva que ainda é, nestas UPs, fundamentalmente vinculada à cacauicultura. Isto exige do proprietário, além do acompanhamento das etapas da produção, o conhecimento das condições do mercado e de suas tendências no sentido de determinar o momento mais rentável para a venda do produto.

Embora com uma maior participação do proprietário, encontram-se ainda nestas fazendas os administradores, responsáveis pelo controle da execução das decisões.

As tarefas específicas do cultivo são desempenhadas pela mão-de-obra assalariada, embora ocorra participação do trabalho familiar em tarefas de manutenção da fazenda e de supervisão, por exemplo.

A composição do quadro de assalariados demonstra uma tendência a uma menor proporção de trabalhadores permanentes, satisfazendo-se a necessidade de algumas épocas ou práticas através do trabalho adicional de pessoal temporário, contratado geralmente para tarefas específicas.

8.3. Unidades familiares produtoras de cacau

São UPs de pequenos proprietários (65% abaixo de 20 ha), que cultivam o cacau como produto principal ou como um dos componentes básicos de seu quadro de atividade agrícola.

O trabalho é desempenhado pela mão-de-obra familiar, recorrendo à assalariada como complementação. Pelas características de sua produção, estas UPs mantêm-se vinculadas ao mercado, ao mesmo tempo em que suprem parte de suas necessidades alimentares com produção própria.

As UPs que têm o cacau, não como produto principal, mas como componente de seu quadro agrícola, passam a vender também os excedentes de outros cultivos, compondo-se desta forma a possibilidade de compra de bens necessários e não produzidos.

As instalações para beneficiamento de cacau, nestas unidades, são bastante precárias, geralmente construídas pelos próprios familiares, sem orientação técnica.

A comercialização tem sua teia de intermediação ampliada pelas limitações desta categoria de produtores. Verifica-se aqui a venda de cacau mole, (por aqueles que não têm instalações de beneficiamento) a um produtor vizinho, que conclui o ciclo de obtenção do produto final, e a venda de pequenas quantidades, às vezes menos de uma arroba, a vendedores estabelecidos nas proximidades das UPs ou nas sedes dos distritos, já que o montante da produção não justifica o gasto com transporte até os compradores da sede.

8.4. Unidades familiares de subsistência

Ocupando áreas menos aptas ao cultivo do cacau, estas UPs de pequenos proprietários desenvolvem atividades voltadas principalmente para o auto-consumo.

Os excedentes desta produção, vendidos nas feiras locais, mais o resultado do trabalho assalariado em outras roças, complementam as necessidades de subsistência. Isto ocorre, por vezes, de forma muito precária, nivelando as condições de vida destes produtores à dos assalariados sem terra.

Encontra-se nestas UPs a maior proporção de trabalho infantil e de assalariamento da força de trabalho familiar. Nas UPs de mandioca, 6,30% da mão-de-obra tem menos de 15 anos e 22% da mão-de-obra sai para trabalhar em outras terras.

Deste modo, a mão-de-obra retida nestas UPs, bem como nas familiares de cacau (18% trabalham em outras terras), sendo sub ocupadas a nível de seu próprio desempenho, garantem uma disponibilidade de força de trabalho para as UPs patronais.

QUADRO 24. Qualificação das UPs agrícolas segundo a composição do VBP da agricultura e os níveis da mercantilização e consumo

UPs típicas	Participação no VBP		Proporção de Vendas		Consumo	
	Cultivos perenes	Cultivos temporários	Cultivos perenes	Cultivos temporários	Cultivos perenes	Cultivos temporários
Familiares:						
Cacau	96,31	3,69	98,39	28,65	0,53	69,0
Mandioca e Cacau	58,57	41,43	83,73	43,84	2,25	38,89
Mandioca	12,80	87,20	89,91	59,88	10,07	23,15
Patronais:						
Cacau	99,58	0,42	98,62	37,60	0,10	52,92

QUADRO 25. Estabelecimentos e áreas segundo a condição do responsável – subárea cacauceira – 1970

Condição do responsável	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Total	25.537	—	1.581.412	—
Proprietário	23.191	90,81	1.516.277	95,88
Ocupante	1.924	7,53	38.751	2,45
Arrendatário	295	1,16	17.220	1,09
Parceiro	127	0,50	9.164	0,58

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Agrícola VIII Recenseamento Geral – 1970 – IBGE.

RESUMO

Este trabalho é parte da análise sobre a mão-de-obra rural proposta para a Região Sudeste da Bahia, cujo objetivo inclui a definição de elementos das relações de produção que nela ocorrem. Dentre as várias possibilidades viabilizadas pelos dados obtidos em campo, optou-se por aquela que permitisse verificar as características particulares que qualificam a área em suas relações internas e externas, definindo a reprodução do modelo nacional a nível das sociedades regionais, bem como a participação destas em sua conformação e em suas tendências

Como prioritárias do ponto de vista analítico, destacam-se as seguintes áreas de verificação:

- 1.º) a forma com que, na orientação do processo produtivo, se articulam os interesses internos da região com o sistema externo, nacional e internacional.
- 2.º) os processos pelos quais se desenvolvem as bases das relações de produção nas diferentes atividades.
- 3.º) as necessidades e disponibilidades dos recursos que qualificam a organização produtiva e as formas de participação na produção e no mercado.
- 4.º) a disponibilidade e a distribuição dos recursos humanos vinculados à estrutura produtiva regional, definindo não somente as possibilidades de participação como também as condições da cotação da força de trabalho.
- 5.º) o sentido das transformações estruturais e das condições de expansão das forças produtivas, associadas à manutenção ou à alteração das relações de produção que dão suporte ao sistema.
- 6.º) a caracterização da estrutura agrária e suas repercussões nos níveis de produtividade e nas formas de participação na produção.

Estas áreas, permitindo reconhecer o modo como seus componentes se articulam no interior da atividade produtiva, definem o método deste trabalho, cujo desenvolvimento supõe dois momentos:

Num primeiro, verificar para cada subárea, de forma particularizada, os elementos que compõem as evidências do sistema de relações existentes. Neste caso estão associadas informações relativas à estrutura fundiária, à legitimação da propriedade, a formas do domínio e à história da ocupação das terras pelas diferentes categorias de produtores, ao desempenho do processo produtivo, a formas de organização da produção e a relações de trabalho.

Num segundo momento, verificar esses desempenhos particularizados de uma perspectiva comparativa, apreendendo semelhanças e diferenças expressas no desenvolvimento das atividades típicas de cada subárea.

Estes elementos e relações representam uma primeira etapa de desenvolvimento deste esquema, e compõe-se das seguintes unidades:

PARTE 1. Caracterização da população regional especificada por municípios e subáreas, salientando-se suas diferenciações e tendências.

PARTE 2. A mão-de-obra na subárea Cacaueira e alguns elementos das relações de produção.

A importância destas informações está centrada na correspondência existente entre a disponibilidade de recursos humanos e as relações de trabalho, a tecnologia utilizada, a pressão sobre a terra e as oportunidades de desenvolvimento da capacidade produtiva de cada sociedade.

PARTE 1: População

Nesta unidade consideraram-se os seguintes aspectos:

1.1. Distribuição

A região apresenta tendência à redução relativa da população rural, que se evidencia principalmente nas subáreas Cacaueira, Planalto de Jaguaquara e Pastoril de Itapetinga. Esta tendência é marcada por condições tais como:

- a — a urbanização centralizando os equipamentos de serviço e comércio torna a cidade alternativa às condições existentes no campo, embora não corresponda aos níveis da procura de emprego;
- b — a alteração das formas de contrato de trabalho que aumentando o número de trabalhadores temporários, diaristas e empreiteiros, gera uma população volante, sem condições de vida nas fazendas e que passa a se localizar na periferia das cidades;
- c — a disponibilidade e a alteração dos espaços na região, reorientando os fluxos populacionais.

1.2. Migração

A análise dos movimentos migratórios, respondendo às necessidades do fator trabalho definidas pela estrutura produtiva, não só reagindo aos estímulos desta, mas participando de sua formação e de seu desenvolvimento.

1.3. População e Força de Trabalho

A distribuição da População Economicamente Ativa (PEA), bem como as características com que se desenvolvem os diferentes setores de atividade.

PARTE 2: O desdobramento desta unidade compreendeu os seguintes itens:

2.1. Trabalho, força de trabalho e as formas de organização de produção

Neste item foram qualificados os principais elementos que explicam a absorção de mão-de-obra.

- a) Num primeiro momento, situa-se o fator terra – base física indispensável para o desempenho da ação produtiva – que define um limite potencial de disponibilidade de recursos e, conseqüentemente, de absorção produtiva de mão-de-obra;
- b) Em segundo lugar, as oportunidades ocupacionais estão vinculadas ao tipo de atividade desenvolvida, desde que diferentes cultivos implicam em diferentes níveis de exigência e mão-de-obra;
- c) A capacidade de absorção de uma dada atividade é, no entanto, definida pelo nível tecnológico de seu desempenho. Assim, duas unidades de produção que dispõem da mesma área ocupada com o cultivo do cacau, usando níveis tecnológicos diferentes, apresentarão taxas desiguais de absorção;
- d) Associado à estrutura produtiva definida pelos tipos de uso e pela tecnologia, o Capital atua como elemento condicionante da estrutura técnica de produção e das oportunidades de trabalho.

Comparativamente, a cultura do cacau importa, por sua própria natureza, num maior valor por área, dada a qualidade dos solos que ocupa, como pela própria característica de cultivo permanente. A este aspecto juntam-se os investimentos em instalações e a necessidade de Capital para o desempenho de determinadas práticas agrícolas e, conseqüentemente, para a remuneração do fator trabalho.

Assim, pois, uma estreita relação se estabelece nesta área entre níveis de absorção de mão-de-obra e níveis de inversões de capital na atividade agrícola;

- e) Por último, cabe apreciar que a tecnologia, que em outras áreas do país é colocada como fator alternativo ao uso mais intensivo da mão-de-obra, aqui assume um caráter diverso: investir na atividade agrícola, usando um tipo de técnica altamente absorvedora de trabalho, implica numa maior eficiência de uso dos recursos produtivos e, conseqüentemente, em maior produção.

O entendimento da vinculação da estrutura ocupacional a este conjunto de fatores, em suas características fundamentais, revelam condições desiguais em que interagem os componentes da estrutura produtiva desta área. A distribuição do pessoal ocupado passa, assim, a qualificar de outra perspectiva a estrutura agrária.

2.2. A mão-de-obra nas UPs típicas da cacau: necessidade e utilização

Estimou-se a necessidade de mão-de-obra nas UPs familiares e patronais, a partir dos coeficientes técnicos da absorção de mão-de-obra por prática agrícola e dos níveis de adoção destas práticas obtidos pela pesquisa empírica.

O confronto da necessidade com níveis atuais de utilização permitiu chegar às seguintes conclusões:

- a) há um excedente de mão-de-obra das UPs familiares;
- b) há carência de mão-de-obra nas UPs patronais. O desempenho atual destas UPs evidencia os mecanismos pelos quais se sustenta a atividade produtiva, a partir das relações de trabalho estabelecidas.

2.3. Estudo das UPs familiares – disponibilidade e ocupação de mão-de-obra.

2.4. A estrutura da produção na Área Cacaueira

As relações de produção e as conseqüentes formas de organização da atividade produtiva nesta área decorrem da sua definição econômica; amparada basicamente em um produto agrícola para o mercado externo: o cacau.

É também este modo típico de inserção na divisão social do trabalho no país que define a ocupação das melhores terras, organiza a mercantilização da economia e, conseqüentemente, os mecanismos que devem ser acionados para sua sustentação e, ainda, gera a dependência da região aos estímulos do comércio internacional.

Concomitantemente com esta agricultura comercial dependente, desenvolve-se uma agricultura residual, em áreas também residuais, voltada principalmente para a subsistência. Embora em alguns casos, colocando seus excedentes no mercado interno, a região depende decisivamente de outras áreas do Estado e de outros Estados do país para a satisfação de suas necessidades fundamentais (Ver Anexo 5).

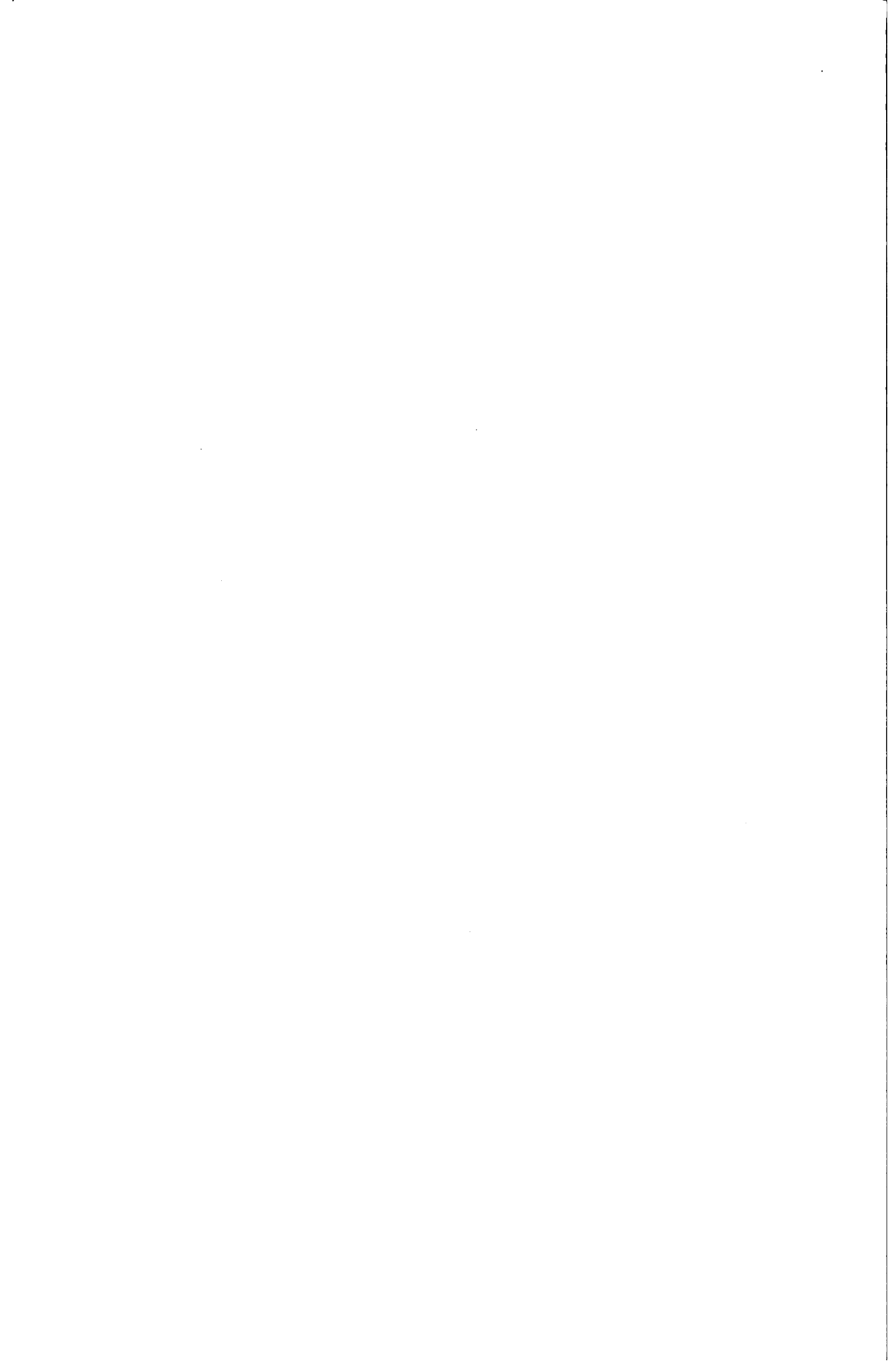
A coexistência dessas situações identifica os seguintes tipos de unidades produtivas:

- 2.4.1 – UPs patronais com administração indireta
- 2.4.2 – UPs patronais com administração direta
- 2.4.3 – Unidades familiares produtoras de cacau
- 2.4.4 – Unidades familiares de subsistência.

O que este trabalho permite reconhecer é a simultaneidade com que ocorrem as diferentes possibilidades de participação e a forma com que, numa aparente ambigüidade, umas passam a ser condição da existência das outras.

ANEXO 1

PROCEDÊNCIA DA POPULAÇÃO



Pessoas não naturais do município onde residem, por sexo e por situação do domicílio atual e anterior

Subáreas e Municípios	Total							
	Total		Procedentes de zona urbana		Procedentes de zona rural		Sem declaração de procedência	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CACAUEIRA	88.946	84.915	49.874	51.054	38.061	33.857	11	4
Aiquara	1.199	1.083	156	183	1.043	900	—	—
Almadina	849	766	716	605	133	161	—	—
Aurelino Leal	1.976	1.668	797	797	1.179	871	—	—
Barra do Rocha	1.092	900	443	407	649	493	—	—
Barro Preto	853	528	370	259	483	269	—	—
Belmonte	884	664	658	509	226	155	—	—
Buerarema	2.661	2.345	1.577	1.491	1.084	854	—	—
Camacã	3.733	3.075	2.061	1.811	1.672	1.264	—	—
Canavieiras	2.661	1.678	1.016	955	1.045	723	—	—
Coaraci	3.010	3.019	1.584	1.683	1.426	1.336	—	—
Gandu	1.801	1.928	869	1.019	932	909	—	—
Gongogi	1.551	1.584	830	880	717	699	4	—
Ibicarai	4.481	4.211	2.576	2.561	1.905	1.650	—	—
Ibirapitanga	2.641	2.327	1.137	1.054	504	1.273	—	—
Ibirataia	2.077	1.966	744	777	1.333	1.189	—	—
Ilhéus	9.622	9.354	6.895	6.963	2.723	2.391	4	—
Ipiaú	3.700	3.989	2.463	2.686	1.237	1.303	—	—
Itabuna	19.766	21.283	14.706	16.557	5.060	4.726	—	—
Itacaré	827	646	363	303	464	343	—	—
Itagi	1.186	1.148	301	347	885	801	—	—
Itajuípe	3.451	2.912	1.886	1.817	1.565	1.095	—	—
Itamarí	305	307	88	82	217	225	—	—
Itapé	1.421	1.394	568	565	853	829	—	—
Itapitanga	1.357	1.194	404	362	953	832	—	—
Jitauna	1.495	1.468	272	241	1.220	1.233	3	4
Mascote	1.342	1.122	567	527	775	595	—	—
Ubaitaba	1.800	1.757	839	815	961	942	—	—
Ubatã	3.732	3.936	2.525	2.767	1.207	1.169	—	—
Una	4.077	3.392	1.766	1.481	2.311	1.911	—	—
Uruçuca	1.580	1.020	404	270	1.176	750	—	—
Wenceslau Guimarães	2.416	2.251	293	275	2.123	1.976	—	—

(continua)

Pessoas não naturais do município onde residem – (cont.)

Subáreas e Municípios	Situação do domicílio atual e anterior							
	Urbano							
	Total		Procedentes de zona urbana		Procedentes de zona rural		Sem declaração de procedência	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CACAUEIRA	49.226	53.706	37.553	41.213	11.669	12.493	4	–
Alquara	312	312	98	112	214	200	–	–
Almadina	441	470	393	395	48	75	–	–
Aurelino Leal	905	921	617	644	288	277	–	–
Barra do Rocha	191	183	138	158	53	25	–	–
Barro Preto	24	34	9	21	15	13	–	–
Belmonte	344	353	301	308	43	45	–	–
Buerarema	1.082	1.157	648	708	434	443	–	–
Camacã	1.877	1.727	1.594	1.429	283	298	–	–
Canavieiras	603	673	484	532	119	141	–	–
Coaraci	1.481	1.727	1.077	1.225	404	502	–	–
Gandu	917	1.084	801	948	116	136	–	–
Gongogi	980	1.104	717	776	263	328	–	–
Ibicarai	2.746	2.788	1.983	2.015	763	773	–	–
Ibirapitanga	754	703	532	499	222	204	–	–
Ibirataia	988	1.035	671	707	317	328	–	–
Ilhéus	6.660	7.360	5.404	5.935	1.252	1.425	4	–
Ipiaú	2.895	3.243	2.341	2.572	554	671	–	–
Itabuna	16.246	18.692	13.380	15.575	2.866	3.117	–	–
Itacaré	143	145	139	135	4	10	–	–
Itagi	474	497	174	230	300	267	–	–
Itajuípe	1.896	1.898	1.473	1.507	423	390	–	–
Itamari	177	199	34	50	143	149	–	–
Itapé	479	559	320	346	159	213	–	–
Itapitanga	405	418	147	132	258	286	–	–
Jitauna	517	597	157	177	360	420	–	–
Mascote	194	149	121	103	73	46	–	–
Ubaitaba	607	693	509	508	98	185	–	–
Ubatã	3.136	3.463	2.349	2.576	787	887	–	–
Una	883	823	669	596	214	227	–	–
Uruçuca	440	378	157	153	283	225	–	–
Wenceslau Guimarães	429	328	116	141	313	187	–	–

(continua)

Pessoas não naturais do município onde residem (cont.)

Subáreas e Municípios	Rural							
	Total		Procedentes de zona urbana		Procedentes de zona rural		Sem declaração de procedência	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CACAUEIRA	39.720	31.209	12.321	9.841	26.392	21.364	7	4
Aiquara	887	771	58	71	829	700	—	—
Almadina	408	296	323	210	85	86	—	—
Aureliano								
Leal	1.071	747	180	153	891	594	—	—
Barra do Rocha	901	717	305	249	596	468	—	—
Barro Preto	829	494	361	238	468	256	—	—
Belmonte	540	311	357	201	183	110	—	—
Buerarema	1.579	1.194	929	783	650	411	—	—
Camacã	1.856	1.348	464	382	1.389	966	—	—
Canavieiras	1.458	1.005	532	423	926	582	—	—
Coaraci	1.529	1.292	507	458	1.022	834	—	—
Gandu	884	844	68	71	816	773	—	—
Gongogi	571	480	113	109	454	371	4	—
Ibicarai	1.735	1.423	593	546	1.142	877	—	—
Ibirapitanga	1.887	1.624	605	555	282	1.069	—	—
Ibirataia	1.089	931	73	70	1.016	861	—	—
Ilhéus	2.962	1.994	1.491	1.028	1.471	966	—	—
Ipiaú	805	746	122	114	683	632	—	—
Itabuna	3.520	2.591	1.326	982	2.194	1.609	—	—
Itacaré	684	501	224	168	460	333	—	—
Itagi	712	651	127	117	585	534	—	—
Itajuípe	1.555	1.015	413	310	1.142	705	—	—
Itamarí	128	108	54	32	74	76	—	—
Itapé	942	835	248	219	694	616	—	—
Itapitanga	952	776	257	230	695	546	—	—
Jitauna	978	871	115	64	860	803	3	4
Mascote	1.148	973	446	424	702	549	—	—
Ubaitaba	1.193	1.064	330	307	863	757	—	—
Ubatã	596	473	176	191	420	282	—	—
Una	3.194	2.569	1.097	885	2.097	1.684	—	—
Uruçuca	1.140	642	247	117	893	525	—	—
Wenceslau								
Guimarães	1.987	1.923	177	134	1.810	1.789	—	—

Pessoas não naturais do município onde residem – (cont.)

Subáreas e Municípios	Total							
	Total		Procedentes da zona urbana		Procedentes de zona rural		Sem declaração de procedência	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
INTERIORANA DO EXT. SUL	35.236	33.063	10.878	10.746	24.358	22.317	–	–
Guaratinga	4.832	4.141	942	731	3.890	3.410	–	–
Ibirapuã	5.205	4.966	1.292	1.319	3.913	3.647	–	–
Itamaraju	10.762	9.893	3.207	2.995	7.555	6.898	–	–
Itanhém	7.302	6.941	2.408	2.512	4.894	4.429	–	–
Lagedão	1.078	1.060	674	719	404	341	–	–
Medeiros Neto	6.057	6.062	2.355	2.470	3.702	3.592	–	–
LITORÂNEA DO ALTO EXT. SUL	14.852	13.741	5.307	5.046	9.545	8.695	–	–
Porto Seguro	3.799	3.382	1.251	1.180	2.548	2.202	–	–
Prado	6.169	5.599	1.399	1.200	4.770	4.399	–	–
Sta. Cruz Cabrália	4.884	4.760	2.657	2.666	2.227	2.094	–	–
LITORÂNEA DO BAIXO EXT. SUL	17.366	16.448	5.323	5.162	12.043	11.286	–	–
Alcobaça	6.884	6.668	1.673	1.687	5.211	4.981	–	–
Caravelas	4.023	3.807	1.453	1.403	2.570	2.404	–	–
Mucuri	3.742	3.361	1.112	942	2.630	2.419	–	–
Nova Viçosa	2.717	2.612	1.085	1.130	1.632	1.482	–	–
PLANALTO DE JAGUAQUARA	7.269	7.871	2.125	2.367	5.144	5.504	–	–
Cravolândia	701	871	112	130	589	741	–	–
Itaquara	909	894	291	289	618	605	–	–
Jaguaquara	3.046	3.317	990	1.064	2.056	2.253	–	–
Jiquiriçá	528	594	258	299	270	295	–	–
Mutuipe	1.449	1.426	222	303	1.227	1.123	–	–
Ubaíra	636	769	252	282	384	487	–	–
PASTORIL DE ITAPETINGA	46.385	44.475	19.362	19.406	27.003	25.058	20	11
Castiba	1.297	1.078	257	261	1.040	817	–	–
Dario Meira	2.139	2.258	506	586	1.633	1.672	–	–
Firmino Alves	1.333	1.442	451	490	882	952	–	–
Floresta Azul	2.712	2.248	727	667	1.985	1.581	–	–
Ibicui	2.500	2.468	885	933	1.615	1.535	–	–

(continua)

Pessoas não naturais do município onde residem (cont.)

Subáreas e Municípios	Situação do domicílio atual e anterior							
	Urbano							
	Total		Procedentes da zona urbana		Procedentes de zona rural		Sem declaração de procedência	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
INTERIORANA DO EXT. SUL	11.399	12.036	6.764	7.160	4.635	4.876	-	-
Guaratinga	522	492	318	273	204	219	-	-
Ibirapuã	1.363	1.456	830	872	533	584	-	-
Itameraju	2.502	2.474	1.643	1.623	859	851	-	-
Itanhém	3.187	3.464	1.711	1.922	1.476	1.542	-	-
Lagedão	376	485	310	399	66	86	-	-
Medeiros Neto	3.449	3.665	1.952	2.071	1.497	1.594	-	-
LITORÂNEA DO ALTO								
EXTREMO SUL	1.011	970	615	602	396	368	-	-
Porto Seguro	157	97	126	89	31	8	-	-
Prado	709	739	411	443	298	296	-	-
Sta. Cruz Cabrália	145	134	78	70	67	64	-	-
LITORÂNEA DO BAIXO								
EXTREMO SUL	1.662	1.799	1.075	1.110	587	689	-	-
Alcobaça	614	635	234	189	380	446	-	-
Caravelas	652	717	563	606	89	111	-	-
Mucuri	271	287	156	161	115	126	-	-
Nova Viçosa	125	160	122	154	3	6	-	-
PLANALTO DE JAGUAQUARA	2.210	2.931	1.358	1.674	852	1.257	-	-
Cravolandia	186	214	34	33	152	181	-	-
Itaquara	233	290	125	143	108	147	-	-
Jaguasquara	956	1.312	603	749	353	563	-	-
Jiquiriçá	166	224	158	197	8	27	-	-
Mutuipe	294	419	200	283	94	136	-	-
Ubaíra	375	472	238	269	137	203	-	-
PASTORIL DE ITAPETINGA	20.633	22.767	13.684	14.837	6.949	7.930	-	-
Castiça	110	113	103	109	7	4	-	-
Dario Maira	549	617	226	292	323	325	-	-
Firmino Alves	652	752	325	369	327	383	-	-
Floresta Azul	882	864	567	542	315	322	-	-
Ibicuí	893	1.054	379	491	514	563	-	-

(continua)

Pessoas não naturais do município onde residem (Cont.)

Subáreas e Municípios	Situação do domicílio atual e anterior							
	Rural							
	Total		Procedentes de zona urbana		Procedentes de zona rural		Sem declaração de procedência	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
INTERIORANA DO EXTREMO								
SUL	23.837	21.027	4.114	3.586	19.723	17.447	—	—
Guaratinga	4.310	3.649	624	458	3.686	3.191	—	—
Ibirapuã	3.842	3.510	462	447	3.380	3.063	—	—
Itamaraju	8.260	7.419	1.564	1.372	6.696	6.047	—	—
Itanhém	4.115	3.477	697	590	3.418	2.887	—	—
Lagedão	702	575	364	320	338	255	—	—
Medeiros Neto	2.608	2.397	403	399	2.205	1.998	—	—
LITORÃNEA DO ALTO EXTREMO								
SUL	13.841	12.771	4.692	4.444	9.149	8.327	—	—
Porto Seguro	3.642	3.285	1.125	1.091	2.517	2.194	—	—
Prado	5.460	4.860	988	757	4.472	4.103	—	—
Sta. Cruz Cabrália	4.739	4.626	2.579	2.596	2.160	2.030	—	—
LITORÃNEA DO BAIXO EXTREMO								
SUL	15.104	14.649	4.248	4.052	11.456	10.597	—	—
Alcobaça	6.270	6.033	1.439	1.498	4.831	4.535	—	—
Caravelas	3.371	3.090	890	747	2.481	2.293	—	—
Mucuri	3.471	3.074	956	781	2.515	2.293	—	—
Nova Viçosa	2.592	2.452	963	976	1.629	1.476	—	—
PLANALTO DE JAGUAQUARA	5.059	4.940	767	693	4.292	4.247	—	—
Cravolandia	515	657	78	97	437	560	—	—
Itaquara	676	604	166	146	510	458	—	—
Jaguaquara	2.090	2.005	387	315	1.703	1.690	—	—
Jiquiriçá	362	370	100	102	262	268	—	—
Mutuipe	1.155	1.007	122	20	1.133	987	—	—
Ubaira	261	297	14	13	247	284	—	—
PASTORIL DE ITAPETINGA	25.752	21.708	5.678	4.569	20.054	17.128	20	11
Caatiba	1.187	965	154	152	1.033	813	—	—
Dario Meira	1.590	1.641	280	294	1.310	1.347	—	—
Firmino Alves	681	690	126	121	555	569	—	—
Floresta Azul	1.830	1.384	160	125	1.670	1.259	—	—
Ibicui	1.607	1.414	506	442	1.101	972	—	—

Pessoas não naturais do município onde residem (cont.)

Subéreas e Municípios	Total							
	Total		Procedentes de zona urbana		Procedentes de zona rural		Sem declaração de procedência	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
PASTORIL DE ITAPETINGA								
Iguai	2.354	2.384	739	834	1.615	1.550	—	—
Itagibé	1.854	1.732	436	422	1.418	1.310	—	—
Itagimirim	2.032	1.928	910	880	1.122	1.048	—	—
Itaju do Colônia	1.271	1.055	563	486	688	585	20	4
Itambé	2.163	2.260	1.374	1.411	789	842	—	7
Itapebi	1.675	1.541	708	595	967	946	—	—
Itapetinga	9.942	10.002	6.447	6.792	3.495	3.210	—	—
Itarantim	699	658	176	149	523	509	—	—
Itororó	3.058	3.090	1.430	1.401	1.628	1.689	—	—
Mecarani	1.341	1.282	684	671	657	611	—	—
Maiquinique	1.532	1.350	494	433	1.038	917	—	—
Nova Canaã	1.829	1.750	416	352	1.413	1.398	—	—
Pau Brasil	2.761	2.301	767	762	1.994	1.539	—	—
Potiraguá	2.273	2.073	864	798	1.409	1.275	—	—
Sta. Cruz de Vitória	1.620	1.575	528	503	1.092	1.072	—	—
PLANALTO DE CONQUISTA	26.985	28.944	17.334	19.034	9.651	9.906	—	4
Anagé	689	630	296	261	393	369	—	—
Barra do Choça	354	305	63	36	291	269	—	—
Belo Campo	488	396	98	70	390	326	—	—
Boa Nova	617	557	292	241	325	316	—	—
Cândido Sales	642	695	351	354	291	341	—	—
Encruzilhada	2.190	1.952	288	273	1.902	1.679	—	—
Jequié	8.047	9.657	5.892	7.139	2.155	2.514	—	4
Manoel Vitorino	1.054	1.021	303	309	751	712	—	—
Planalto	42	11	29	5	13	6	—	—
Poções	1.750	2.015	1.022	1.152	728	863	—	—
Vitória da Conquista	11.112	11.705	8.700	9.194	2.412	2.511	—	—
TABULEIROS DE VALENÇA	7.486	7.090	2.877	3.041	4.609	4.049	—	—
Cairu	487	487	183	196	304	291	—	—
Camamu	1.159	865	319	301	840	564	—	—
Ituberá	1.222	1.304	632	677	590	627	—	—
Maraú	876	734	344	280	532	454	—	—
Nilo Peçanha	357	352	74	94	283	258	—	—

(continua)

Pessoas não naturais do município onde residem – (cont.)

Subáreas e Municípios	Situação do domicílio atual e anterior							
	Urbano							
	Total		Procedentes de zona urbana		Procedentes de zona rural		Sem declaração de procedência	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
PASTORIL DE ITAPETINGA								
Iguai	891	1.093	641	734	250	359	—	—
Itagibá	522	541	305	307	217	234	—	—
Itagimirim	902	956	628	621	274	335	—	—
Itaju do Colonia	346	416	278	325	68	91	—	—
Itambé	937	1.139	826	975	111	164	—	—
Itapebi	489	568	286	277	203	291	—	—
Itapetinga	7.717	8.435	5.994	6.445	1.723	1.990	—	—
Itarantim	83	93	75	76	8	17	—	—
Itororó	1.689	1.896	1.076	1.078	613	818	—	—
Macarani	441	558	316	387	125	171	—	—
Maiquinique	557	598	279	275	278	323	—	—
Nova Canaã	552	506	220	215	332	291	—	—
Pau Brasil	746	834	436	551	310	283	—	—
Potiraguá	682	712	336	380	346	332	—	—
Sta. Cruz da Vitória	993	1.022	388	388	605	634	—	—
PLANALTO DE CONQUISTA								
Anagé	187	190	81	97	106	93	—	—
Barra do Choça	128	106	53	33	75	73	—	—
Belo Campo	131	150	47	35	84	115	—	—
Boa Nova	40	48	34	38	6	10	—	—
Candido Sales	462	555	268	303	194	252	—	—
Encruzilhada	235	328	70	67	165	261	—	—
Jequié	6.969	8.708	5.519	6.804	1.450	1.900	—	4
Manoel Vitorino	372	398	239	231	133	167	—	—
Planalto	20	5	16	5	4	—	—	—
Poções	1.201	1.427	815	921	386	506	—	—
Vitória da Conquista	9.900	10.622	8.420	8.945	1.480	1.677	—	—
TABULEIROS DE VALENÇA								
Cairu	208	190	100	110	108	80	—	—
Camamu	143	127	80	80	63	47	—	—
Itubará	435	557	314	426	121	131	—	—
Maraú	155	200	102	125	53	75	—	—
Nilo Peçanha	101	130	23	21	78	109	—	—

(continua)

Pessoas não naturais do município onde residem (Cont.)

Subáreas e Municípios	Rural							
	Total		Procedentes de zona urbana		Procedentes de zona rural		Sem declaração de procedência	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
PASTORIL DE ITAPETINGA								
Iguai	1.463	1.291	98	100	1.365	1.191	—	—
Itagibá	1.332	1.191	131	115	1.201	1.076	—	—
Itagimirim	1.130	972	282	259	848	713	—	—
Itaju do Colônia	925	639	285	141	620	494	20	4
Itambé	1.226	1.121	548	436	678	678	—	7
Itapebí	1.186	973	422	318	764	655	—	—
Itapetinga	2.225	1.567	453	347	1.772	1.220	—	—
Itarantim	616	565	101	73	515	492	—	—
Itororó	1.369	1.194	354	323	1.015	871	—	—
Mecarani	900	724	368	284	532	440	—	—
Maiquinique	975	752	215	158	760	594	—	—
Nova Canaã	1.277	1.244	196	137	1.081	1.107	—	—
Pau Brasil	2.015	1.467	331	211	1.684	1.256	—	—
Potiraguá	1.591	1.361	528	418	1.063	943	—	—
Sta. Cruz da Vitória	627	553	140	115	487	438	—	—
PLANALTO DE CONQUISTA	7.340	6.407	1.772	1.555	5.568	4.852	—	—
Anagé	502	440	215	164	287	276	—	—
Barra do Choça	226	199	10	3	216	196	—	—
Belo Campo	357	246	51	35	306	211	—	—
Boa Nova	577	509	258	203	319	306	—	—
Cândido Sales	180	140	83	51	97	89	—	—
Encruzilhada	1.955	1.624	218	206	1.737	1.418	—	—
Jequié	1.078	949	373	335	705	614	—	—
Manoel Vitorino	682	623	64	78	618	545	—	—
Planalto	22	6	13	—	9	6	—	—
Poções	549	588	207	231	342	357	—	—
Vitória da Conquista	1.212	1.083	280	249	932	834	—	—
TABULEIROS DE VALENÇA	4.975	4.239	1.261	1.049	3.714	3.190	—	—
Cairu	279	297	83	86	196	211	—	—
Camamu	1.016	738	239	221	777	517	—	—
Ituberá	787	747	318	251	469	496	—	—
Maraú	721	534	242	155	479	379	—	—
Nilo Peçanha	256	222	51	73	205	149	—	—

Pessoas não naturais do município onde residem (Cont.)

Subáreas e Municípios	Total							
	Total		Procedentes de zona urbana		Procedentes de zona rural		Sem declaração de procedência	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
TABULEIROS DE VALENÇA								
Taperoá	519	441	236	230	283	211	—	—
Teolândia	1.175	1.077	87	136	1.088	941	—	—
Valença	1.691	1.830	1.002	1.127	689	703	—	—
TOTAL GERAL	244.525	236.547	113.080	115.856	130.414	120.672	31	19

(continua)

Subáreas e Municípios	Urbano							
	Total		Procedentes de zona urbana		Procedentes de zona rural		Sem declaração de procedência	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
TABULEIROS DE VALENÇA								
Taperoá	330	308	193	209	137	99	—	—
Teolândia	228	221	59	114	169	107	—	—
Valença	911	1.118	745	907	166	211	—	—
TOTAL GERAL	108.297	119.597	78.227	86.067	30.066	33.526	4	4

(continua)

Subáreas e Municípios	Rural							
	Total		Procedentes de zona urbana		Procedentes de zona rural		Sem declaração de procedência	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
TABULEIROS DE VALENÇA								
Taperoá	189	133	43	21	146	112	—	—
Teolândia	947	856	28	22	919	834	—	—
Valença	780	712	257	220	523	492	—	—
TOTAL GERAL	136.228	116.950	34.853	29.789	100.348	87.146	27	15

Fonte: Censo Demográfico da Bahia — VIII Recenseamento Geral Serie Regional — Vol. I tomo XIII — 1970 — FIBGE

ANEXO 2
TEMPO DE RESIDÊNCIA
NO MUNICÍPIO

Pessoas não naturais do município onde residem, por sexo e tempo de residência no município, segundo as subáreas e os municípios

Subáreas e Municípios	Tempo de Residência no Município									
	Totais		Menos de 1 ano		1 ano		2 anos		3 anos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CACAUEIRA	88.946	84.915	10.313	9.678	4.263	4.164	6.058	5.659	4.977	4.509
Aguara	1.199	1.083	58	72	39	19	26	31	21	27
Almeida	849	766	106	79	12	78	75	86	31	30
Aurelino Leal	1.976	1.668	272	244	141	83	150	99	138	102
Barra do Rocha	1.092	900	269	177	64	90	85	75	34	21
Barro Preto	853	528	220	107	44	14	92	44	52	44
Belmonte	884	664	73	50	63	69	58	36	21	15
Buararama	2.661	2.345	371	297	118	104	241	144	180	134
Camacã	3.733	3.075	415	391	286	221	283	177	191	174
Canavieiras	2.061	1.678	231	193	132	124	95	111	88	55
Coaraci	3.010	3.019	180	199	71	73	96	92	128	115
Gençu	1.801	1.928	175	222	40	38	100	109	61	44
Gongogi	1.551	1.584	195	155	108	100	90	112	38	52
Ibicaraí	4.481	4.211	537	463	213	183	206	203	369	293
Ibirapitanga	2.641	2.327	469	435	221	165	202	204	276	265
Ibirataia	2.077	1.966	278	305	65	33	146	103	72	74
Ilhéus	9.622	9.354	1.091	977	522	514	500	574	434	368
Ipieté	3.700	3.989	432	457	75	112	292	319	186	230
Itabuna	19.766	21.283	2.113	2.314	754	985	1.396	1.469	1.155	1.143
Itacaré	827	646	31	58	46	37	62	60	49	28
Itagi	1.186	1.148	59	55	39	18	17	28	120	115
Itajuípe	3.451	2.912	415	399	191	118	166	115	229	180
Itamarí	305	307	36	43	13	17	44	50	30	10
Itapé	1.421	1.394	175	212	38	32	55	46	39	39
Itapitanga	1.357	1.194	116	114	43	39	178	111	76	100
Jitaúna	1.495	1.468	48	67	23	14	82	50	95	68
Mascote	1.342	1.122	128	129	70	78	187	183	74	53
Ubaitaba	1.800	1.757	258	241	119	114	156	134	145	125
Ubatã	3.732	3.936	566	430	258	233	367	345	182	188
Una	4.077	3.392	512	444	190	214	279	295	198	169
Urucuca	1.580	1.020	229	128	116	69	125	67	105	77
Wenceslau Guimarães	2.416	2.251	255	221	144	186	207	187	160	171

(continua)

Pessoas não naturais do município, por tempo de residência (cont.)

Subáreas e Municípios	Tempo de Residência no Município							
	4 Anos		6 anos		6 a 10 anos		11 anos e mais	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CACAUEIRA	3.776	3.659	4.558	4.481	13.643	13.472	41.358	39.293
Aiquara	48	33	27	34	155	145	825	722
Almadina	28	30	44	26	94	85	459	412
Aurelino Leal	55	49	100	73	268	218	852	800
Barra do Rocha	16	12	50	54	140	137	434	334
Barro Preto	53	36	17	32	89	57	296	194
Belmonte	14	18	158	116	110	91	387	269
Buerarema	80	87	99	91	334	347	1.238	1.147
Camacã	80	88	271	187	621	484	1.586	1.353
Canavieiras	97	70	43	34	365	249	1.010	842
Coaraci	136	95	81	85	323	322	1.995	2.038
Gandu	35	53	77	100	248	280	1.065	1.082
Gongogi	73	121	107	73	178	197	762	724
Ibicaraí	181	128	170	194	705	615	2.100	2.132
Ibirapitanga	142	110	126	91	304	267	901	790
Ibirataia	43	71	99	86	275	276	1.099	1.018
Ilhéus	356	336	411	398	1.449	1.488	4.859	4.699
Ipiaú	204	183	234	247	528	623	1.749	1.818
Itabuna	1.117	1.188	1.208	1.311	3.719	4.115	8.304	8.758
Itacaré	18	13	41	38	123	127	457	285
Itagi	38	32	47	68	142	121	724	771
Itajuípe	122	89	181	139	466	465	1.681	1.407
Itamarí	—	8	7	15	40	43	135	121
Itapé	131	78	98	105	123	152	762	730
Itapitanga	18	21	59	64	163	142	704	603
Jitaúna	16	20	43	44	114	101	1.074	1.104
Mascote	41	42	37	62	254	172	551	403
Ubaitaba	90	112	99	130	276	283	657	618
Ubatã	191	234	191	233	559	762	1.418	1.511
Una	217	195	252	194	870	623	1.554	1.258
Uruçuca	44	47	86	64	241	182	634	386
Wenceslau Guimarães	92	60	95	93	367	309	1.096	1.024

Pessoas não naturais do município, por tempo de residência (cont.)

Municípios e Subáreas	Tempo da Residência no Município									
	Totais		Menos de 1 ano		1 ano		2 anos		3 anos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
INTERIORANA										
EXT. SUL BAHIA	35.236	33.063	2.459	2.392	1.530	1.474	1.889	1.712	1.830	1.671
Guaratinga	4.832	4.141	265	216	195	134	161	135	173	154
Ibipapuã	5.205	4.966	251	249	280	274	465	369	240	248
Itamaraju	10.762	9.893	932	936	540	544	650	580	752	613
Itanhém	7.302	6.941	519	474	247	251	382	375	381	336
Lagedão	1.078	1.060	29	19	—	7	18	—	8	16
Medeiros Neto	6.057	6.062	463	498	268	264	213	253	276	304
LITORÂNEA ALTO										
EXT. SUL	14.952	13.741	1.342	1.397	755	675	1.091	1.023	1.003	845
Porto Seguro	5.799	3.382	283	297	162	166	224	235	282	185
Prado	6.169	5.599	558	488	206	124	553	477	341	323
Santa Cruz										
Calbália	4.884	4.760	501	512	387	385	314	311	380	337
LITORÂNEA BAIXO EXT. SUL										
BAIXO EXT. SUL	17.366	16.448	1.854	1.890	993	983	1.432	1.224	1.431	1.385
Alcobaca	6.884	6.668	561	599	345	323	608	485	377	377
Caravelas	4.023	3.807	558	542	167	148	329	341	316	373
Mucuri	3.742	3.361	450	458	337	314	216	175	383	307
Nova Viçosa	2.717	2.612	285	291	144	198	279	223	355	328
PASTORIL DE ITAPETINGA										
ITAPETINGA	46.385	44.475	4.461	4.381	1.931	2.020	2.654	2.670	2.325	2.125
Caetiba	1.297	1.078	62	63	63	43	38	33	61	65
Derio Meira	2.139	2.258	173	194	88	118	133	171	137	163
Firmino Alves	1.333	1.442	85	78	28	63	166	191	54	87
Floresta Azul	2.712	2.248	73	113	83	101	115	62	168	122
Ibicuí	2.500	2.468	110	97	36	39	202	159	113	102
Iguaí	2.354	2.384	198	251	114	111	70	57	90	97
Itagibá	1.854	1.732	189	189	93	97	129	95	65	58
Itagimirim	2.032	1.928	217	206	160	131	39	68	205	173
Itaju do Colonia	1.271	1.055	272	174	32	16	28	9	66	42
Itambé	2.163	2.260	230	261	74	114	153	190	75	126
Itapebi	1.675	1.541	203	195	82	87	123	147	77	78
Itapetinga	9.942	10.002	1.133	1.116	420	448	701	726	540	482

(continua)

Pessoas não naturais do município, por tempo de residência (cont.)

Municípios e Subáreas	Tempo de Residência no Município							
	4 anos		6 anos		6 a 10 anos		11 anos e mais	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
INTERIORANA EXT. SUL	1.458	1.422	1.982	1.990	6.602	5.943	17.486	16.450
Guaratinga	177	131	190	157	760	606	2.911	2.608
Ibirapuã	183	194	444	507	1.346	1.306	1.996	1.819
Itamaraju	600	526	646	629	1.807	1.481	4.835	4.584
Itanhém	241	300	392	369	1.417	1.338	3.723	3.498
Lagedão	29	35	28	30	96	104	870	849
Medeiros Neto	228	236	282	298	1.176	1.108	3.151	3.101
LITORÂNEA ALTO EXT. SUL	765	753	1.138	1.074	4.113	3.950	4.645	4.124
Porto Seguro	205	194	432	352	1.177	1.071	1.034	882
Prado	254	263	243	260	1.467	1.412	2.547	2.252
Santa Cruz Cabrália	306	296	463	462	1.469	1.467	1.064	990
LITORÂNEA BAIXO EXT. SUL	1.115	986	1.301	1.227	4.454	4.165	4.786	4.588
Alcobaça	363	294	699	692	2.012	1.995	1.919	1.903
Caravelas	270	223	151	144	718	657	1.514	1.379
Mucuri	254	213	323	265	985	869	794	760
Nova Viçosa	228	256	128	126	739	644	559	546
PASTORIL DE ITAPETINGA	1.970	2.034	2.729	2.637	8.244	7.833	22.071	20.775
Caatiba	77	59	84	58	161	108	751	849
Dario Meira	127	153	175	144	350	351	956	964
Firmino Alves	36	30	53	42	189	206	722	745
Floresta Azul	134	125	212	160	588	497	1.339	1.068
Ibicuí	51	95	202	164	366	425	1.420	1.387
Iguai	84	93	72	77	350	351	1.376	1.347
Itagibá	79	73	66	44	285	224	948	952
Itagimirim	44	62	127	160	443	400	797	728
Itaju do Colonia	34	21	111	108	165	119	563	566
Itambé	47	89	91	71	413	409	1.080	1.000
Itapebi	56	40	51	61	238	242	845	691
Itapetinga	581	481	445	550	2.072	2.037	4.050	4.162

Pessoas não naturais do município, por tempo de residência (cont.)

Municípios e Subáreas	Tempo de Residência no Município									
	Totais		Menos de 1 ano		1 ano		2 anos		3 anos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
PASTORIL DE ITAPETINGA										
Itarantim	699	658	67	40	19	13	21	38	9	4
Ipororó	3.058	3.090	319	386	148	139	137	155	149	136
Macarani	1.341	1.282	117	118	59	44	64	63	72	36
Maiquinique	1.532	1.350	113	97	121	91	104	93	107	73
Nova Canaã	1.829	1.750	68	48	73	64	72	83	89	79
Pau Brasil	2.761	2.301	273	242	108	112	139	123	119	55
Potiraguá	2.273	2.073	347	329	87	123	167	116	94	105
Santa Cruz da Vitória	1.620	1.575	212	184	43	66	53	91	35	42
PLANALTO DE CONQUISTA										
Anagé	689	630	104	87	73	64	113	66	35	13
Barra do Choça	354	305	13	19	11	18	—	3	5	13
Belo Campo	488	396	18	15	31	8	69	49	54	40
Boa Nova	617	557	107	74	11	24	19	40	37	53
Candido Sales	642	695	63	94	64	101	16	9	26	38
Encruzilhada	2.190	1.952	149	150	104	89	152	124	118	98
Jequié	8.047	9.657	741	934	409	417	532	777	345	460
Menel Vitorino	1.054	1.021	86	704	156	159	75	87	6	12
Planalto	42	11	16	—	—	—	—	—	—	—
Poções	1.750	2.015	254	289	101	145	191	182	62	57
Vitória da Conquista	11.112	11.705	1.597	1.837	644	778	957	1.013	647	683
TABULEIROS DE VALENÇA										
Cairu	487	487	40	58	33	20	34	26	35	36
Camamu	1.159	865	198	125	189	108	92	47	92	47
Ituberá	1.222	1.304	136	160	91	93	106	95	101	85
Maraú	876	734	156	103	52	25	77	46	18	12
Nilo Peçanha	357	352	48	53	32	16	12	8	4	14
Taperoá	519	441	99	110	10	13	35	26	45	20
Teolândia	1.175	1.077	74	86	26	25	24	49	57	27
Valença	1.691	1.830	206	223	98	91	99	107	90	103

(continua)

Pessoas não naturais do município, por tempo de residência – (cont.)

Municípios e Subáreas	Tempo de Residência no Município							
	4 anos		6 anos		6 a 10 anos		11 anos e Mais	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
PASTORIL DE ITAPETINGA								
Itarantim	23	8	37	49	67	102	456	404
Itororó	91	110	220	247	611	539	1.383	1.378
Macarani	91	88	68	112	207	254	663	567
Maiquinique	86	142	58	60	281	207	662	587
Nova Canaã	26	23	87	91	355	369	1.049	993
Pau Brasil	122	143	298	195	489	410	1.213	1.021
Potiraguá	68	95	274	190	345	332	951	783
Santa Cruz da Vitória	103	104	58	54	269	251	847	783
PLANALTO DE CONQUISTA	1.400	1.588	1.534	1.721	5.182	5.628	10.652	10.964
Anagé	36	28	22	13	104	101	202	258
Barra do Choça	6	3	30	11	48	30	241	208
Belo Campo	16	17	43	19	120	91	137	137
Boa Nova	40	48	44	74	64	53	295	191
Candido Sales	36	27	39	60	184	226	214	140
Encruzilhada	75	65	118	126	408	356	1.066	944
Jequié	416	467	401	487	1.485	1.682	3.712	4.433
Manoel Vitorino	24	27	129	124	183	181	395	327
Planalto	–	5	–	–	–	–	26	6
Poções	133	132	89	146	310	398	610	666
Vitória da Conquista	618	769	619	661	2.276	2.510	3.754	3.654
TABULEIROS DE VALENÇA	292	354	496	493	1.272	1.223	2.987	2.963
Cairu	8	6	50	48	59	78	228	215
Camamu	54	70	47	42	157	143	330	283
Ituberá	35	67	95	138	241	260	417	406
Maraú	52	53	37	20	142	113	342	362
Nilo Peçanha	19	27	21	24	50	51	171	159
Taperoá	12	14	26	10	100	90	192	158
Teolandia	44	43	54	42	226	203	640	602
Valença	68	74	166	169	297	285	667	778

Pessoas não naturais do município, por tempo de residência — (cont.)

Municípios e Subáreas	Tempo de Residência no Município											
	Totais		Menos de 1 ano		1 ano		2 anos		3 anos			
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
PLANALTO DE JAGUAQUARA	7.269	7.871	595	632	366	415	368	359	317	335		
Cravolandia	701	871	81	115	24	35	20	19	44	49		
Itaquera	909	894	93	71	77	78	70	69	31	33		
Jaguaquara	3.046	3.317	244	261	125	123	71	72	161	165		
Jiquiriçá	528	594	41	57	49	66	36	47	17	30		
Mutuípe	1.449	1.426	65	59	70	79	133	105	31	51		
Ubaíra	636	769	71	69	21	34	38	47	13	7		
TOTAL GERAL	244.525	236.547	25.135	24.591	11.973	11.945	16.125	15.401	13.660	12.681		

(continua)

Municípios e Subáreas	Tempo de Residência no Município											
	4 Anos		6 Anos		6 a 10 Anos		11 Anos e Mais					
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres				
PLANALTO DE JAGUAQUARA	361	494	383	425	1.234	1.414	3.645	3.797				
Cravolandia	24	54	80	95	124	128	304	376				
Itaquera	39	95	46	46	145	129	408	373				
Jaguaquara	135	190	133	141	515	690	1.662	1.675				
Jiquiriçá	45	60	29	33	84	76	227	225				
Mutuípe	70	66	66	55	266	278	728	733				
Ubaíra	48	29	29	55	100	113	316	415				
TOTAL GERAL	11.137	11.290	14.121	14.048	44.744	43.628	107.630	102.963				

Fonte: Censo Demográfico da Bahia — VIII Recenseamento Geral — Série Regional — Vol. 1 tomo XIII — 1970 — FIBGE.

ANEXO 3
SETORES DE ATIVIDADE

anexo de dependência, por condição de atividade, segundo as subáreas e os municípios

Subáreas e Municípios	Setor de Atividade														
	Totais			Agric., Pec., Caça e pesca			Atividades Industriais			Comércio de Mercadorias			Prestação de Serviços		
	PEA ¹	NEA ²	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	
CACAUEIRA	207.047	459.816	122.426	248.911	21.185	56.458	16.605	39.030	22.976	22.976	25.038	66	66		
Aiquara	2.387	4.591	2.076	3.836	31	55	56	118	99	99	182	182			
Almadina	2.520	5.200	1.900	3.663	164	367	154	310	146	146	353	353			
Aurelino Leal	3.558	8.742	2.622	6.080	284	766	162	376	244	244	60	60			
Barra do Rocha	2.858	5.274	2.189	4.132	156	431	87	177	62	62	52	52			
Barro Preto	1.860	4.118	1.511	2.863	157	388	25	142	41	41	621	621			
Belmonte	6.147	14.923	4.224	9.604	426	955	421	1.050	525	525	893	893			
Buerarema	6.043	12.846	3.803	7.848	671	1.562	419	1.141	670	670	688	688			
Carnaíba	6.608	16.036	4.251	9.334	804	2.110	608	1.578	364	364	1.683	1.683			
Canavieiras	10.137	23.323	7.149	15.613	541	1.245	562	1.448	1.081	1.081	1.015	1.015			
Coaraci	6.621	15.138	4.025	9.175	587	1.377	523	1.294	960	960	462	462			
Gandu	6.531	11.507	4.830	7.582	489	1.504	301	721	480	480	235	235			
Gongogi	2.903	6.740	1.964	4.471	342	787	188	289	201	201	755	755			
Ibicaraí	7.687	18.465	3.949	8.914	1.128	2.859	867	2.245	845	845	309	309			
Ibirapitanga	4.091	9.232	3.466	7.154	227	608	134	378	176	176	513	513			
Ibirataia	4.600	9.828	3.562	6.818	225	784	205	683	338	338	5.611	5.611			
Ilhéus	32.638	75.333	14.677	27.203	4.068	11.261	2.989	7.285	4.722	4.722	1.148	1.148			
Ipiáú	8.138	19.484	4.248	10.097	812	2.226	779	2.007	1.214	1.214	7.041	7.041			
Itabuna	35.863	76.848	9.187	20.213	6.196	16.489	5.531	11.475	7.598	7.598	98	98			
Itacaré	4.649	9.455	4.142	7.820	120	228	94	243	117	117	163	163			
Itagi	3.674	7.794	2.872	5.794	210	593	130	287	229	229	660	660			
Itajuípe	6.411	13.417	4.298	7.901	531	1.441	384	757	607	607	32	32			
Itamarí	1.775	3.550	1.468	2.721	76	210	85	278	64	64	72	72			
Itapê	3.658	9.032	3.058	6.582	188	590	146	396	121	121	201	201			
Itapitanga	2.469	7.081	1.847	4.903	205	562	85	220	155	155	115	115			
Jitaúna	4.107	9.060	3.291	6.502	239	804	219	739	195	195	176	176			
Messoco	3.320	7.247	2.643	5.362	243	578	130	419	498	498	359	359			
Ubaitaba	3.655	7.605	2.046	4.093	403	1.061	340	640	382	382	679	679			
Ubatã	4.321	13.053	2.550	6.153	719	2.459	368	1.048	319	319	435	435			
Una	7.260	15.084	5.862	11.756	394	926	312	504	319	319	295	295			
Uruçuca	5.065	10.058	3.846	6.707	265	515	235	568	318	318	86	86			
Wenceslau Guimarães	5.493	9.742	4.852	7.997	264	727	106	253	82	82					

(continua)

1 PEA - População Economicamente Ativa.
2 NEA - População Não-Economicamente Ativa.

Setor de atividade de dependência (cont.)

Subáreas e Municípios	Setor de Atividade (cont.)												Condições Inativas
	Transp. e Com. e Armazenagem			Atividades Sociais			Administração Pública			Outras Atividades			
	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	
CACAUEIRA	5.856	17.267	6.563	5.933	4.530	12.698	6.906	7.230	47.251				
Alqueira	3	14	37	27	30	64	55	113	298				
Almedina	62	63	42	38	30	128	22	19	430				
Aurelino Lael	55	269	78	43	36	165	67	24	676				
Berra do Rocha	16	53	41	69	18	101	289	26	225				
Barro Preto	29	43	26	7	44	146	27	26	450				
Belmonte	226	862	175	192	82	157	68	105	1.377				
Buerarema	96	344	111	124	81	158	192	46	730				
Carnaúba	154	348	124	127	132	200	171	148	1.522				
Caneleiras	161	537	349	366	169	377	125	290	1.764				
Coaraci	53	175	191	176	171	430	101	133	1.363				
Gandu	72	200	147	138	70	215	138	45	640				
Gongogi	50	90	52	48	36	112	100	99	629				
Ibicaraí	186	528	269	230	143	345	300	293	2.296				
Ibirapitanga	35	99	24	29	26	4	3	3	648				
Ibiratata	79	202	102	39	47	217	12	23	549				
Ilhéus	1.865	6.391	1.618	1.905	1.175	3.208	1.524	1.870	10.599				
Ipieté	214	570	307	164	215	522	349	415	2.336				
Itabuna	1.785	4.610	1.788	1.457	1.332	3.773	2.446	2.514	9.286				
Itacaré	28	79	49	29	60	95	39	39	824				
Itagi	29	53	81	21	45	84	78	125	674				
Itajuípe	138	419	183	208	95	368	187	191	1.472				
Itamarí	16	64	27	20	18	76	21	38	111				
Itapê	32	76	27	27	17	55	69	31	1.213				
Itapitanga	14	52	90	95	37	162	36	7	899				
Jitaúna	20	37	62	29	37	98	44	111	625				
Mascote	37	141	39	3	26	95	89	17	436				
Ubaitaba	56	127	149	69	90	432	73	53	771				
Uberlândia	78	222	139	137	58	122	37	25	2.208				
Una	120	277	84	39	50	110	119	213	824				
Uruçuca	100	264	101	54	106	517	94	179	969				
Wenceslau Guimarães	47	68	57	23	54	172	31	9	407				

Setor de atividade de dependência -- (cont.)

Municípios e Subáreas	Setor de Atividade														
	Totais			Agric., Pec., Caça e Pesca			Atividades Industriais			Comércio de Mercadorias			Prestação de Serviços		
	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	
INTERIORANA EXTREMO SUL BAHIA	52.618	134.069	41.713	101.432	2.788	7.503	2.691	8.842	2.764	3.014					
Guaratinga	9.541	23.577	8.725	21.014	255	699	243	782	166	196					
Ibirapuã	5.705	12.753	4.816	10.745	114	382	165	571	197	193					
Itamaraju	18.101	45.837	14.228	34.588	973	2.663	993	3.271	885	931					
Itanhém	9.453	25.292	7.326	18.140	563	1.552	507	1.787	641	684					
Lagedão	1.678	5.474	1.495	4.572	72	145	38	99	25	106					
Medeiros Neto	8.140	21.196	2.123	12.373	811	2.062	745	2.332	850	904					
LITORÂNEA ALTO EXTREMO SUL	26.542	64.947	19.736	43.567	1.952	5.047	1.443	4.500	1.951	2.774					
Porto Seguro	9.077	24.031	7.438	17.472	455	1.256	444	1.596	378	601					
Prado	9.597	21.613	7.398	15.274	600	1.352	348	962	588	658					
Santa Cruz Cabrália	7.868	19.303	4.900	10.821	897	2.439	651	1.942	985	1.515					
LITORÂNEA BAIXO EXTREMO SUL	25.005	67.184	19.005	46.912	1.823	5.077	1.102	3.789	1.275	1.761					
Alcobaça	8.476	23.847	6.415	16.851	21	2.022	404	1.547	478	619					
Caravelas	6.683	19.344	4.858	12.722	311	989	311	1.108	432	643					
Mucuri	4.911	11.855	4.189	9.797	206	498	141	394	116	182					
Nova Viçosa	4.935	12.138	3.543	7.542	585	1.568	246	740	249	317					
PASTORIL DE ITAPETINGA	93.385	232.267	63.738	152.606	9.152	23.814	6.150	17.462	7.894	8.672					
Caatiba	4.029	9.263	3.585	8.073	136	398	76	190	166	103					
Dario Meira	3.609	7.528	3.007	6.120	252	506	136	340	717	64					
Firmino Alves	1.648	4.313	1.122	2.813	131	369	143	458	137	174					
Floresta Azul	4.417	11.011	3.235	7.375	381	1.021	407	1.253	234	155					
Ibicuí	4.254	12.043	3.007	8.716	406	917	317	775	282	332					
Iguaí	6.913	16.783	5.501	12.563	436	1.191	307	866	344	226					
Itagibá	4.331	11.639	3.646	9.074	223	655	144	509	154	216					
Itagimirim	3.281	7.530	2.361	5.112	215	393	170	642	284	329					
Itajú do Colonia	2.779	7.136	2.237	4.961	239	689	107	307	74	168					

(continua)

Quadro das atividades da Companhia Saneamento (CONT.)

Atividade	Setor de atividade												Condições Inativas
	Trabalho e Custo Administrativo			Atividades Sociais			Administração Pública			Outras Atividades			
	PIA	MIA	PIA	MIA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA		
Atividade de Engenharia e Arquitetura	613	1.264	642	584	262	769	1.025	9.636					
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Projetos	45	12	47	59	46	37	24	67					651
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Execução	43	104	76	71	35	66	259	21					600
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Manutenção	261	133	167	133	47	106	527	370					2.042
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações	43	262	174	145	62	223	87	115					2.394
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção	61	103	142	176	12	86	-	-					406
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações	4/2	1.216	364	368	233	926	501	762					5.777
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Projetos	126	412	101	200	80	486	45	69					1.919
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Execução	97	261	94	28	62	129	410	607					2.342
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Manutenção	149	643	169	130	81	311	46	86					1.516
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Operações	337	1.091	363	338	310	871	790	641					6.704
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Operações - Projetos	66	101	96	39	26	72	270	257					2.339
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Operações - Execução	143	611	136	233	187	531	303	332					2.255
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Operações - Manutenção	26	137	63	27	49	112	119	28					680
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Operações - Manutenção - Operações	100	322	66	39	48	156	98	24					1.430
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Operações - Operações - Operações	1.183	3.069	1.964	2.086	1.084	3.074	2.220	2.276					19.208
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações	11	10	20	-	28	70	7	17					402
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações	9	7	68	45	23	90	7	36					320
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações	9	21	36	88	29	77	41	56					257
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações	42	88	31	44	34	116	53	30					929
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações	19	35	134	191	39	132	50	36					909
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações	89	213	109	87	82	278	45	58					1.301
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações	28	86	49	64	51	145	36	43					848
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações	46	112	71	102	25	48	109	138					654
Atividade de Engenharia e Arquitetura - Operações - Manutenção - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações - Operações	19	130	58	10	22	77	23	43					751

Sector de atividade de dependência — (cont.)

Municípios e Subáreas	Setor de Atividade														
	Totais			Agric., Pec., Caça e Pesca			Atividades Industriais			Comércio de Mercadorias			Prestação de Serviços		
	PEA	NEA	NEA	PEA	NEA	NEA	PEA	NEA	NEA	PEA	NEA	NEA	PEA	NEA	
PASTORIL DE ITAPETINGA															
Itambé	7.765	20.139	12.884	5.162	12.884	1.014	2.662	459	1.318	603	784				
Itapebi	4.106	9.680	6.658	3.116	6.658	352	1.060	178	519	214	190				
Itapetinga	13.254	32.858	10.872	4.242	10.872	2.688	6.828	1.684	4.650	2.546	2.803				
Itarantim	5.798	15.043	11.655	4.315	11.655	329	874	303	821	521	644				
Itororó	6.376	12.971	7.155	3.788	7.155	655	1.730	581	1.429	719	779				
Macarani	3.223	11.158	7.554	2.531	7.554	171	663	171	803	192	443				
Maiquinique	2.606	5.338	3.920	2.000	3.920	189	411	81	271	239	214				
Nova Canaã	4.388	11.537	8.995	3.455	8.995	247	808	163	404	227	192				
Pau Brasil	4.552	10.583	7.717	3.323	7.717	384	900	252	507	336	463				
Potiraguá	3.883	9.739	6.501	2.500	6.501	397	872	368	1.065	432	283				
Sta. Cruz da Vitória	2.263	5.975	3.888	1.605	3.888	307	858	103	335	73	110				
PLANALTO DE CONQUISTA	122.568	279.772	147.758	73.133	147.758	12.769	34.438	10.574	29.059	15.361	17.702				
Anagé	8.393	13.135	10.757	7.820	10.757	261	809	82	246	136	201				
Barra do Choça	3.045	5.859	5.202	2.782	5.202	93	157	57	187	79	36				
Belo Campo	3.352	6.617	5.178	2.783	5.178	283	645	61	182	138	77				
Boa Nova	7.322	15.515	12.000	6.182	12.000	299	478	445	1.978	187	90				
Candido Sales	4.292	10.818	6.344	2.206	6.344	701	1.621	323	925	858	891				
Encruzilhada	4.577	16.935	14.204	6.744	14.204	226	656	98	176	240	136				
Jequié	30.467	69.707	26.244	13.542	26.244	4.107	11.112	3.296	8.624	5.204	5.654				
Manoel Vitorino	4.727	9.839	7.878	3.879	7.878	207	435	191	414	177	231				
Planalto	4.938	14.781	10.071	4.383	10.071	120	211	285	1.101	43	107				
Poções	12.588	26.860	18.936	9.885	18.936	657	1.873	616	1.772	857	1.008				
Vitória da Conquista	35.867	89.706	30.944	12.927	30.944	5.815	16.441	5.120	13.454	7.442	9.271				

(continua)

Sector de atividade de dependência — (cont.)

Municípios e Subáreas	Setor de Atividade												Condições Inativas
	Transp. e Com. e Armazenagem			Atividades Sociais			Administração Pública			Outras Atividades			
	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	
PASTORIL DE ITAPETINGA													
Itambé	22	52	181	187	68	143	166	161	1,948				
Itapebi	40	58	78	24	35	51	93	94	1,017				
Itapetinga	469	1.225	506	579	305	882	814	990	4.029				
Itarantim	33	4	78	101	22	99	197	80	765				
Itororó	112	262	182	166	107	327	232	238	885				
Macarani	14	140	53	34	44	166	47	90	1.265				
Maiquinique	2	—	58	61	17	27	20	—	434				
Nova Canaã	69	169	76	83	25	102	126	36	748				
Pau Brasil	55	176	64	89	57	84	81	61	580				
Potiraguá	70	227	43	66	36	109	37	59	553%				
Sta. Cruz da Vitória	25	55	79	65	35	51	36	10	603				
PLANALTO DE CONQUISTA	3.125	9.629	3.091	3.609	1.593	5.990	2.922	3.299	28.280				
Anagé	19	69	54	116	9	36	12	13	888				
Barra do Choça	4	12	15	7	15	53	—	—	200				
Belo Campo	23	43	36	37	22	89	6	21	342				
Boa Nova	37	47	64	80	68	247	40	26	262				
Candido Sales	89	257	49	110	15	26	51	44	603				
Encruzilhada	20	74	43	44	92	311	114	64	1.274				
Jequié	1.113	3.347	1.272	1.452	554	2.040	1.379	1.551	2.867				
Manoel Vitorino	34	95	31	11	31	32	177	314	434				
Planalto	24	104	33	91	33	173	17	28	2.867				
Poções	168	435	157	239	86	335	162	138	2.146				
Vitória da Conquista	1.594	5.146	1.337	1.422	668	2.648	964	1.100	9.296				

Sector de atividade de dependência — (cont.)

Setores de Atividade

Municípios e Subáreas	Totais											
	Agric. Pec., Caça e Pesca			Atividades Industriais			Comércio de Mercadorias			Prestação de Serviços		
	PEA	NEA	NEA	PEA	NEA	NEA	PEA	NEA	NEA	PEA	NEA	NEA
TABULEIROS DE VALENÇA	38.548	95.577	28.769	63.464	3.588	8.364	1.496	3.754	1.746	1.905		
Cairu	2.447	6.697	2.041	5.208	93	137	85	264	36	19		
Canamu	6.919	18.583	5.310	13.308	707	1.767	234	606	226	271		
Ituberá	4.184	11.749	3.165	7.317	360	901	200	614	201	219		
Marau	3.342	8.533	2.882	6.840	145	348	37	143	75	85		
Nilo Peçanha	2.347	4.531	2.025	3.454	101	282	53	155	71	139		
Taperoá	2.626	6.132	1.959	3.919	309	807	61	213	111	205		
Teolândia	2.478	5.519	2.184	4.622	89	201	90	220	58	24		
Valença	14.205	33.833	9.203	18.796	1.784	3.921	736	1.539	968	943		
PLANALTO DE JAGUAQUARA	27.326	50.739	22.495	38.257	1.111	3.057	846	2.164	1.266	1.144		
Cravolândia	1.957	2.757	1.586	1.996	109	254	58	182	80	28		
Itaquara	3.136	3.746	2.740	2.972	50	200	70	129	140	78		
Jaguaquara	8.684	17.289	6.338	11.781	535	1.481	379	946	751	727		
Jiquiriçá	2.815	5.789	2.557	4.958	69	114	38	146	56	57		
Mutuope	5.295	9.714	4.550	7.485	195	546	150	306	93	99		
Ubaíra	5.439	11.444	4.724	9.065	153	462	151	455	146	155		
TOTAL GERAL	593.039	1.384.371	391.015	842.907	54.368	143.758	40.907	108.600	55.233	62.010		

(continua)

Setor de atividade de dependência -- (cont.)

Municípios e Subáreas	Setor de atividade												Condições Inativas
	Transp. e Com. e Armazenagem			Atividades Sociais			Administração Pública			Outras Atividades			
	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	
TABULEIROS DE VALENÇA	725	2.225	950	916	600	1.445	674	815	12.689				
Cairu	39	127	44	13	27	84	82	17	828				
Camamu	122	359	98	113	77	230	145	198	1.731				
Ituberá	47	195	78	65	61	222	72	46	2.170				
Maráú	65	277	96	142	35	128	7	25	545				
Nilo Peçanha	22	92	28	12	15	45	32	73	279				
Taperoá	34	105	81	80	49	115	22	27	661				
Teolândia	9	34	15	-	22	39	11	33	346				
Valença	387	1.036	510	491	314	582	303	396	6.129				
PLANALTO DE JAGUAQUARA	366	894	576	405	245	616	421	191	4.011				
Cravolândia	27	66	32	7	36	68	29	14	142				
Itaquara	27	81	70	12	20	83	19	15	176				
Jaguaquara	202	520	219	86	58	158	202	99	1.491				
Jiquiriçá	7	19	39	46	21	50	28	58	341				
Mutuípe	35	64	124	221	35	109	113	-	884				
Ubaíra	68	144	92	33	75	148	30	5	977				
TOTAL GERAL	12.477	36.675	14.503	14.229	8.857	26.389	15.679	16.239	133.564				

OBS.: O Conceito de População Não-Economicamente Ativa, nesta tabela, inclui também a população com idades abaixo do limite de 10 anos.

Fonte: Censo Demográfico da Bahia - VIII Recenseamento Geral - Série Regional - Volume 1 tomo XIII - 1970 - FIBGE.

ANEXO 4
PESSOAL OCUPADO

Setor de atividade de dependência, por condição de atividade, segundo as subáreas e os municípios

Subáreas e Municípios	Setor de Atividade														
	Totais			Agric., Pec., Caça e pesca			Atividades Industriais			Comércio de Mercadorias			Prestação de Serviços		
	PEA ¹	NEA ²	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	
CACALUEIRA	207.047	459.816	122.426	248.911	21.185	56.458	16.805	39.030	22.976	99	25.038				
Alaquara	2.387	4.591	2.076	3.836	31	55	56	118	99		66				
Almadina	2.520	5.200	1.900	3.663	164	367	154	310	146		182				
Aurelino Leal	3.558	8.742	2.622	6.080	294	766	162	376	244		353				
Barra do Rocha	2.858	5.274	2.189	4.132	156	431	87	177	62		60				
Barro Preto	1.860	4.118	1.511	2.863	157	389	25	142	41		52				
Belmonte	6.147	14.923	4.224	9.604	426	955	421	1.050	525		621				
Buerarema	6.043	12.846	3.803	7.848	671	1.562	419	1.141	670		893				
Carnacé	6.608	16.036	4.251	9.334	804	2.110	608	1.579	364		668				
Canavieiras	10.137	23.323	7.149	15.613	541	1.245	562	1.448	1.081		1.683				
Coaraci	6.621	15.138	4.025	9.175	597	1.377	523	1.294	960		1.015				
Gandu	6.531	11.507	4.830	7.582	489	1.504	301	721	462		462				
Gongogi	2.903	6.740	1.964	4.471	342	787	168	289	201		235				
Ibicaraí	7.687	18.465	3.949	8.914	1.128	2.859	867	2.245	845		755				
Ibirapitanga	4.091	9.232	3.466	7.154	227	608	134	378	176		309				
Ibirataia	4.600	9.828	3.562	6.818	225	784	205	683	338		513				
Ilhéus	32.638	75.333	14.677	27.203	4.068	11.261	2.989	7.285	4.722		5.611				
Ipiáú	8.138	19.484	4.248	10.097	812	2.225	779	2.007	1.214		1.148				
Itabuna	35.863	76.848	9.187	20.213	6.196	16.489	5.531	11.475	7.598		7.041				
Itacaré	4.649	9.455	4.142	7.820	120	228	94	243	117		98				
Itagi	3.674	7.794	2.872	5.794	210	593	130	287	229		163				
Itajuípe	6.411	13.417	4.286	7.901	531	1.441	384	757	607		660				
Itamarí	1.775	3.550	1.468	2.721	76	210	85	278	64		32				
Itapé	3.658	9.032	3.058	6.582	188	590	146	386	121		72				
Itapitanga	2.469	7.081	1.847	4.903	205	552	85	220	155		201				
Jitaúna	4.107	9.060	3.291	6.502	239	804	219	739	195		115				
Mascote	3.320	7.247	2.643	5.382	243	578	130	419	113		176				
Ubaítaba	3.655	7.605	2.046	4.093	403	1.061	340	640	498		359				
Ubatã	4.321	13.053	2.550	6.159	719	2.459	358	1.048	382		679				
Una	7.260	15.084	5.862	11.766	394	926	312	504	319		435				
Uruçuca	5.065	10.058	3.846	6.707	265	515	235	558	318		295				
Wenceslau Guimarães	5.493	9.742	4.852	7.997	264	727	106	253	82		86				

(continua)

- 1 PEA - População Economicamente Ativa.
- 2 NEA - População Não-Economicamente Ativa.

Setor de atividade de dependência (cont.)

Subáreas e Municípios	Setor de Atividade (cont.)												Condições Inativas
	Transp. e Com. e Armazenagem			Atividades Sociais			Administração Pública			Outras Atividades			
	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	
CACAUEIRA	5.856	17.267	6.563	5.933	4.530	12.698	6.906	7.230	47.251				
Aiquara	3	14	37	27	30	64	55	113	298				
Almadina	62	63	42	38	30	128	22	19	430				
Aurelino Leal	55	259	78	43	36	165	67	24	676				
Barra do Rocha	16	53	41	69	18	101	289	26	225				
Barro Preto	29	43	26	7	44	146	27	26	450				
Belmonte	226	862	175	192	82	157	68	105	1.377				
Buerarema	96	344	111	124	81	158	192	46	730				
Camaçã	154	348	124	127	132	200	171	148	1.522				
Canaveiras	161	537	349	366	169	377	125	290	1.764				
Coaraci	53	175	191	176	171	430	101	133	1.363				
Gandu	72	200	147	138	70	215	138	45	640				
Gongogi	50	90	52	48	36	112	100	99	629				
Ibicaraí	186	528	269	230	143	345	300	293	2.296				
Ibirapitanga	35	99	24	29	26	4	3	3	648				
Ibirataia	79	202	102	39	47	217	12	23	549				
Ilhéus	1.865	6.391	1.618	1.905	1.175	3.208	1.524	1.870	10.599				
Ipiatã	214	570	307	164	215	522	349	415	2.336				
Itabuna	1.785	4.610	1.788	1.457	1.332	3.773	2.446	2.514	9.286				
Itacaré	28	79	49	29	60	95	39	39	824				
Itagi	29	53	81	21	45	84	78	125	674				
Itajuípe	138	419	183	208	95	368	187	191	1.472				
Itamarí	16	64	27	20	18	76	21	38	111				
Itapê	32	76	27	27	17	55	69	31	1.213				
Itapitanga	14	52	90	95	37	152	36	7	899				
Jitaúna	20	37	62	29	37	98	44	111	625				
Mascote	37	141	39	3	26	95	89	17	436				
Ubaítaba	56	127	149	69	90	432	73	53	771				
Ubatã	78	222	139	137	58	122	37	25	2.208				
Una	120	277	84	39	50	110	119	213	824				
Uruçuca	100	264	101	54	106	517	94	179	969				
Wenceslau Guimarães	47	68	57	23	54	172	31	9	407				

Setor de atividade de dependência — (cont.)

Municípios e Subáreas	Setor de Atividade														
	Totais			Agric., Pec., Caça e Pesca			Atividades Industriais			Comércio de Mercadorias			Prestação de Serviços		
	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	
INTERIORANA EXTREMO SUL BAHIA	52.618	134.069	41.713	101.432	2.788	7.503	2.691	8.842	2.764	3.014					
Guaratinga	9.541	23.577	8.725	21.014	255	699	243	782	166	196					
Ibirapua	5.705	12.753	4.816	10.745	114	382	165	571	197	193					
Itamaraju	18.101	45.837	14.228	34.588	973	2.663	993	3.271	885	931					
Itanhém	9.453	25.292	7.326	18.140	563	1.552	507	1.787	641	684					
Lagedão	1.678	5.474	1.495	4.572	72	145	38	99	25	106					
Medeiros Neto	8.140	21.196	2.123	12.373	811	2.062	745	2.332	850	904					
LITORÃNEA ALTO EXTREMO SUL	26.542	64.947	19.736	43.567	1.952	5.047	1.443	4.500	1.951	2.774					
Porto Seguro	9.077	24.031	7.438	17.472	455	1.256	444	1.596	378	601					
Prado	9.597	21.613	7.398	15.274	600	1.352	348	962	588	658					
Santa Cruz Cabrália	7.868	19.303	4.900	10.821	897	2.439	651	1.942	985	1.515					
LITORÃNEA BAIXO EXTREMO SUL	25.005	67.184	19.005	46.912	1.823	5.077	1.102	3.789	1.275	1.761					
Alcobaça	8.476	23.847	6.415	16.851	21	2.022	404	1.547	478	619					
Caravelas	6.683	19.344	4.858	12.722	311	989	311	1.108	432	643					
Mucuri	4.911	11.855	4.189	9.797	206	498	141	394	116	182					
Nova Viçosa	4.935	12.138	3.543	7.542	585	1.568	246	740	249	317					
PASTORIL DE ITAPETINGA	93.385	232.267	63.738	152.606	9.152	23.814	6.150	17.462	7.894	8.672					
Caatiba	4.029	9.263	3.585	8.073	136	398	76	190	166	103					
Dario Meira	3.609	7.528	3.007	6.120	252	506	136	340	717	64					
Firmino Alves	1.648	4.313	1.122	2.813	131	369	143	458	137	174					
Floresta Azul	4.417	11.011	3.235	7.375	381	1.021	407	1.253	234	155					
Ibicuí	4.254	12.043	3.007	8.716	406	917	317	775	282	332					
Iguaí	6.913	16.783	5.501	12.563	436	1.191	307	866	344	226					
Itagibá	4.331	11.639	3.646	9.074	223	655	144	509	154	216					
Itagimirim	3.281	7.530	2.361	5.112	215	393	170	642	284	329					
Itajú do Colonia	2.779	7.136	2.237	4.961	239	689	107	307	74	168					

(continua)

Setor de atividade de dependência -- (cont.)

Municípios e Subáreas	Setor de atividade												Condições Inativas				
	Transp. e Com. e Armazenagem			Atividades Sociais			Administração Pública			Outras Atividades							
	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA					
INTERIORANA EXTREMO																	
SUL BAHIA	513	1.264	642	584	262	769	1.245	1.025									9.636
Guaratinga	35	72	47	59	46	37	24	67									651
Ibirapua	43	104	76	71	35	66	259	21									600
Itamaraju	281	733	167	133	47	106	527	370									2.042
Itanhém	93	252	174	145	62	223	87	115									2.394
Lagedão	-	-	36	-	12	86	-	-									406
Medeiros Neto	61	103	142	176	60	251	348	452									2.543
LITORÃNEA ALTO																	
EXTREMO SUL	372	1.236	354	358	233	926	501	762									5.777
Porto Seguro	126	432	101	200	90	486	45	69									1.919
Prado	97	261	94	28	62	129	410	607									2.342
Santa Cruz Cabrália	149	543	159	130	81	311	46	86									1.516
LITORÃNEA BAIXO																	
EXTREMO SUL	337	1.091	363	338	310	871	790	641									6.704
Alcobaça	66	101	96	39	26	72	270	257									2.339
Caravelas	143	531	138	233	187	531	303	332									2.255
Mucuri	28	137	63	27	49	112	119	28									680
Nova Viçosa	100	322	66	39	48	156	98	24									1.430
PASTORIL DE ITAPETINGA																	
Caatiba	11	10	20	-	28	70	7	17									402
Dario Meira	9	7	58	45	23	90	7	36									320
Firmino Alves	9	21	36	88	29	77	41	56									257
Floresta Azul	42	88	31	44	34	116	53	30									929
Ibicuí	19	35	134	191	39	132	50	36									909
Iguaí	89	213	109	87	82	278	45	58									1.301
Itagibá	28	85	49	64	51	145	36	43									848
Itagimirim	46	112	71	102	25	48	109	138									654
Itaju do Colonia	19	130	58	10	22	77	23	43									751

Sector de atividade de dependência — (cont.)

Municípios e Subáreas	Setor de Atividade														
	Totais			Agric., Pec., Caça e Pesca			Atividades Industriais			Comércio de Mercadorias			Prestação de Serviços		
	PEA	NEA	NEA	PEA	NEA	NEA	PEA	NEA	NEA	PEA	NEA	NEA	PEA	NEA	NEA
PASTORIL DE ITAPETINGA															
Itambé	7.765	20.139	12.884	5.162	12.884	1.014	2.662	459	1.318	603	784				
Itapebi	4.106	9.680	6.658	3.116	6.658	352	1.060	178	519	214	190				
Itapetinga	13.254	32.858	10.872	4.242	10.872	2.688	6.828	1.684	4.650	2.546	2.803				
Itarantim	5.798	15.043	11.655	4.315	11.655	329	874	303	821	521	644				
Itororó	6.376	12.971	7.155	3.788	7.155	655	1.730	581	1.429	719	779				
Macarani	3.223	11.158	7.554	2.531	7.554	171	663	171	803	192	443				
Maiquinique	2.606	5.338	3.920	2.000	3.920	189	411	81	271	239	214				
Nova Canaã	4.388	11.537	8.995	3.455	8.995	247	808	163	404	227	192				
Pau Brasil	4.552	10.583	7.717	3.323	7.717	384	900	252	507	336	463				
Potiraguá	3.883	9.739	6.501	2.500	6.501	397	872	368	1.065	432	283				
Sta. Cruz da Vitória	2.263	5.975	3.888	1.605	3.888	307	858	103	335	73	110				
PLANALTO DE CONQUISTA	122.568	279.772	147.758	73.133	147.758	12.769	34.438	10.574	29.059	15.361	17.702				
Anagé	8.393	13.135	10.757	7.820	10.757	261	809	82	246	136	201				
Barra do Choça	3.045	5.859	5.202	2.782	5.202	93	157	57	187	79	36				
Belo Campo	3.352	6.617	5.178	2.783	5.178	283	645	61	182	138	77				
Boa Nova	7.322	15.515	12.000	6.182	12.000	299	478	445	1.978	187	90				
Candido Sales	4.292	10.818	6.344	2.206	6.344	701	1.621	323	925	858	891				
Encruzilhada	4.577	16.935	14.204	6.744	14.204	226	656	98	176	240	136				
Jequié	30.467	69.707	26.244	13.542	26.244	4.107	11.112	3.296	8.624	5.204	5.654				
Manoel Vitorino	4.727	9.839	7.878	3.879	7.878	207	435	191	414	177	231				
Planalto	4.938	14.781	10.071	4.383	10.071	120	211	285	1.101	43	107				
Poções	12.588	26.860	18.936	9.885	18.936	657	1.873	616	1.772	857	1.008				
Vitória da Conquista	35.867	89.706	30.944	12.927	30.944	5.815	16.441	5.120	13.454	7.442	9.271				

(continua)

Sector de atividade de dependência -- (cont.)

Municípios e Subáreas	Sector de Atividade												Condições Inativas
	Transp. e Com. e Armazenagem			Atividades Sociais			Administração Pública			Outras Atividades			
	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	
PASTORIL DE ITAPETINGA													
Itambé	22	52	181	187	68	143	166	161	1.948				
Itapebi	40	58	78	24	35	51	93	94	1.017				
Itapetinga	469	1.225	506	579	305	882	814	990	4.029				
Itarantim	33	4	78	101	22	99	197	80	765				
Itororó	112	262	182	166	107	327	232	238	885				
Macarani	14	140	53	34	44	166	47	90	1.265				
Maiquinique	2	-	58	61	17	27	20	-	434				
Nova Canaã	69	169	76	83	25	102	126	36	748				
Pau Brasil	55	176	64	89	57	84	81	61	580				
Potiraguá	70	227	43	66	36	109	37	59	553%				
Sta. Cruz da Vitória	25	55	79	65	35	51	36	10	603				
PLANALTO DE CONQUISTA	3.125	9.629	3.091	3.609	1.593	5.990	2.922	3.299	28.280				
Anagé	19	69	54	116	9	36	12	13	888				
Barra do Choça	4	12	15	7	15	53	-	-	200				
Belo Campo	23	43	36	37	22	89	6	21	342				
Boa Nova	37	47	64	80	68	247	40	26	262				
Candido Sales	89	257	49	110	15	26	51	44	603				
Encruzilhada	20	74	43	44	92	311	114	64	1.274				
Jequié	1.113	3.347	1.272	1.452	554	2.040	1.379	1.551	2.867				
Manoel Vitorino	34	95	31	11	31	32	177	314	434				
Planalto	24	104	33	91	33	173	17	28	2.867				
Poções	168	435	157	239	86	335	162	138	2.146				
Vitória da Conquista	1.594	5.146	1.337	1.422	668	2.648	964	1.100	9.296				

Setor de atividade de dependência — (cont.)

Municípios e Subáreas	Setores de Atividade														
	Totais			Agric. Pec., Caça e Pesca			Atividades Industriais			Comércio de Mercadorias			Prestação de Serviços		
	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	
TABULEIROS DE VALENÇA	38.548	95.577	28.769	63.464	3.588	8.364	1.496	3.754	1.746	1.905					
Cairu	2.447	6.697	2.041	5.208	93	137	85	264	36	19					
Camamu	6.919	18.583	5.310	13.308	707	1.767	234	606	226	271					
Ituberá	4.184	11.749	3.165	7.317	360	901	200	614	201	219					
Maraú	3.342	8.533	2.882	6.840	145	348	37	143	75	85					
Nilo Peçanha	2.347	4.531	2.025	3.454	101	282	53	155	71	139					
Taperoá	2.626	6.132	1.959	3.919	309	807	61	213	111	205					
Teolândia	2.478	5.519	2.184	4.622	89	201	90	220	58	24					
Valença	14.205	33.833	9.203	18.796	1.784	3.921	736	1.539	968	943					
PLANALTO DE JAGUAQUARA	27.326	50.739	22.495	38.257	1.111	3.057	846	2.164	1.266	1.144					
Cravolândia	1.957	2.757	1.586	1.996	109	254	58	182	80	28					
Itaquara	3.136	3.746	2.740	2.972	50	200	70	129	140	78					
Jaguaquara	8.684	17.289	6.338	11.781	536	1.481	379	946	751	727					
Jiquiriçá	2.815	5.789	2.557	4.958	69	114	38	146	56	57					
Mutuípe	5.295	9.714	4.550	7.485	195	546	150	306	93	99					
Ubaíra	5.439	11.444	4.724	9.065	153	462	151	455	146	155					
TOTAL GERAL	593.039	1.384.371	391.015	842.907	54.368	143.758	40.907	108.600	55.233	62.010					

(continua)

Sector de atividade de dependência -- (cont.)

Municípios e Subáreas	Sector de atividade												Condições Inativas
	Transp. e Com. e Armazenagem			Atividades Sociais			Administração Pública			Outras Atividades			
	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	PEA	NEA	
TABULEIROS DE VALENÇA	725	2.225	950	916	600	1.445	674	815	12.689				
Cairu	39	127	44	13	27	84	82	17	828				
Camamu	122	359	98	113	77	230	145	198	1.731				
Ituberá	47	195	78	65	61	222	72	46	2.170				
Marau	65	277	96	142	35	128	7	25	545				
Nilo Peçanha	22	92	28	12	15	45	32	73	279				
Taperoá	34	105	81	80	49	115	22	27	661				
Teolândia	9	34	15	--	22	39	11	33	346				
Valença	387	1.036	510	491	314	582	303	396	6.129				
PLANALTO DE JAGUAQUARA	366	894	576	405	245	616	421	191	4.011				
Cravolândia	27	66	32	7	36	68	29	14	142				
Itaquara	27	81	70	12	20	83	19	15	176				
Jaguaquara	202	520	219	86	58	158	202	99	1.491				
Jiquiriçá	7	19	39	46	21	50	28	58	341				
Mutuípe	35	64	124	221	35	109	113	--	884				
Ubaíra	68	144	92	33	75	148	30	5	977				
TOTAL GERAL	12.477	36.675	14.503	14.229	8.857	26.389	15.679	16.239	133.564				

OBS.: O Conceito de População Nfo-Economicamente Ativa, nesta tabela, inclui também a população com idades abaixo do limite de 10 anos.

Fonte: Censo Demográfico da Bahia -- VIII Recenseamento Geral -- Série Regional -- Volume 1 tomo XIII -- 1970 -- FIBGE.

ANEXO 4
PESSOAL OCUPADO

4.1. Pessoal Ocupado, distribuído por sexo e categoria — 1960

Subáreas e Municípios	Nº de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado						Responsável e membros não remunerados da família												
		Total		Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres								
		Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais							
SUBÁREAS CACAUEIRA E TABULEIROS DE VALENÇA																				
Belmonte	28.529	163.110	117.669	99.614	45.441	31.632	52.573	41.827	26.522	18.209	1.466	7.125	5.152	4.238	1.973	1.624	2.470	1.825	1.025	767
Cairu	481	2.619	1.953	1.947	666	666	459	457	34	34	3.161	8.806	7.335	6.816	1.470	1.302	4.053	3.671	1.006	889
Camamu	2.597	11.756	9.239	7.653	2.517	1.777	4.575	1.512	1.512	1.036	501	5.213	3.582	3.254	1.631	1.202	1.100	860	810	427
Coaraci	581	3.587	2.519	2.050	1.068	855	1.114	496	387	387	1.147	12.915	8.740	6.895	4.175	2.526	2.749	1.931	1.698	995
Ibicarai	2.273	15.109	11.086	9.668	4.023	3.420	3.592	3.067	1.877	1.259	1.688	13.495	9.467	8.654	4.028	3.350	2.621	2.310	1.537	1.269
Ipiáú	2.342	16.104	12.413	10.421	3.691	2.150	5.388	4.366	1.979	1.140	1.730	8.343	5.881	4.949	2.462	1.737	3.173	2.608	1.752	1.330
Itabuna	580	3.684	3.378	3.110	306	189	655	59	59	39	451	4.128	2.650	2.093	1.478	1.023	1.189	804	799	461
Itacaré	1.970	5.254	4.182	3.691	1.072	862	3.148	2.691	987	797	536	2.553	2.154	2.073	399	370	820	293	266	
Itajuipe	1.329	9.247	5.310	3.672	3.937	2.407	3.959	2.706	3.121	1.872	1.258	5.166	3.565	3.156	1.601	1.348	2.083	1.781	1.337	1.124
Itapebi	483	5.406	3.656	3.008	1.750	1.177	904	841	841	627	190	1.524	1.037	470	388	284	2.532	1.367	291	137
Ituberá	1.117	9.967	6.250	4.379	3.717	2.027	3.276	2.045	2.532	1.367	501	3.479	3.002	2.814	477	368	927	389	291	137
Maraú	2.147	7.631	5.024	4.036	2.607	2.095	3.789	2.851	2.154	1.695	5.576	31.131	18.171	15.051	12.960	10.396	8.380	6.871	6.871	6.871
Nilo Peçanha	950	3.461	2.111	1.792	1.350	1.140	1.545	1.242	1.227	1.034	1.335	7.582	4.158	3.247	3.424	2.647	2.771	2.456	2.456	1.833
Taperoá	660	2.714	1.790	1.620	924	887	1.113	980	711	679	660	7.521	4.506	3.846	3.015	2.287	2.416	1.907	1.982	1.572
Ubatá	1.307	9.853	5.606	4.546	4.247	3.435	3.034	2.204	2.337	1.753	1.324	9.853	5.606	4.546	4.247	3.435	3.034	2.204	2.337	1.753
Una	5.576	31.131	18.171	15.051	12.960	10.396	8.380	6.871	6.871	6.871	950	3.461	2.111	1.792	1.350	1.140	1.545	1.242	1.227	1.034
Uruçuca	1.335	7.582	4.158	3.247	3.424	2.647	2.771	2.456	2.456	1.833	660	7.521	4.506	3.846	3.015	2.287	2.416	1.907	1.982	1.572
Valença	1.324	9.853	5.606	4.546	4.247	3.435	3.034	2.204	2.337	1.753	1.324	9.853	5.606	4.546	4.247	3.435	3.034	2.204	2.337	1.753
SUBÁREA PLANALTO DE JAGUAQUARA																				
Itaquara	950	3.461	2.111	1.792	1.350	1.140	1.545	1.242	1.227	1.034	1.335	7.582	4.158	3.247	3.424	2.647	2.771	2.456	2.456	1.833
Jaguaquara	660	2.714	1.790	1.620	924	887	1.113	980	711	679	660	7.521	4.506	3.846	3.015	2.287	2.416	1.907	1.982	1.572
Jiquiriçá	1.307	9.853	5.606	4.546	4.247	3.435	3.034	2.204	2.337	1.753	1.324	9.853	5.606	4.546	4.247	3.435	3.034	2.204	2.337	1.753
Mutuipe	1.324	9.853	5.606	4.546	4.247	3.435	3.034	2.204	2.337	1.753	1.324	9.853	5.606	4.546	4.247	3.435	3.034	2.204	2.337	1.753
Ubatira	950	3.461	2.111	1.792	1.350	1.140	1.545	1.242	1.227	1.034	1.335	7.582	4.158	3.247	3.424	2.647	2.771	2.456	2.456	1.833

4.1. Pessoal ocupado, distribuído por sexo e categoria — 1960 (cont.)

Subáreas e Municípios	Nº de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado				Responsável e membros não remunerados da família				
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Mulheres	
			De 14 anos e mais	De 14 anos e mais	De 14 anos e mais	De 14 anos e mais	De 14 anos e mais	De 14 anos e mais	De 14 anos e mais	
SUBÁREAS PLANALTO DE CONQUISTA E PAST. DE ITAPETINGA										
Itororó	21.225	149.509	99.356	72.909	50.153	34.658	57.299	37.167	32.756	21.990
Potiraguá	385	4.476	2.570	1.963	1.906	1.364	1.156	851	871	610
Jequié	423	2.965	2.241	1.897	724	438	1.031	745	646	381
Boa Nova	3.450	20.327	13.491	11.391	6.836	5.003	7.016	5.652	4.261	3.014
Encruzilhada	2.255	11.577	7.175	5.900	4.402	3.266	4.915	3.991	3.424	2.524
Ibicui	1.136	4.855	4.342	4.080	513	417	1.870	1.763	263	220
Iguaí	577	5.259	3.307	2.720	1.952	1.342	1.762	1.359	965	591
Itagibá	1.365	10.373	5.892	4.352	4.481	3.333	3.750	2.585	3.122	2.210
Itambé	567	5.124	3.362	2.807	1.762	1.059	1.387	1.129	862	511
Itapetinga	436	3.291	2.408	2.020	883	644	980	790	376	230
Macarani	509	10.330	10.061	2.855	269	242	7.736	662	135	113
Poções	1.428	10.262	5.972	4.148	4.290	2.441	4.355	2.742	3.413	1.815
Vit. da Conquista	4.257	28.628	16.643	11.585	11.985	7.804	10.747	7.258	8.106	5.273
SUBÁREAS EXT. SUL	4.437	32.042	21.892	17.191	10.150	7.305	10.594	7.640	6.312	4.498
Alcobaça	13.281	87.452	54.677	39.207	32.775	20.960	37.106	24.846	25.631	16.449
Caravelas	1.145	8.915	4.875	3.022	4.040	2.463	3.029	1.925	2.429	1.592
Itanhém	2.118	11.053	7.340	5.666	3.713	2.455	5.578	4.009	3.501	2.303
Medeiros Neto	882	7.724	5.473	4.304	2.251	1.479	2.792	1.902	1.741	1.088
Mucuri	661	3.929	2.396	1.682	1.533	970	1.961	1.267	1.505	948
Porto Seguro	1.596	8.107	5.269	4.115	2.838	2.009	3.551	2.594	2.485	1.762
Prado	3.190	20.940	12.626	8.819	8.314	4.830	8.764	5.957	5.964	3.498
Sta. Cruz Cabralia	2.951	23.753	14.573	10.102	9.180	5.941	9.686	6.068	7.121	4.459
	838	3.031	2.125	1.497	906	813	1.745	1.124	885	799
TOTAL DO POLÍGONO	68.611	424.202	282.873	226.781	141.329	97.646	157.857	112.220	93.622	63.519

4.2. Pessoal ocupado, distribuído por sexo e duração de trabalho — 1960

Subáreas e Municípios.	Estabelecimentos com declaração	Empregados									
		Em trabalho permanente					Em trabalho temporário				
		Total	Homens	Mulheres	Total	De 14 anos e mais	Total	Homens	Mulheres	Total	De 14 anos e mais
SUBÁREAS CACAUEIRA E TABULEIROS DE VALENÇA											
Belmonte	13.126	61.141	17.526	27.352	23.901	8.173	5.157	33.789	30.545	9.353	7.389
Cairú	1.001	2.519	896	382	338	106	88	2.137	1.921	790	627
Camamu	474	1.494	632	21	21	5	5	1.473	1.469	627	627
Canavieiras	735	3.233	448	1.580	1.507	115	102	1.653	1.592	333	302
Coaraci	1.096	4.360	896	2.524	2.214	504	348	1.836	1.539	392	328
Gandu	389	2.440	821	1.172	1.124	138	108	1.268	1.229	683	667
Ibicaraí	329	1.394	558	911	736	410	324	483	425	148	130
Ilhéus	910	5.268	2.232	2.765	2.202	1.451	857	2.503	2.210	781	541
Ipiáu	1.194	6.810	2.032	4.606	3.976	1.516	826	2.204	1.979	516	252
Itabuna	1.376	6.577	2.457	2.439	2.238	890	661	4.138	3.839	1.567	1.392
Itacaré	1.243	6.367	1.326	3.506	3.085	811	477	2.861	2.519	515	315
Itajuípe	409	2.378	625	1.135	893	424	234	1.243	1.153	201	132
Itapebi	526	2.679	245	750	634	211	115	1.929	1.811	34	33
Ituberá	249	1.439	674	723	623	411	310	716	654	263	249
Marau	332	1.001	72	489	474	29	16	512	497	43	40
Nilo Peçanha	356	1.275	106	340	329	16	16	935	924	90	88
Taperoá	284	1.323	797	290	225	128	94	1.033	723	669	432
Ubatuba	646	1.474	260	164	159	23	17	1.310	1.208	237	207
Ubatã	351	2.655	866	533	435	264	158	2.122	1.823	602	370
Una	126	661	109	348	342	80	5	313	307	29	15
Urucuça	462	2.920	1.142	1.313	1.029	557	327	1.607	1.278	585	311
Valença	302	2.067	85	1.142	1.113	36	28	925	877	49	49
	336	807	247	219	204	48	41	588	568	199	183
SUBÁREA PLANALTO DE JAGUAQUARA											
Itaquara	2.246	5.978	3.640	1.285	1.145	407	292	4.693	4.278	3.233	2.674
Jaguaquara	189	506	123	49	47	6	6	457	443	117	100
Jiquiriçá	331	910	566	277	214	158	102	633	537	408	334
Mutuipe	199	358	148	48	45	6	6	310	291	142	141
Ubaira	753	1.950	1.016	61	59	41	27	1.889	1.746	975	672
	774	2.254	1.787	850	780	196	151	1.404	1.261	1.591	1.427

4.3. Pessoal ocupado, distribuído por sexo e condição de trabalho — 1960

	Parceiros						Outra condição							
	Estabelecimentos c/declaração		Homens		Mulheres		Estabelecimentos c/declaração		Homens		Mulheres		Estabelecimentos sem pessoal tratado	
	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais
SUBÁREAS CACAUEIRA E TABULEIROS DE VALENÇA														
Belmonte	456	814	372	223	1.080	2.991	2.527	1.021	654	14.595				
Cairu	64	72	17	12	71	87	82	35	31	405				
Camamu	19	23	3	2	13	23	23	13	7	2.405				
Canavieiras	24	62	48	17	87	223	202	61	48	1.336				
Coaraci	1	8	—	—	7	34	33	—	—	112				
Gandu	7	7	14	14	3	4	4	—	—	250				
Ibicarai	44	124	101	63	124	565	428	144	70	198				
Ilhéus	72	100	30	13	253	557	526	84	70	926				
Ipiáu	86	140	22	18	76	128	127	12	10	296				
Itabuna	39	70	32	17	150	571	381	354	201	1.015				
Itacaré	10	36	4	3	101	291	259	81	38	1.255				
Itajuípe	9	25	2	2	12	19	17	—	—	46				
Itapebi	8	11	5	3	1	1	1	—	—	196				
Ituberá	2	1	2	—	21	32	28	11	9	1.626				
Mairá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	180				
Nilo Peçanha	3	2	2	2	7	26	16	17	7	1.040				
Taperóá	4	8	—	—	1	—	—	4	—	609				
Ubatuba	14	39	29	12	9	41	38	14	10	130				
Ubatã	—	—	—	—	—	—	—	—	—	64				
Una	6	16	13	8	9	26	11	30	14	649				
Uruçuca	—	—	—	—	5	8	8	3	—	195				
Valença	44	70	48	37	130	355	343	158	139	1.655				
SUBÁREA PLANALTO DE JAGUAQUARA														
Itaquara	332	885	234	198	257	429	410	373	361	3.030				
Jaguaquara	7	55	—	—	2	5	5	—	—	756				
Jiquiriçá	58	184	61	46	168	293	277	341	332	861				
Mutuipe	114	278	56	52	35	41	41	9	9	367				
Ubaíra	51	122	9	8	13	18	17	8	8	539				
	102	246	108	92	39	72	70	15	12	507				

4.2. Pessoal ocupado, distribuído por sexo e duração de trabalho — 1960 — (cont.)

Subáreas e Municípios	Estabelecimentos com declaração	Empregados											
		Total				Em trabalho permanente				Em trabalho temporário			
		Homens	Mulheres	Total	De 14 anos e mais	Homens	Mulheres	Total	De 14 anos e mais	Homens	Mulheres	Total	De 14 anos e mais
SUBÁREAS PLANALTO DE CONQUISTA E PAST. DE ITAPETINGA	10.064	34.427	13.345	12.970	11.003	5.487	3.932	21.457	18.823	7.858	5.895		
Itororó	174	1.054	772	567	400	370	233	487	444	402	345		
Potiraguá	191	1.003	70	323	296	31	20	680	651	39	31		
Jequié	1.573	6.007	2.475	2.917	2.474	1.282	969	3.090	2.824	1.193	943		
Boa Nova	542	1.777	810	774	656	387	319	1.003	876	423	319		
Encruzilhada	803	2.384	242	550	534	37	30	1.834	1.695	205	164		
Ibicuí	356	1.289	896	570	472	243	181	729	682	653	494		
Iguai	456	1.304	756	554	478	345	271	750	628	411	362		
Itagibá	363	1.410	374	863	822	252	144	547	518	122	74		
Itambé	313	1.261	485	854	772	310	266	407	329	175	136		
Itapetinga	426	2.061	125	940	845	68	65	1.121	1.089	57	55		
Macarani	693	1.597	872	1.373	1.175	841	608	224	211	31	15		
Poções	1.325	4.563	3.024	1.476	1.045	1.064	661	3.087	2.332	1.960	1.362		
Vit. da Conquista	2.849	8.707	2.444	1.209	1.034	257	165	7.498	6.544	2.187	1.595		
SUBÁREAS EXT. SUL	3.343	11.290	3.904	5.029	4.040	2.253	1.404	6.261	5.556	1.651	1.268		
Alcobaça	278	647	356	404	316	143	82	243	179	213	138		
Caravelas	351	955	163	283	235	105	74	672	632	58	39		
Itanhém	412	1.367	334	519	469	215	186	848	719	119	87		
Medeiros Neto	66	101	25	89	72	23	17	12	9	2	2		
Mucuri	263	1.229	150	500	458	48	24	729	672	102	89		
Porto Seguro	861	2.607	1.359	1.564	1.166	1.020	554	1.043	898	339	218		
Prado	899	4.013	1.498	1.335	993	686	458	2.678	2.414	812	690		
Sta. Cruz Cabralia	213	371	19	335	331	13	9	36	33	6	5		
TOTAL DO POLÍGONO	28.778	111.839	38.415	47.636	40.089	16.320	10.512	66.200	59.202	22.115	17.226		

Fonte: Censo Agrícola — 1960 — 7.º Recenseamento Geral do Brasil — Série Regional Vol. II — Tomo VIII 1.ª Parte

4.3 Pessoal ocupado, distribuído por sexo e condição de trabalho — 1960 — (cont.)

Subáreas e Municípios	Estabelecimentos			Parceiros			Estabelecimentos			Outra Condição			Estabelecimentos sem pessoal contratado
	c/declaração	Homens		de 14 anos e mais	Total	Mulheres	de 14 anos e mais	Total	Homens		Mulheres	de 14 anos e mais	
		Total	de 14 anos e mais						Total	de 14 anos e mais			
SUBÁREAS PLANALTO DE CONQUISTA E PASTORIL DE ITAPETINGA	3.732	2.122	1.754	943	664	1.729	5.508	4.162	3.109	2.187	10.064		
Itorotó	43	320	234	244	160	15	40	34	19	16	184		
Potiraguá	4	10	10	4	2	60	197	195	4	4	216		
Jequié	65	123	112	36	29	151	345	329	64	48	1.772		
Boa Nova	71	159	134	38	27	158	324	243	130	77	1.572		
Encruzilhada	17	32	32	3	3	20	56	56	5	—	326		
Ibicuí	52	134	117	55	40	22	112	90	36	36	196		
Iguaí	89	330	258	172	138	193	508	403	431	352	732		
Itagibá	8	9	9	8	7	68	556	329	518	323	160		
Itambé	31	105	72	4	1	18	62	57	18	11	96		
Itapetinga	15	32	32	4	4	59	232	227	5	5	68		
Mecarani	6	13	13	1	1	4	7	7	4	2	726		
Poções	142	448	364	231	155	295	885	586	624	353	2.649		
Vit. da Conquista	189	407	367	143	97	666	2.184	1.606	1.251	950	1.367		
SUBÁREA EXTREMO SUL	496	1.820	1.110	1.505	795	1.400	4.461	3.655	1.735	1.044	8.630		
Alcobaça	205	1.076	516	1.162	591	64	123	86	93	60	698		
Caravelas	24	58	57	10	7	246	749	733	39	32	1.450		
Itanhém	104	247	213	46	30	327	1.067	1.001	130	88	225		
Medeiros Neto	1	1	1	—	—	99	333	333	3	3	506		
Mucuri	21	31	25	3	1	230	458	366	200	133	1.089		
Porto Seguro	88	213	174	117	83	218	1.042	624	874	477	2.165		
Prado	52	190	120	167	83	212	684	507	394	251	1.874		
Sta. Cruz Cabrália	1	4	4	—	—	4	5	5	2	—	623		
TOTAL DO POLÍGONO	2.016	5.791	4.516	3.054	1.880	4.466	13.389	10.754	6.238	4.246	36.319		

Fonte: Censo Agrícola — 1960 — 7ª Recenseamento Geral do Brasil — Série Regional Vol. II — Tomo III — 1ª Parte.

ANEXO 5
ORIGEM DOS PRODUTOS
ALIMENTARES

Origem dos produtos alimentares adquiridos pelos atacadistas entrevistados: dados para Itabuna Ilhéus e Ibicaraí - 1973

Produtos	Itabuna				Ilhéus				Ibicaraí			
	Compras Município	Fi	Estado	Fi	Compras Município	Fi	Estado	Fi	Compras Município	Fi	Estado	Fi
Carne bovina	Três Rios	01	RJ	01	Salvador	01	BA	01	Salvador	01	BA	01
	São Paulo	01	SP	01	Três Rios	03	RJ	03				
Totais		02	-	02	Gov. Valadares	02	MG	02				
					Cuiabá	01	MT	01				
					Cotia	02	SP					
					Araçatuba	01	SP					
Carne Ovina				São Paulo	04	SP		07				
						14	-	14				01
Totais									Três Rios	01	RJ	01
									Gov. Valadares	01	MG	01
									Araçatuba	01	SP	01
										03	-	03
Carne Suína												
Totais												
Peixe												
Totais												
Totais												

1. Fi: Frequência absoluta (número de atacadistas)

Origem dos produtos alimentares -- (cont.)

Produtos	Itabuna			Ilhéus			Ibicaraí			
	Compras Município	Fi	Estado	Compras Município	Fi	Estado	Compras Município	Fi	Estado	Fi
Ovos	-			São Paulo	01	SP	Itabuna	01	BA	
Totais	-			Vitória	01	ES	Vit. Conquista	01	BA	02
Aves	-			Ilhéus	02	-	-	02	-	02
Totais	-			Ilhéus	02	BA	-	02	-	-
Toucinho	-			Ilhéus	02	-	-	02	-	-
				Ilhéus	02	BA	-	02	-	-
				Salvador	01	BA	03			
				Porto Alegre	01	RS	01			
				São Paulo	01	SP	01			
Totais	-			-	05	-	-	05	-	-
Arroz	Pelotas	01	RS	Salvador	01	BA	Carapina	01	ES	01
	Muriaé	02	MG	Vit. Conquista	01	BA	Pelotas	01	RS	01
	Vitória	01	ES	Ilhéus	01	BA	Floresta Azul	01	BA	
				Gov. Valadares	06	MG	Almadina	01	BA	
				Muriaé	03	MG	Itaju	01	BA	
				Vitória	04	ES	Itapé	01	BA	
				Caturai	01	GO		01	BA	
				Itaperuna	01	RJ		01	BA	
				Porto Alegre	02	RS				
				Pelotas	02	RS				
				Guafba	01	RS				
				Rio Grande	01	RS				
				São Paulo	01	SP				
Totais	-	04	-	-	25	-	-	25	-	06
Milho	Tucano	01	BA	Ilhéus	02	BA				06
	Pombal	01	BA	Irecê	01	BA				
	Euclides da Cunha	01	BA	Pombal	01	BA				

Origem dos produtos alimentares — (cont.)

Produtos	Itabuna				Ilhéus				Ibicaraí			
	Compras Município	Fi	Estado	Fi	Compras Município	Fi	Estado	Fi	Compras Município	Fi	Estado	Fi
Milho	Mantena	01	MG	01	Feira de Santana	01	BA					
Totais Feijão	—	04	—	04	Sta. Ma. da Vitória	01	BA	06	—	—	—	—
	São Paulo	02	SP	02	Irecê	06	BA	06	—	—	—	—
	Mantena	01	MG		Pombal	01	BA					
	Sto. Antonio				Tucano	01	BA					
	Jacinto	01	MG		F. Santana	01	BA					
	Gov. Valadares	01	MG	03	Gov. Valadares	01	MG	05				
	Pombal	01	BA	01	Muriae	01	MG					
Totais Cebola	—	06	—	06	Teófilo Otoni	01	MG	03				
	R. de Janeiro	01	RJ	01	São Paulo	03	SP	03				
					—	11	—	11				
					Salvador	01	BA	01	Pelotas	RS	—	01
					São Paulo	01	SP	01	Ilhéus	BA	01	01
					Pelotas	01	RS					
					Porto Alegre	01	RS					
					Rio Grande	02	RS	04				
Totais Batata Inglesa	—	01	—	01	—	06	—	06	—	—	—	02
					Jaguaquara	01	BA	01	Jaguaquara	BA	01	01
					São Paulo	02	SP	02				
Totais	—	—	—	—	—	03	—	03	—	—	—	01

Origem dos produtos alimentares -- (cont.)

Produtos	Itabuna				Ilhéus				Ibicaraí				
	Compras Município		Estado		Compras Município		Estado		Compras Município		Estado		
	Fi	Fi	Fi	Fi	Fi	Fi	Fi	Fi	Fi	Fi	Fi	Fi	
Cenoura	-	-	-	-	01	BA	Itabuna	01	BA	01	BA	01	BA
Totais	-	-	-	-	01	BA	Jaguaquara	02	BA	01	BA	01	BA
Tomate	-	-	-	-	01	SP	São Paulo	01	SP	01	-	01	-
Totais	-	-	-	-	03	-	-	03	-	01	-	01	-
Xuxu	-	-	-	-	01	BA	Ilhéus	01	BA	01	BA	01	BA
Totais	-	-	-	-	01	BA	Itabuna	01	BA	01	BA	01	BA
	-	-	-	-	01	BA	Jaguaquara	03	BA	01	BA	01	BA
	-	-	-	-	01	SP	São Paulo	01	SP	01	SP	01	SP
Totais	-	-	-	-	04	-	-	04	-	03	-	03	-
	-	-	-	-	01	BA	Ilhéus	01	BA	02	BA	02	BA
	-	-	-	-	01	BA	Jaguaquara	02	BA	01	BA	01	BA
Totais	-	-	-	-	01	SP	São Paulo	01	SP	01	SP	01	SP
Quiabo	-	-	-	-	03	-	-	03	-	03	-	03	-
Totais	-	-	-	-	01	BA	Itabuna	01	BA	01	BA	01	BA
	-	-	-	-	01	SP	São Paulo	01	SP	01	SP	01	SP
Totais	-	-	-	-	02	-	-	02	-	02	-	02	-
Laranja	-	-	-	-	02	SP	São Paulo	02	SP	02	SP	02	SP
Totais	-	-	-	-	02	-	-	02	-	02	-	02	-
Maçã	-	-	-	-	02	SP	São Paulo	02	SP	02	SP	02	SP
Totais	-	-	-	-	02	-	-	02	-	02	-	02	-

Origem dos produtos alimentares -- (cont.)

Produtos	Itabuna			Ilhéus			Ibicarai			
	Compras Município	Fi	Estado	Compras Município	Fi	Estado	Compras Município	Fi	Estado	Fi
Pera										
Totais	-	-	-	São Paulo	02	SP		02		
Queijo	Juiz de Fora	01	MG	Ipiaú	01	BA	Gov. Valadares	01	MG	
				Itaju	01	BA	Teófilo Otoni	01	MG	
				Salvador	01	BA	Santos Dumont	01	MG	03
				Itabacuri	01	MG	Vit. Conquista	01	BA	
				Santos Dumont	01	MG	Sta. Cruz da Vitória	01	BA	
				Teófilo Otoni	01	MG	Itapetinga	01	BA	03
Totais	-	01	-	-	06	-	-	01	-	06
Bolacha	Salvador	01	BA	Ilhéus	04	BA				
				Salvador	03	BA		07		
				Vitória	01	ES		01		
				Recife	01	PE		01		
Totais	-	01	-	-	09	-	-	09	-	-
Biscoito	Salvador	02	BA	Ilhéus	02	BA	Ibicarai	01	BA	
	Recife	01	PE	Salvador	06	BA	Ilhéus	01	BA	
	São Paulo	01	SP	Recife	04	PE	Salvador	01	BA	03
				Maceió	03	AL	São Paulo	01	SP	01
				Vitória	02	ES		02		
Totais	-	04	-	Gov. Valadares	01	MG		01		
				-	18	-	-	18		04

Origem dos produtos alimentares — (cont.)

Produtos	Itabuna				Ilhéus				Ibicaraé			
	Compras	Fi	Estado	Fi	Compras	Fi	Estado	Fi	Compras	Fi	Estado	Fi
	Município				Município				Município			
Macarrão	São Paulo	02	SP	02	Ilhéus	01	BA	02	São Paulo	02	SP	02
					Salvador	05	BA	06	Salvador	01	BA	01
					Vitória	04	ES	04				
					Petrolina	02	PE					
					Recife	01	PE	03				
					Gov. Valadares	01	MG	01				
					Porto Alegre	01	RS	01				
					São Paulo	03	SP	03				
Totais	—	02	—	02	—	18	—	18	—	03	—	03
Chá	Curitiba	01	PR	01	Salvador	01	BA	01				
					Curitiba	02	PR	02				
					R. de Janeiro	01	RJ	01				
Totais	—	01	—	01	—	04	—	04	—	—	—	—
Bombons	Uberlândia	01	MG	01	Salvador	05	BA	05	Piracicaba	01	SP	02
	São Paulo	02	SP		L. da Prata	01	MG		São Paulo	01	SP	01
	Rio Claro	01	SP		Gov. Valadares	01	MG		R. de Janeiro	01	RJ	01
	Piracicaba	01	SP	04	Uberlândia	01	MG	03	Vila Velha	01	ES	01
	Salvador	01	BA	01	Vitória	01	ES		Salvador	01	BA	01
					Vila Velha	01	ES	02				
					Santo Amaro	01	SP					
					São Paulo	04	SP	05				
					R. de Janeiro	01	RJ	01				
Totais	—	06	—	06	—	16	—	16	—	05	—	05

Origem dos produtos alimentares -- (cont.)

Produtos	Itabuna				Ilhéus				Ibicaraí			
	Compras Município	Fi	Estado	Fi	Compras Município	Fi	Estado	Fi	Compras Município	Fi	Estado	Fi
Chocolate	Uberlândia	01	MG	01	Salvador	02	BA		Ubatuba	01	BA	01
	Guarulhos	01	SP		Ubatuba	01	BA	03				
	São Paulo	01	SP	02	Vitória	01	ES	01				
	Salvador	01	BA	01	R. de Janeiro	01	RJ	01				
Totais	-	04	-	04	São Paulo	02	SP	02	-		-	01
Geléia	Jundiaí	01	SP	01	Ilhéus	03	BA	03				01
	Pesqueira	01	PE	01	Salvador	01	BA	04	Ipiaú	01	BA	02
					São Paulo	03	SP	03	Ilhéus	01	BA	02
Totais	-	02	-	02	R. de Janeiro	01	RJ	01				
Leite em Pó	Salvador	02	BA	02	Recife	01	PE	01	-		-	02
					Salvador	05	BA	09	São Paulo	01	SP	02
					Itapetinga	01	BA	06	Mococa	01	SP	02
					B. Horizonte	01	MG	02	Salvador	01	BA	02
					Gov. Valadares	01	MG	02	Itapetinga	01	BA	02
					Itaperuna	01	RJ	01				
					R. de Janeiro	02	RJ	02				
					Mococa	01	SP	04				
Totais	-	02	-	02	São Paulo	03	SP	15	-		-	04

Origem dos produtos alimentares — (cont.)

Produtos	Itabuna			Ilhéus			Ibicaraí			
	Compras Município	Fi	Estado	Compras Município	Fi	Estado	Compras Município	Fi	Estado	Fi
Óleo Vegetal	Juazeiro	01	BA	Ilhéus	01	BA	Acopiara	02	CE	
	Pelotas	01	RS	Salvador	01	BA	Orós	01	CE	03
	Recife	01	PE	Fortaleza	06	CE	Recife	01	PE	01
	Natal	02	RN	Orós	01	CE	Salvador	01	BA	01
	São Paulo	01	SP	Petrolina	01	PE				
	Montes Claros	01	MG	Areias	01	PE				
	Fortaleza	01	CE	Recife	01	PE		03		
				Sta. Rosa	01	RS				
				Rio Grande	01	RS				
				Porto Alegre	01	RS		03		
				Montes Claros	01	MG		01		
				R. de Janeiro	01	RJ		01		
				São Paulo	02	SP		02		
Totais	-	08	-	-	19	-	-	19	-	05
TOTAL GERAL	-	65	-	-	266	-	-	266	-	66

Bibliografia citada

01. BALAN, Jorge. *Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil; ensaio de interpretação histórico-comparativa*. São Paulo, 1973. (Estudos CEBRAP, 5).
02. COX, Roy Raymond. *Análisis preliminar de los costos de producción de cacao en Bahia en el año agrícola 1965-66*. s.n.t.
03. GARCEZ, Angelina Nobre Rolim & FREITAS, Antonio Guerreiro de. *História econômica e social da região cacauêira*. Rio de Janeiro, Carto-gráf. Cruzeiro do Sul, 1975. (Diagnóstico sócio-econômico da região cacauêira, 8).
04. LEDERMAN, Esteban. *Los recursos humanos en el desarrollo de América Latina*. Santiago, 1971. p.4. (Cuadernos del Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social. Sér. 3 - n.9)
05. LOPES, Juarez Brandão. *Desenvolvimento e migração; uma abordagem histórico-estrutural*. São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências, 1973 (Estudos CEBRAP, 6)
06. MACHADO, Érito. A relação da empresa rural. *Vox Juris Trabalhista*, São Paulo (4) abr. 1972.
07. OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira; crítica à razão dualista*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1975. (Seleções CEBRAP, 1)
08. (23) SÁ Jr., Francisco. *O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência*. São Paulo, 1972. (Estudos CEBRAP, 3)
09. SANTOS, Milton. *Zona do cacau; introdução ao estudo geográfico*. 2. ed. São Paulo, 1957. (Coleção Brasileira, 296)
10. SILVA, Odete Rosa da. *Produtores de cacau da Bahia; caracterização sócio-econômica*. São Paulo, Dep. de Ciências Sociais, Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Univ. São Paulo, 1972. (Tese M.S.)
11. SINGER, Paul I. *Força de trabalho e emprego no Brasil (1960-69)*. São Paulo, 1971. (Cadernos CEBRAP, 3)
12. TOSTA FILHO, Inácio. *Plano de ação econômica para o Estado da Bahia*. Salvador, Inst. de Cacau da Bahia, 1948. Separata do v. 2, Seção B.



